

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA
ANPUH

XI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA



1961-1981

20 anos

ELENCO

organizado pela prof^a Dra. ALICE PIFFER CANABRAVA
com a colaboração do Núcleo Regional da ANPUH-PB

SESSÕES DE ESTUDOS

- | | | |
|--------------|----------|---|
| tema central | A | HISTÓRIA. HISTORIOGRAFIA. HISTORIADOR. |
| | B | PESQUISAS EM ANDAMENTO |
| | C | METODOLOGIA E TÉCNICA DO ENSINO E DA PESQUISA HISTÓRICA |
| | D | HISTORIOGRAFIA: FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS |

JOÃO PESSOA — JULHO DE 1981

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

ANPUH

XI SIMPÓSIO
NACIONAL DE
HISTÓRIA

ANPUH - 20 ANOS
(1961 - 1981)

ELENCO

ORGANIZADO PELA PROFESSORA DR. ALICE PIFFER CANABRAVA , COM
A COLABORAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DA ANPUH-ESTADO DA PARAÍBA

SESSÕES DE ESTUDOS

- * Tema Central : História , Historiografia , Historiador
- * Pesquisas em Andamento
- * Metodologia e Técnica do Ensino e da Pesquisa Histórica
- * Historiografia : Fontes Primárias e Secundárias

-----Julho de 1981 -----

-----João Pessoa = Pb-----

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

(A N P U H)

XIº SIMPÓSIO NACIONAL - JOÃO PESSOA PB - 19 a 24 de JULHO DE 1981

A G R A D E C I M E N T O S

O XIº Simpósio Nacional de História registra, através de sua Comissão Organizadora / Executiva, a gratidão aos Órgãos Governamentais, Entidades de Classe, Empresas, que tornaram possível sua realização:

CNPq

MEC - CAPES

UEPB, em especial:

- * Reitoria, Pró-Reitorias
- * Prefeitura do Campus I
- * Editora Universitária
- * Forum Universitário
- * Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos
- * Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
- * Departamento de História
- * Coordenação do Curso de História

Fundação José Américo

Associação Atlética Banco do Brasil

Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba

Água Mineral Subline

Banco do Estado de São Paulo

* Agência João Pessoa

* Assessoria de Marketing

Centro Acadêmico de História da UEPB

Café São Bráz

Cruzeiro do Sul S.A.

Guaraná Sanhaú

Livraria Livro Sete

Madrigal Paraíba

PBTUR

Teatro Lima Penante

Teatro Santa Roza

HOMENAGEM
AOS
NÚCLEOS REGIONAIS
ORGANIZADORES
DOS SIMPÓSIOS DA
ANPUH
COMEMORATIVA DO
20º ANIVERSÁRIO DA ENTIDADE
1961 - 1981

I SIMPÓSIO - MARÍLIA SP, 15 a 20 DE SETEMBRO DE 1961

COMISSÃO DE HONRA

Professor Doutor Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto
M.D. Governador do Estado de São Paulo.
General Porfírio da Paz
M.D. Vice-Governador do Estado de São Paulo.
Professor Doutor Antonio Oliveira Brito
M.D. Ministro da Educação.
Professor Doutor Dermeval Trigueiros
M.D. Diretor da Divisão do Ensino Superior.
Professor Doutor Luciano Vasconcelos de Carvalho
M.D. Secretário da Educação do Estado de São Paulo.
D. Hugo Bressane de Araújo
M.D. Arcebispo-Bispo da Diocese de Marília.
Professor Doutor Antonio Barros de Ulhoa Cintra
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo.
Sr. Octávio Barreto Prado
M.D. Prefeito de Marília.
Doutor Francisco Matera
M.D. Juiz de Direito na Comarca de Marília.
Sr. Raul Pimazoni
M.D. Presidente da Câmara de Marília.
Professor Doutor Michel Pedro Sawaya
Ex-Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Marília
Doutor Aniz Badra
M.D. Deputado Federal.
Doutor Fernando Mauro Pires da Rocha
M.D. Deputado Estadual.
Doutor Miguel Argollo Ferrão
Ex-Prefeito de Marília.

COMISSÃO EXECUTIVA

Prof. Dr. Massaud Moisés.
Prof. Dr. Carl Valeer Frans Laga
Profa. Maria Clara Rezende Teixeira Constantino
Profa. Dra. Maria Conceição Vicente de Carvalho.
Prof. José Roberto do Amaral Lapa
Profa. Dra. Olga Pantaleão
Prof. Oswaldo Elias Xidieh.
Prof. Uacury Ribeiro de Assis Bastos.
Prof. Dr. Ubaldo Martini Puppi.
Sr. Edmundo Lopes
Sr. Faíçal Merlino Said.
Srta. Leila Magalhães Zerlotti.
Srta. Daisy Ribeiro de Carvalho.
Profa. Maria Luiza de Barros
Sra. Amanda Person Cardeal
Sra. Ilza Cunha Azevedo.
Dra. Lucy Carvalho
Sra. Maria Moreira Carrijo
Sra. Marisa Sousa Salvestro.
Sra. Neusa Moraes de Baptista.
Sra. Regina Eppinghaus Barbalho.
Sra. Irma Trentine.
Sra. Silvia Ribeiro de Carvalho.
Sra. Yolanda Barbalho Coriolano.
Sra. Beatriz Peregrino da Silva.
Sra. Georgina Barreto.
Sra. Zélia Moreira Penteado.
Sr. Hamilton D. Ferreira.
Sr. Nivaldo Romão.

COMISSÃO DA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA

Profa.Dra. Maria Conceição Vicente de Carvalho
Profa. Maria Clara Rezende Teixeira Constantino.
Profa. Maria Luiza de Barros.
Prof. Ataliba Teixeira de Castilho.
Prof.Enzo del Carratore.
Sr.Paulo de Barros Camargo.

ENTIDADES QUE COLABORARAM NA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA

Biblioteca Nacional- RJ	Prof.Dr.Ricardo Román Blanco
Conselho Nacional de Geografia-RJ	D.Branca Castro do Canto e Mello
Serviço Geográfico do Exército-RJ	Família Vicente de Carvalho
Museu Paulista - SP	Família Azurém Costa
Embaixada da França no Brasil	Profa.Dra.Olga Pantaleão
Consulado da Alemanha em S.Paulo	Prof.José Roberto do Amaral Lapa
Dr.Pedro de Oliveira Ribeiro Neto	Prof.Pe.Carl Laga
Sr. Ernesto Wolf	D.Maria Barreto

* * *

II SIMPÓSIO - CURITIBA PR, 27 a 31 DE OUTUBRO DE 1962

COMISSÃO DE HONRA

Prof.Dr. Flávio Suplicy de Lacerda
Magnífico Reitor da Universidade do Paraná
General Ney Braga
Governador do Estado do Paraná.
Prof.Dr.Jucundino da Silva Furtado
Secretário da Educação e Cultura.
Dom Jerônimo Mazzarotto
Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná.

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Prof.Dr.Eremildo Luiz Vianna
Profa.Dra. Cecília Maria Westphalen
Prof.Dr. Sérgio Buarque de Hollanda
Profa.Dra.Alice Pifter Canabrava
Prof.Dr.Antonio Camillo Faria Alvim
Prof.Dr.Armando Souto Maior
Prof.Dr. Jorge Calmon
Prof.Dr.José Roberto do Amaral Lapa

COMISSÃO EXECUTIVA

Prof.Dr.Homero Batista de Barros	Prof.Américo A.da Costa Souto
Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen	Prof.Euclides Migliari
Prof. Dr. Brasil Pinheiro Machado	Sra.Gabriela Loureiro Fernandes
Profa. Dra. Altiva Pillati Balhana	Profa.Ismênia Pinheiro Machado
Prof. Dr. José Loureiro Fernandes	Profa. Neusa C.Guimarães
Prof. Dr. José Nicolau dos Santos	Profa.Odah R.Guimarães Costa
	Profa.Susana Pinheiro Machado

Membros da Comissão do I Simpósio

Prof.Dr.Carl Valeer Frans Laga
Profa.Dra.Maria Clara R.T.Constantino
Profa.Dra.Maria Conceição V.de Carvalho

III SIMPÓSIO - FRANCA SP, 3 a 7 DE NOVEMBRO DE 1965

COMISSÃO DE HONRA

Sr. Laudo Natel, Governador do Estado de São Paulo.
Prof. Dr. Oswaldo Muller da Silva, Presidente da Câmara do Ensino Superior
Prof. Dr. Honório Monteiro, do Conselho Estadual do Ensino Superior.

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Prof. Dr. Eremildo Luiz Viana
Prof. Dra. Cecília Maria Westphalen
Prof. Dr. Sérgio Buarque de Hollanda
Prof. Dra. Alice Piffer Canabrava
Prof. Dr. Antonio Camillo Faria Alvim
Prof. Dr. Armando Souto Maior
Prof. Dr. Jorge Calmon
Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa

COMISSÃO EXECUTIVA

Prof. Dr. Alfredo Palermo - Presidente
Prof. Dr. José Ferreira Carrato - Coordenador-Geral
Prof. Dr. Alfredo Henrique Costa
Prof. Dr. Sebastião Romano Machado
Prof. Dr. Vicente Minicucci
Prof. Dr. Frei Lauro de Carvalho Borges, ORSA
Prof. Dra. Maria Cintra Nunes da Rocha

E os membros da Comissão Executiva do II Simpósio:

Prof. Dr. Homero Batista de Barros
Prof. Dra. Maria Cecília Westphalen
Prof. Dr. Brasil Pinheiro Machado
Prof. Dra. Altiya Pillati Balhana
Prof. Dr. José Loureiro Fernandes
Prof. Dr. José Nicolau dos Santos

* * *

IV SIMPÓSIO - PORTO ALEGRE RS, 3 a 8 DE SETEMBRO DE 1967

PROMOTORES

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, Presidente.
Prof. Dr. Francisco Iglésias, Vice-Presidente.
Prof. Dr. Sérgio Buarque de Hollanda, Secretário-Geral.
Prof. Dra. Alice Piffer Canabrava, 1º Secretário.
Prof. Dr. José Ferreira Carrato, 2º Secretário.
Prof. Dra. Cecília Maria Westphalen, 1º Tesoureiro.
Prof. Walter Piazza, 2º Tesoureiro.
Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa, Imprensa e Propaganda.

COMISSÃO EXECUTIVA

Prof. Dr. Dante de Laytano
Prof. Dr. Astrogildo Fernandes
Prof. Dr. Francisco Machado Carrión.

V SIMPÓSIO - CAMPINAS SP, 1 a 7 DE SETEMBRO DE 1971

COMISSÃO DE HONRA E COMISSÃO EXECUTIVA

Universidade Católica de Campinas
Prof. Benedito José Barreto Fonseca, Magnífico Reitor.
Prof. José Alexandre dos Santos Ribeiro, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
Prof. Ersio Lensi, coordenador do Departamento de História.
Profa. Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci.
Prof. Odilon Nogueira de Matos.

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Eurípedes Simões de Paula, Presidente.
Amaro Quintas, Vice-Presidente.
Sérgio Buarque de Holanda, Secretário-Geral.
Alice Piffer Canabrava, 1º Secretário.
Amaro Xisto de Queiroz, 2º Secretário.
Cecília Maria Westphalen, 1º Tesoureiro.
Célia Freire d'Aquino Fonseca, 2º Tesoureiro.
José Ferreira Carrato, Imprensa e Propaganda.

* * *

VI SIMPÓSIO - GOIÂNIA GO, 5 a 12 DE SETEMBRO DE 1971.

COMISSÃO DE HONRA

Prof. Farnese Dias Maciel Neto, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás.
Prof. Cristóbal Alvarez, Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás.
Profa. Lena Castelo Branco Ferreira Costa, Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.
Prof. Mário Arruda Costa, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás.

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Eurípedes Simões de Paula, Presidente.
Luiz Palacin Gomez, Vice-Presidente.
Luís César de Aguiar Bittencourt, Secretário-Geral.
Alice Piffer Canabrava, 1º Secretário.
Hélio Dantas, 2º Secretário.
Cecília Maria Westphalen, 1º Tesoureiro.
Olga Pantaleão, 2º Tesoureiro.
Aydil de Carvalho Preis, Imprensa e Propaganda.

COMISSÃO EXECUTIVA

Prof. Luiz Palacin Gomez (Presidente)
Profa. Ana Lúcia da Silva
Profa. Dalísia E. Martins Doles
Profa. Gilka V. Ferreira de Sales
Prof. José Maria Correa
Prof. Juarez Costa Barbosa
Profa. Maria Augusta Santana Moraes
Profa. Maria França
Profa. Maria Sonia França
Profa. Marivone Matos Chaim
Prof. Modesto Gomes da Silva
Prof. Sérgio Paulo Moreira

VII SIMPÓSIO - BELO HORIZONTE, 2 a 8 DE SETEMBRO DE 1973

COMISSÃO DE HONRA

Prof.Dr. Marcello de Vasconcellos Coelho - Magnífico Reitor da UFMG
D.Serafim Fernandes de Araújo - Magnífico Reitor da UCMG
Prof.Carlos Durval de Brito Soares - Presidente da Fundação Cutural
de Belo Horizonte
Prof. José Eduardo da Fonseca - Diretor do Conselho de Extensão da
UFMG

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Eurípedes Simões de Paula, Presidente
Norma Gões Monteiro, Vice-Presidente
Alice Piffer Canabrava, Secretário-Geral
José Roberto do Amaral Lapa, 1º Secretário
Paulo Sérgio Moreira, 2º Secretário
Cecília Maria Westphalen, 1º Tesoureiro
Helga I.R. Piccolo, 2º Tesoureiro
Maria Regina da C.R.Simões de Paula, Imprensa e Propaganda.

COMISSÃO EXECUTIVA

Prof. Daniel Valle Ribeiro	Profa.Norma de Gões Monteiro
Prof. Wilson Chaves	Profa.Amália I.Bandeira de Mello
Prof. Ronald Braga	Profa. Vera Lúcia Barbosa
Prof. José Eduardo da Fonseca	Prof. Caio César Boschi
Prof. Antonio Camillo F.Alvim	Prof. Francisco Iglésias
Prof. Paulo Miranda Gomes	Prof. Fabiano J.B. Viotti
Prof. João Francisco de Abreu	Prof. Durval Antonio Pereira

* * *

VIII SIMPÓSIO - ARACAJU SE, 1 a 7 DE SETEMBRO DE 1975

COMISSÃO DE HONRA

Dr.Luís Bispo - Magnífico Reitor da UFS	Dr.José Rollemberg Leite, Gover- nador do Estado de Sergipe
Dr.José Lopes Gama, Vice-Reitor da UFS	Dr.José Ribeiro Soutelo, Vice- Governador do Estado
Profa.Cândida M.F.de Santana,Co- ordenadora da Área de Humar- nidades	Dr. Everaldo Prado Aragão, Secre- tário da Educação e Cultura
Profa.Maria de Lourdes A.Maciél, Diretora do Instituto de - Filosofia e Ciências Huma- nas.	Dr.João Alves Filho, Prefeito Municipal de Aracaju.

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Eurípedes Simões de Paula, Presidente
José Silvério Leite Fontes, Vice-Presidente
Alice Piffer Canabrava, Secretário-Geral
Norma de Gões Monteiro, 1º Secretário
Valmir Batista Correa, 2º Secretário
Cecília Maria Westphalen, 1º Tesoureiro
Helga Iracema Landgraf Piccolo, 2º Tesoureiro
Maria Regina da C.R. Simões de Paula, Imprensa e Propaganda.

COMISSÃO EXECUTIVA

Coordenação Geral: José Silvério Leite Fontes
Maria da Glória Santana de Almeida

Luiz Rabelo Leite	Adelci Figueiredo Santos
Maria de Andrade Gonçalves	José Luiz Oliveira
Maria Thetis Nunes	José Alfeu do Nascimento
Sonia M.de Azevedo Soares	Beatriz Góis Dantas
Alberto Carvalho	Maria Hosana de Souza
Juan J.Rivas Pascua	Lauro Pacheco de Oliveira
Luiza Maria Gonçalves	José Augusto Siqueira
Eduardo U.Rodrigues Batista	José Carlos de Souza
Maria da Conceição M.Vasconcelos	Heribaldo Bernardino de Souza
Wilma Alves de Souza	
Terezinha Alves de Olive	
Marlene Montalvão	

* * *

IX SIMPÓSIO - FLORIANÓPOLIS, 19 a 23 DE JULHO DE 1977

COMISSÃO DE HONRA

Dr.Antonio Carlos Konder Reis, D.D.Governador do Estado
Dr.Esperidião Amin Helou Filho,D.D.Prefeito de Florianópolis
Prof.Dr.Caspar Erich Stemmer, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina
Prof.Dr.João Nicolau de Carvalho, Magnífico Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
Prof.Dr. Ignácio Ricken, Magnífico Reitor da Fundação Universitária da Região de Blumenau
Prof. Mário César Moraes, D.D.Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Eurípedes Simões de Paula, Presidente
Walter F.Piazza, Vice-Presidente
Alice Piffer Canabrava, Secretário-Geral
Cecília Maria Westphalen, 1º Secretário
David Gueiros Vieira, 2º Secretário
Raul da Andrada e Silva, 1º Tesoureiro
Laima Mesgravis, 2º Tesoureiro
Maria Regina da C.R.Simões de Paula, Imprensa e Propaganda.

COMISSÃO EXECUTIVA

Prof. Walter Fernando Piazza
Prof.Carlos Humberto Pederneiras Corrêa
Prof. Jali Meirinho
Profa.Sara Regina Silveira de Souza
Prof. Walmir Martins
Prof.Walter Manoel Gomes
Profa. Ondina Pereira Bossle
Prof. Fernando J.S.Póvoas
Prof. Selço de Mattos
Prof. Rufino Porfírio de Almeida
Prof. Nelson Luiz Teixeira Nunes.

PATRONO - PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA (IN MEMORIAN)

COMISSÃO DE HONRA

Prof.Dr. Eduardo Portela, Ministro de Estado da Educação e Cultura
Dr. Antonio P.de Chagas Freitas, Governador do Estado do Rio de Janeiro
Prof.Dr. Wellington Moreira Franco, Prefeito Municipal de Niterói
Prof.Dr. Marcos Almir Madeira, Delegado Regional do MEC
Prof.Dr. Rogério Benevento, Reitor da Universidade Federal Fluminense
Prof.Dr. Luís Renato Caldas, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prof.Dr. Caio Tácito, Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Prof.Dr. João Augusto Amazonas Mac Dowell, SJ, Reitor da Pontifícia - Universidade Católica do Rio de Janeiro
Profa.Dra. Maria Lúcia N. Simões de Dalgo, Vice-Reitora da Universidade Federal Fluminense
Prof.Dr. Rivo Gianinni, Secretário Municipal de Educação e Cultura
Prof.Dr. Arnaldo Niskier, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro
Prof.Dr. Joaquim Cardoso Lemos, Presidente do Conselho Estadual de Educação
Prof.Dr. José Cândido de Carvalho, Presidente do Conselho Estadual de Cultura

COMISSÃO ESPECIAL

Prof. Joaquim Cardoso Lemos, Diretor da COPP
Prof.Dr. José Raimundo Martins Romeo, Diretor do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense
Prof.Hildiberto R.Albuquerque Cavalcanti Jr., Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF
Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, Chefe do Departamento de História da UFF
Prof. Santo Conderato, Chefe do Departamento de Ciências Sociais da UFF
Prof. Augusto de la Colleta, Chefe do Departamento de Psicologia e Filosofia da UFF

DIRETORIA CENTRAL DA ANPUH

Eurípedes Simões de Paula, Presidente
Aidyl de Carvalho Preis, Vice-Presidente
Alice Piffer Canabrava, Secretário-Geral
Antonio Emílio Muniz Barreto, 1º Secretário
Walter F.Piazza, 1º Tesoureiro
Helga I.L.Piccolo, 2º Tesoureiro
Maria Regina da C.R.Simões de Paula, Relações Públicas

COMISSÃO EXECUTIVA

Profa.Aidyl de Carvalho Preis
Profa. Alice Piffer Canabrava
Profa. Diana Zaidman
Martha Moreira Monção
Profa. Maria Célia Azeredo Souza
Prof. Célio Pereira da Silva
Prof. Francisco J.C. Falcon
Profa. Ismênia de Lima Martins
Prof. Antonio Edmilson N. Rodrigues
Prof. Ayr Ângelo de Souza
Profa. Sylvia Maria da C. Breyer

COMISSÃO DE HONRA

Prof. Berilo Ramos Borba

Magnífico Reitor da Universidade Federal da Paraíba.

Prof. José Jackson Carneiro Carvalho

Vice-Reitor da Universidade Federal da Paraíba.

Prof. Luis Francisco Gonçalves de Andrade

Pró-Reitor da Universidade Federal da Paraíba para Assuntos de Pós-Graduação e Pesquisa.

Prof. Antonio de Sousa Sobrinho

Pró-Reitor da Universidade Federal da Paraíba para Assuntos Comunitários.

Harley Pereira Martins

Pró-Reitor da Universidade Federal da Paraíba para Assuntos de Graduação.

Prof. Izomil de Lima Correia

Diretor da Fundação José Américo

Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque

Presidente do CNPq

DIRETORIAS CENTRAL DA ANPUH

Alice Piffer Canabrava - Presidente

Sílvio Frank Alem - Vice-Presidente

Maria Yedda Leite Linhares - Secretário-Geral

Flávio Azevedo Marques de Saes - 1º Secretário

Johildo Athayde - 2º Secretário

José Ênio Casalecchi - 1º Tesoureiro

Caio César Boschi - 2º Tesoureiro

Ulisses Telles Guariba Neto - Relações Públicas

COMISSÃO ORGANIZADORA / EXECUTIVA

Sílvio Frank Alem

Zeluzia da Silva Formiga Brandão

Emília A. Lins Freire

Elide de Lima Barbosa

Irene Rodrigues da Silva Fernandes

Laura Helena Baracuh Amorim

Rosa Maria Godoy Silveira

Neiliane Maia

Gisafran Nazareno M. Jucá
Maria das Dores Lineira dos Santos
Gloriete Pinentel Rodrigues
Maria do Céu Medeiros
Maria Candida Rodrigues Gonçalves
Felicidade Lúcio Ribeiro
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

SECRETARIA DO XIº SIMPÓSIO

Rosa Maria Godoy Silveira
Maria Candida Rodrigues Gonçalves
Zeluiza da Silva Formiga Brandão
Felicidade Lucio Ribeiro
Gloriete Pinentel Rodrigues
Maria do Céu Medeiros
Neiliane Maia
Élide de Lina Barbosa
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Irene Rodrigues da Silva Fernandes
Laura Helena Baracuhhy Amorim

DIRETORIA DO CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA - UFPB - Campus I.

Dalvaci Araújo Forto
Emanoel Rodrigues Lopes
Francinaldo Nunes Dantas
Maria Darlene R. Pereira
Regina Célia Gonçalves
Vilma Ignácio de Paiva
Ubirajara Rodrigues Siqueira

APOIO ADMINISTRATIVO

Funcionários do Departamento e Coordenação de História - UFPB
Funcionários do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
- UFPB.

P R O G R A M A

III SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS
DE HISTÓRIA

JOÃO PESSOA PB - 19 a 24 DE JULHO DE 1981.

19 DE JULHO (DOMINGO)

19:00 hs - Solenidade de Abertura: Teatro Santa Rosa - Praça Pedro Américo - Centro.

20:00 hs. - Apresentação do Madrigal Paraíba.

20 DE JULHO (SEGUNDA - FEIRA)

08:00 hs - 09:20 hs - Abertura dos Cursos com palestra do Prof. Manoel Correia de Andrade: "História do Nordeste"

09:30 hs - 12:00 hs - Mesa-Redonda: "O Historiador e a Realidade Atual". Adalberto Marson (Coord) / Fernando Novaes (Coord) / Francisco Calazans Falcón / Denis Bernardes / Ricardo Maranhão.

14:00 hs - 16:00 hs - Sessão de Comunicações.

16:30 hs - 18:30 hs - Cursos.

19:00 hs - 21:00 hs - Cursos.

21 DE JULHO (TERÇA-FEIRA)

09:00 hs - 12:00 hs - Mesa-Redonda: "Tendências Atuais da Historiografia Brasileira" - José Roberto do Amaral Lapa (Coord) / Gadiel Perrucci / Raquel Glezer / Maria Ifigênia Lage de Resende / Helga Piccolo.

14:00 hs - 16:00 hs - Sessão de Comunicações.

16:30 hs - 18:30 hs - Cursos.

19:00 hs - 21:00 hs - Cursos.

22 DE JULHO (QUARTA-FEIRA)

08:30 hs - 12:00 hs - Sessão Administrativa - Assembléia Geral: Auditório do Centro de Tecnologia da UFPB - Cidade Universitária.

14:00 hs - 16:30 hs - Sessão de Comunicações

16:00 hs - 16:30 hs - Comunicações Integradas: "A Política Nacional de Documentação" sob a presidência do Prof. Eduardo J. M. Nascimento.

16:30 hs - 18:30 hs - Cursos
19:00 hs - 21:00 hs - Cursos

23 DE JULHO (QUINTA-FEIRA)

09:00 hs - 12:00 hs - Debate: "O Mercado de Trabalho do Historiador"
Silvio Frank Alem (moderador) / José Ribeiro Jr.
/ Caio César Boschi / José Silvério Leite Font
te / Rômulo Garcia de Andrade / Valdelice Gi
rão / Ruth Burlanaqui / Emília A. Lins Freire /
Eugênia L. Viana Nery.

14:00 hs - 17:00 hs - Debate: "O Curriculum de História" - Déa R. Fe
nelon (moderador) / Maria José F. Ribeiro/João
Batista Pinheira Cabral / Adalgisa M. Vieira de
Rosário / Francisco J. Calazans / Joana Neves / Ali
ce Canabrava.

17:00 hs - 19:00 hs - Cursos.

19:00 hs - 21:00 hs - Cursos.

20:30 hs - Conferência de Edgard Carone: "Movimento e Partidos Operá
rios, 1922/45".

24 DE JULHO (SEXTA-FEIRA)

09:00 hs - 12:00 hs - Debate: "Capitalismo e Agricultura" - Maria
Yedda Leite Linhares (moderador) / Jayme Pinsky
/ Peter Eisenberg / J. C. Barreiro.

14:00 hs - 17:00 hs - Mesa-Redonda: "O Livro Didático no Ensino de
História" - Joana Neves (Coord) / J. Jobson Arry
da / Marcus Vinicius Rodrigues / Ricardo Faria
/ Elza Nadai / Ricardo Maranhão.

14:00 - 17:00 hs - Sessão de Comunicações.

17:00 - Encerramento dos Cursos - Conferência: "A Formação do Profes
sor de História e seu papel político e Social" pela Profª Déa
Ribeiro Fenelon.

20:00 hs - Solenidade de Encerramento do Simpósio.

OBS: Todas as atividades do Simpósio (exceto a Solenidade de Abertu
ra e a Sessão Administrativa-Assembléia Geral) serão realizadas
nas salas e no auditórios do Conjunto Humanístico - CCHLA (Cen
tro de Ciências Humanas, Letras e Artes) da Universidade Federal
da Paraíba - Cidade Universitária - João Pessoa.

REGULAMENTOS DO XIº SIMPÓSIO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (ANPUH).

XIº SIMPÓSIO NACIONAL - JOÃO PESSOA-PB, 19 A 24 DE JULHO DE 1981.

REGULAMENTO DO XIº SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

TÍTULO I

Das Inscrições

Artigo 1º - Poderão inscrever-se no XIº Simpósio da ANPUH os professores e estudantes universitários de História, os professores das matérias afins do mesmo nível e os professores de História dos estabelecimentos de ensino secundário.

§ Único - A inscrição ao XIº Simpósio será feita pela Secretaria Geral até 30 de junho, ou pela Comissão Executiva local, durante a realização do Certame.

Artigo 2º - A inscrição dos professores de História e das matérias afins dos institutos superiores de ensino, está subordinada ao pagamento da taxa de participação, de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

§ primeiro - A inscrição dos professores do ensino secundário está subordinada ao pagamento da taxa de participação, de Cr\$ 1.000, 00 (Hum mil cruzeiros).

§ segundo - Aos estudantes, a taxa de participação é de Cr\$ 200 ,00 (duzentos cruzeiros).

§ terceiro - A secretaria local do XIº Simpósio providenciará distintivos diferentes para cada categoria de participantes.

Artigo 3º - A Diretoria da ANPUH conferirá aos participantes regularmente inscritos no XIº Simpósio, o certificado de comparecimento ao certame.

TÍTULO II

Das Comunicações

Artigo 4º - A apresentação de comunicações ao XIº Simpósio é reservada aos inscritos no certame.

§ primeiro - As comunicações deverão ter por objeto, exclusivamente, os assuntos indicados no temário aprovado pelo Xº Simpósio da ANPUH, realizado em Niterói, em julho de 1979, e dado a conhecer nas circulares distribuídas pela mesma entidade.

§ segundo - As comunicações deverão ser originais, não sendo aceitos trabalhos já publicados.

Artigo 5º - As comunicações, sob a forma de resumos, são recebidas pela Secretaria Geral, e delas transmitirá a relação, em tempo hábil, à Comissão Executiva do XIº Simpósio, para a programação dos trabalhos das Sessões de Estudos.

§ primeiro - Os resumos das comunicações deverão ser encaminhados à Secretaria Geral da ANPUH até 31 de maio do corrente ano, em no máximo duas folhas datilografadas, para serem mimeografados pela Diretoria da entidade e constarem do Elenco a ser distribuído a cada participante.

§ segundo - O texto completo das comunicações - 25 páginas no máximo - fora as ilustrações, datilografadas em espaço duplo, deverá ser encaminhado em três vias, à Diretoria da entidade, para possível publicação posterior.

§ terceiro - As comunicações serão objeto de exposição oral pelos autores em Sessões de Estudos.

§ quarto - A Diretoria da ANPUH reserva-se o direito de condicionar o rigoroso cumprimento do estatuído nos §§ primeiro e segundo para a publicação e, bem assim, se necessário, de selecionar os trabalhos a serem divulgados na íntegra.

Artigo 6º - As comunicações inscritas na Secretaria Geral, cujos autores não estiverem presentes ao XIº Simpósio, não serão programadas para debates nas Sessões de Estudos, nem impressas pela ANPUH, permanecendo à disposição dos autores.

TÍTULO III

Das Sessões de Estudos

Artigo 7º - As Sessões de Estudo são as reuniões dedicadas exclusivamente à apresentação e debate das comunicações ao XIº Simpósio, programadas pela Comissão Executiva.

§ Único - A condução das Sessões de Estudos será distribuída aos Diretores dos Núcleos regionais da ANPUH e, facultativamente, aos Professores de História dos institutos superiores de ensino.

Artigo 8º - As comunicações deverão ser apresentadas pelo autor, de forma sintética, em exposição oral, na Sessão de Estudos, em dia e hora que lhes for programada.

§ primeiro - Cada autor de comunicação disporá, na Sessão de Estudos, de 15 (quinze) minutos, no máximo, para apresentar uma exposição oral da mesma, a qual deverá salientar os pontos fundamentais.

§ segundo - Os comentários atinentes às comunicações serão feitos imediatamente após a palavra do autor preferencialmente, mediante inscrição escrita encaminhada à presidência da Sessão, com o nome do interpelante.

§ terceiro - Cada intervenção terá a duração ideal de 3 (três) minutos. Findas as intervenções, o autor da comunicação disporá, se assim o desejar, de 15 (quinze) minutos para responder, de modo geral e sucinto, às críticas formuladas, com o direito de encaminhar à Secretaria do XIº Simpósio justificativa por escrito, para o caso de publicação.

§ quarto - Após a resposta do autor da comunicação, cada interpelante poderá usar da palavra por 3 (três) minutos. Finalmente, o autor das comunicações disporá de 10 (dez) minutos, se quiser usar da palavra.

§ quinto - Sempre que julgar necessário, o Presidente da Sessão poderá suspender o debate.

TÍTULO IV

Dos Cursos

Artigo 10º - A ANPUH promoverá durante o XIº Simpósio a realização de cursos, ministrados por professores universitários, e aberto a todos os participantes.

§ primeiro - Somente poderão inscrever-se nos cursos os participantes inscritos regularmente no XIº Simpósio.

§ segundo - A inscrição em cada curso, está sujeito à taxa de cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

§ terceiro - Os participantes do XIº Simpósio, inscrito nos cursos farão jus aos respectivos certificados de frequência aos mesmos, conferidos pela Diretoria da ANPUH.

TÍTULO V

Das Reuniões

Artigo 11 - São consideradas reuniões do XIº Simpósio a Assembléia Geral e as reuniões constantes do programa elaborado pela Comissão Executiva.

§ primeiro - As Assembléias Gerais têm como objeto a discussão, por to dos os participantes inscritos regularmente, reservado o direito de voto exclusivamente aos professores universitários de História.

TÍTULO VI

Das Moções e Propostas

Artigo 12 - As moções e propostas relativas aos interesses e objetivos próprios da ANPUH deverão ser apresentadas por escrito à Secretaria lo cal do XIº Simpósio nos dias destinados às Sessões de Estudo, a fim de serem discutidas e aprovadas durante a Assembléia Geral.

§ primeiro - Não serão recebidas novas propostas e moções à votação pelo Presidente da Mesa e as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos sócios da ANPUH presentes à reunião.

TÍTULO VII

Das Eleições

Artigo 13 - A Secretaria local do XIº Simpósio providenciará urna e registro dos votantes, destinados a receber os votos e assinaturas dos sócios para eleição da Diretoria da ANPUH, para o biênio 1981-1983.

§ primeiro - O Presidente da ANPUH comunicará os dias destinados ao recebimento de inscrição de chapas e votações e respectivos horários, e designará previamente a Comissão e seu Presidente encarregados de presidir as eleições e apurar o resultado final que constará de Ata em livro próprio.

§ Segundo - O direito de voto é reservado aos professores de Histó ria dos institutos de ensino superior, regularmente inscritos no XIº Simpósio.

§ Terceiro - O resultado das eleições será proclamado na Assembléia Geral do XIº Simpósio.

TÍTULO VIII
Das Publicações

Artigo 14 - Cabe somente à Comissão Executiva do XIº Simpósio e à Diretoria Geral da ANPUH o direito de editar, resumir e enviar ao público e às autoridades competentes, as comunicações, exposições, debates, moções e propostas relativos ao trabalho científico desenvolvido pelo XIº Simpósio.

§ Único - As moções e proposta relativas à ANPUH serão encaminhadas e publicadas pela Diretoria da mesma.

TÍTULO IX
Das Disposições Gerais

Artigo 15 - Caberá à Comissão Executiva do XIº Simpósio, ouvida a Comissão Organizadora do Certame e a Diretoria da ANPUH, resolver os casos omissos no presente Regulamento.

REGULAMENTO DAS MESAS - REDONDAS

1. O Presidente da Mesa-Redonda, após verificar a presença de todos os convidados cujo comparecimento (respectivamente: Coordenador e moderador) lhe tenha sido confirmado pela Comissão Organizadora, dará início aos trabalhos chamando os participantes a tomarem seus lugares à mesa. (Recomenda-se que haja uma combinação prévia com os participantes a respeito da ordem de suas intervenções).
2. Caberá ao Presidente fazer uma apresentação geral do tema sua relevância para o Simpósio, resumindo o texto de sua responsabilidade previamente distribuído aos participantes.
3. Ao dar a palavra ao 1º debatedor, o Presidente deverá apresentá-lo ao público (nome, instituição, local, especialidade, atividades) e o mesmo deverá ser feito conforme forem sendo apresentados os demais debatedores.
4. Cada debatedor terá o tempo de 20 minutos para fazer a exposição do seu tema, não devendo em nenhuma hipótese ultrapassar a duração de 30 minutos, cabendo ao Presidente da Mesa fazer observar esses limites.
5. Recomenda-se que cada debatedor traga escrito a sua comunicação ou seu tema, a fim de facilitar a publicação dos trabalhos da Mesa independentemente da sua gravação ou não.
6. Terminadas as exposições, o Presidente dará um intervalo de 10 minutos para que sejam recolhidas as perguntas da assistência a respeito de pontos específicos das exposições.
 - 6.1. Tais perguntas deverão ser feitas por escrito e assinadas, podendo ser dirigidas, nominalmente, a um dos debatedores, ou à mesa como um todo.
 - 6.2. A fim de ordenar e agilizar os trabalhos, a Presidência poderá reunir as perguntas em grupos, segundo os assuntos ou os seus destinatários.
 - 6.3. As respostas dos debatedores serão dadas a esses conjuntos de perguntas (conjuntos por temas ou expositores).

7. Ficará a critério do Presidente a maior ou menor duração dessa 1ª parte (debates) devendo fazer o possível para que não ultrapasse o prazo pré-fixado, ficando entendido que se houver falta de tempo ' tanto as perguntas escritas, nas não lidas, quanto as respectivas' respostas serão incluídas na publicação dos trabalhos das Mesas-Re_undas. Nesse caso o Presidente deverá fazer comunicação em tal sentido aos presentes, antes de declarar encerrados os trabalhos.

C U R S O S

ORIENTAÇÃO SOBRE CURSOS

	NOME	HORÁRIO					LOCAL
		Segunda	Terça	Quarta	Quinta	X	
Metodologia da História	Déa Ribeiro Fenelon	16:30-18:30	16:30-18:30	17:00-19:00	17:00-19:00	17:00	Auditório CCHLA/411
História Contemporânea	Theo Santiago	16:30-18:30	16:30-18:30	17:00-19:00	17:00-19:00	17:00	Auditório CCHLA/412
História da América	Ana Maria Martinez Correia	16:30-18:30	16:30-18:30	17:00-19:00	17:00-19:00	17:00	Auditório CCHLA/411
História do Brasil	Laina Mesgravis	19:00-21:00	19:00-21:00	19:00-21:00	19:00-21:00	17:00	Auditório CCHLA/412
História do Nordeste	Gadiel Perrucci Denis Bernardes Rosa Maria Godoy Silveira	19:00-21:00	19:00-21:00	19:00-21:00	19:00-21:00	17:00	Auditório CE/ 212

Todos os Cursos se encerram na 6ª Feira, dia 24 às 17:00 horas com a conferência da Profª Déa Ribeiro Fenelon, intitulada "A Formação do Professor de História e seu papel político-social": A Conferência será no Auditório CCHLA / 411.

PROGRAMA DO CURSO DE:
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA - 1880-1960.

Anna Maria Martinez Corrêa
UNESP - Assis

1. Considerações gerais acerca da História Contemporânea da América / Latina.
 - 1.1. questões metodológicas
 - 1.2. periodização
 - 1.3. bibliografia
2. A América Latina de 1880 a 1929. Estudo do caso mexicano.
3. A América Latina de 1930 a 1945. Estudo da atuação dos partidos po-
líticos peruanos.
4. A América Latina de 1946 a 1960. Estudo dos efeitos da Segunda /
Guerra Mundial sobre a América Latina.

Bibliografia:

- BENÍTEZ ZENTENO, Raul - (org.) - As Classes Sociais na América Latina. Trad. de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- CARDOSO, Fernando Henrique - As idéias e seu lugar. Petrópolis, Vozes Cebrap, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTTO, Enzo - Dependência e Desenvolvi-
mento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- CASANOVA, Pablo - (org.) - América Latina. Historia de Medio Siglo. /
29 Ed., México, Siglo XXI, 1979.
- FURTADO, Celso - Formação Econômica da América Latina. Rio de Janeiro,
LIA, 1969.
- HALPERÍN DONGHI, Túlío - História da América Latina. Rio de Janeiro, /
Paz e Terra, 1975.
- KAPLAN, Marcos - Formação do Estado Nacional na América Latina. Trad./
de Lygia Maria Baeta Neves, Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.
- MARIÁTEGUI, José Carlos - 7 ensaios de interpretação da realidade pe-
ruana. Trad. de Obiol de Freitas e Caetano Lagrasta, São Paulo, Al-
fa-Omega, 1975.

DÉA RIBEIRO FENELON

I-Objetivos:

- a. Discutir abordagens diversas sobre a conceituação de ciência e de método, seus pressupostos bem como os problemas de objetividade e subjetividade.
- b. Discutir abordagens diversas dos problemas peculiares à ciência histórica, tais como o tempo, a periodização e a seleção dos fatos históricos.

II-Conteúdo Programático:

1. A produção científica: o cientista e seus pressupostos - o conhecimento como um processo social.
2. A reconstrução do social: planejamento e organização da pesquisa:
 - a. a formulação de um projeto de pesquisa;
 - b. o tema, a problemática, a investigação e a produção histórica.
3. A investigação histórica: questões metodológicas :
 - a. as concepções sobre a realidade social e a questão da objetividade nas ciências sociais;
 - b. O tempo histórico: a cronologia, o processo, as estruturas e as conjunturas.

III-Bibliografia preliminar:

1. CASTRO, Cláudio Moura. A PRÁTICA DA PESQUISA. MacGraw Hill, 1979.
2. SEVERINO, Antonio Joaquim. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO. Cortez & Moraes, 1988.
3. GORZ, André. "Caracteres de Classe da Ciência e dos Trabalhadores Científicos". IN DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO, CIÊNCIA, TÉCNICA E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. Porto, Publicações Scorpio, 1974.
4. SALM, Cláudio. ESCOLA E TRABALHO. Editora Brasiliense, 1980.
5. SCHAFF, Adam. HISTÓRIA E VERDADE: Ed. Martins Fontes, S. Paulo, 1979.
6. LE GOFF, J. e Pierre Nora. HISTÓRIA: NOVOS PROBLEMAS. Francisco Alves, 1976.
7. CARDOSO, Ciro F. e Hector P. Brignoli. OS MÉTODOS DA HISTÓRIA. Graal, 1979.
8. MARX, Karl. INTRODUÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.
9. WEBER, Max. "A Ciência como vocação" IN: ENSAIOS DE SOCIOLOGIA. Zahar, 1975.
10. _____. "A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais". Col. Sociologia. Vol. WEBER, org. de Gabriel Cohn. Ed. Ática.

PROGRAMA PARA O CURSO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA - TEMA: "AS REVOLU_ÇÕES BURGUESAS E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO"

THÉO SANTIAGO

- a. A Crise do Feudalismo e as transformações econômicas na Europa Ocidental.
- b. As revoluções "Clássicas": Inglaterra, França, Estados Unidos.
- c. O caminho autoritário: Alemanha, Itália e Rússia.
- d. A questão camponesa e a industrialização.
- e. As modalidades do Estado Moderno.

Bibliografia básica:

- Barrington Moore Jr.: SOCIAL ORIGINS OF DICTATORSHIP AND DEMOCRACY. Beacon Paperback, 1967. (existe uma edição portuguesa).
- N. Poulantzas: POUVOIR POLITIQUE ET CLASSES SOCIALES DE L'ÉTAT CAPITALISTE. Maspero, 1968 (existe uma edição portuguesa).
- M. Dobb: A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO. Zahar, 1971.
- T. Santiago (org.): CAPITALISMO-TRANSIÇÃO. Eldorado, 1974.
- M. Florenzano: AS REVOLUÇÕES BURGUESAS. Brasiliense, 1981.

PROGRAMA PARA O CURSO DE HISTÓRIA DO NORDESTE

PROGRAMA

1. A Questão Regional em uma Perspectiva Histórica
Prof. Denis Antonio Bernardes - PIMES/UFPE.
Dia: 20/07
2. O Regionalismo Nordestino: Espaço e Ideologia
Profa. Rosa Maria Godoy Silveira - UFPE
Dia: 21/07
3. O Processo de Implantação das Usinas
Prof. Gadiel Perrucci - PIMES/UFPE
Dia: 22/07

PROGRAMA PARA O CURSO DE HISTÓRIA DO BRASIL: TEMA-"A SOCIEDADE BRASILEIRA: COLÔNIA E IMPÉRIO"

LAIMA MESGRAVIS

1. Formação da Sociedade Colonial(bases econômicas,sociais e institucionais).
2. Estrutura da Sociedade.
3. Grupos rurais e Urbanos. Diferenças Regionais.
4. As Transformações do Século XIX.

Bibliografia Sumária:

- 1.Andreoni,João Antonio(André João Antonil)- Cultura e Opulência do Brasil.Cia Editora Nacional.S.Paulo.1967.
- 2.Azevedo,Fernando de- Canaviais e Engenhos no Vida Política do Brasil.IAA.Rio.1948.
- 3.Boxer,C.R.-O Império Colonial Português.Edições 70.Lisboa.1977.
- 4.Calmon,Pedro-História Social do Brasil.Cia Editora Nacional.S.Paulo.1937.
- 5.Freyre,Gilberto- Casa Grande e Senzala.Livr.José Olympio Ed.,Rio.1977.
- 6.Gama,José Bernardo- Memórias Históricas da Província de Pernambuco.Arquivo Público Estadual.Recife.1977.
- 7.Godinho,Vitorino M.- Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa.Ed.Arcadia.Lisboa.1975.2ª ed.
- 8.Holanda,Sergio B.de- Raízes do Brasil.Livr.José Olympio.Rio.1977.
- 9.Lima Jr.,Augusto de- A Capitania de Minas Gerais.Belo Horizonte,1965.
- 10.Luccock,John- Notas sobre o Rio de Janeiro e partes Meridionais do Brasil. Livr.Martins.S.Paulo.1942.
- 11.Russel-Wood,A.J.R.-Fidalgos and Philantropists.The Santa Casa of Misericórdia of Bahia,1550-1775.University of California Press.Berkeley and Los Angeles,1968.
- 12.Tollenare,L.F.-Notas Dominicais.Livraria Progresso.Salvador.1957.
- 13.Viana,Oliveira - Instituições Políticas Brasileiras.Distribuidora Record.Rio/S.Paulo.1974.
- 14.Vilhen ,Luis dos Santos- Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília. Imprensa Oficial do Estado.Bahia.1921.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

C O N V O C A Ç Ã O

Nos termos da legislação em vigor, venho convocar todos os sócios fundadores da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) para a sessão destinada a discutir a proposta de alteração dos estatutos da entidade, registrados no Cartório Adalberto Netto, do Terceiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo (Largo do Tedouro nº 20), nos termos do decreto federal nº 4857 de 9 de novembro de 1939, sob o número de ordem 9523 do Livro A, número 5, do Registro de Pessoas Jurídicas, em data de 7 de junho de 1962 e publicados no Diário Oficial do Estado - de São Paulo em 6 do mesmo mês e ano, à pag.12 . A sessão realizar-se-á em João Pessoa PB, no ensejo do XIº Simpósio da entidade, no dia 22 de julho de 1981 - quarta-feira - às 8:30 horas no Auditório do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba - Cidade Universitária. Os novos estatutos deverão ser aprovados por maioria simples(a metade mais um).Na falta de número na primeira convocação, far-se-á, trinta minutos após, a segunda convocação. Na falta de número nesta segunda convocação, far-se-á, trinta minutos após, a terceira convocação, quando se deliberará com qualquer número de sócios fundadores.

São Paulo, 13 de Maio de 1981

Ass. Alice Piffer Canabrava

Presidente

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Aidyl Ferreira de Carvalho, Niterói RJ / Alice Piffer Canabrava, São Paulo SP / Alexandre Rodrigues, Recife PE / Aline Bettencourt Arpelau, Curitiba PR / Altiva Pillati Balhana, Curitiba PR / Alvamar Furtado de Mendonça, Natal RN / Amélia A.F. Domingues de Castro, São Paulo SP / Antonio Camillo de Faria Alvim, Belo Horizonte MG / Antonio Cardoso de Aguiar, Ponta Grossa PR / Armando Souto Maior, Recife PE / Astrogildo Fernandes, Porto Alegre RS / Ataliba T. de Castilho, Marília SP / Carl Valeer Frans Laga(pe), Marília SP / Carlos Weiss(pe), Londrina PR / Cecília M. Westphalen, Curitiba PR / Déa R. Fenelon, Belo Horizonte MG / Eduardo d'Oliveira França, S. Paulo SP / Emília T. Alves Ribeiro, Rio de Janeiro RJ / Emílio Silva, Petrópolis RJ / Enzo del Carratore, Marília SP / Eremildo Luiz Vianna, Rio de Janeiro RJ / Eurípedes Simões de Paula, S. Paulo SP / Evalda C. Carvalho Martins, Itu SP / Fernando S. Lima, Rio de Janeiro RJ / Francisco Iglésias, Belo Horizonte MG / Francisco J. Calazans Falcón, Rio de Janeiro RJ / Gerson Costa, Bauru SP / Giulio D. Leoni, S. Paulo SP / Guy de Hollanda, Rio de Janeiro RJ / Hamilton Leite, Belo Horizonte MG / Helena P. Souza Cruz, PR / Helena P. Werner, S. Paulo SP / Helio Vianna, Rio de Janeiro RJ / Ismênia Pinheiro Machado, Ponta Grossa PR / Jeanne Berrance de Castro, Rio Claro SP / Johildo Athaide, Salvador BA / Jorge Calmon, Salvador BA / José Antonio Tobias, Marília SP / José Ernesto Ballsteadt, Belo Horizonte MG / José Ferreira Carrato, Assis SP / José Frões, SP / José de Moraes Pacheco, SP / José Olegário Ribeiro de Castro, Belo Horizonte MG / José Roberto do Amaral - Lapa, Marília SP / Josephina Chaia, Marília SP / Júlio Domingues Lopes(pe), S. Paulo SP / Leda M. P. Rodrigues(madre Maria Angela), S. Paulo SP / Luiz Palacin(pe), Goiânia GO / Manoel Casasanta, Belo Horizonte MG / Manoel Lelo Belloto, Presidente Prudente SP / Maria Clara R. T. Constantino, Marília SP / Maria Conceição V. de Carvalho, S. Paulo SP / Maria da Conceição Martins Ribeiro, Sorocaba SP / Maria E. Van Winkel, Uberaba MG / Maria Luiza de Barros, Marília SP / Maria M. Affonso, Uberaba MG / Maria Yeda L. Linhares, Rio de Janeiro RJ / Michel Mollat, Paris, França / Michel Schooyans(pe), S. Paulo SP / Michel Schaff(pe), Jacarezinho PR / Moacir de Góes, Natal RN / Neusa de Castro Guimarães, PR / Nícia Villela Luz, S. Paulo SP / Norma de Góes Monteiro, Belo Horizonte MG / Nilo Garcia, Rio de Janeiro RJ / Olga Pantaleão, Marília SP / Osvaldo Cori, S. Paulo SP / Oswaldina C. Gomes, Florianópolis SC / Oswaldo E. Xedieh, Marília SP / Othello S. Laurent, Porto Alegre RS / Paulo A. Froelich, Marília SP / Paulo P. de Castro, S. Paulo SP / Pedro Calmon, Rio de Janeiro RJ / Regina L. Teixeira, Dosi Córregos SP / Ricardo R. Blanco, S. Paulo SP / Rubens Borba de Moraes, S. Paulo SP / Sebastião R. Machado(pe), Lorena SP / Sebastião S. Furtado(maj.), Rio de Janeiro RJ / Sérgio Buarque de Hollanda, S. Paulo SP / Silvio Tavares, Jacarezinho PR / Sonia A. Siqueira, S. Paulo SP / Ubaldo M. Puppi, Marília SP / Uacury R. Assis Bastos, Marília SP.

I.

TEMA CENTRAL:

HISTÓRIA,

HISTORIOGRAFIA

E

HISTORIADORES

ADALBERTO MARSON

Deptº História - FFLCH
Universidade de São Paulo.

Esta comunicação apresenta algumas reflexões iniciais de uma investigação mais ampla sobre o pensamento socialista no Brasil, a começar pela atuação de um grupo de socialistas de São Paulo reunidos no jornal Avanti!, e que teve nas obras de Antonio Piccarolo sua versão mais difundida. Procura-se compreender o significado do chamado "reformismo" no interior de seus próprios fundamentos e no âmbito contraditório das práticas sociais e políticas de seu momento, no qual se apresentava como uma possibilidade de ação. Quer-se, assim, evitar certas explicações frequentes que recorrem a condicionamentos externos ao conteúdo da ideologia, a partir de um modelo de realidade construído pelo investigador, ou que dissolvem suas temáticas numa concepção mecânica de teoria e prática. Um exemplo disso é a afirmação de um paradoxo, em que se atribui às idéias socialistas o mérito de ser uma teoria mais concreta e "superior" (em relação aos programas anarquistas), mas inviável, pouco representativa e destinada, na prática, ao fracasso. Outras questões que merecem uma re-discussão, referem-se: 1) à preocupação dos socialistas em adequar-se à "realidade" e aos "fatos", no intuito de teorizar sobre a especificidade da sociedade brasileira, dentro de uma certa estratégia de revolução burguesa; 2) ao fato de se apresentarem como ação mediadora na luta de classes, através da organização do Partido e da conciliação com outros projetos políticos:

ANTONIO CARLOS BERNARDO

Universidade Estadual Paulista
UNESP - Assis

O objetivo deste trabalho é o de estudar a evolução histórica experimentada pelo hospital psiquiátrico enquanto instituição totalitária. A pesquisa de campo desenvolveu-se a partir do referencial teórico proposto por Foucault, Goffmann e Szasz, que ao reconstruírem a trajetória histórica das instituições, revelaram a dimensão das práticas repressivas existentes no interior das mesmas. O nosso objeto de análise é a instituição, que emergindo no bojo da ordem capitalista, estabelece um vínculo entre a ciência e o poder mascarando as formas de dominação de classe, sob o "manto da neutralidade científica" desvelando-se, assim, toda a sua dimensão política.

A FRELIMO E A LUTA DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

NARA MARTINS
ELFRIEDE WINCKLER
PAULO PINHEIRO MACHADO

Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

No presente trabalho os autores tomaram como objeto de estudo a luta pela libertação de Moçambique e participação da FRELIMO neste processo.

O nacionalismo moçambicano se desenvolveu a partir de diversas peculiaridades relacionadas à própria ação articulada do colonialismo português. Foi estudada a formação dos primeiros agrupamentos nacionalistas, o início da luta pela libertação e a ação hegemônica da FRELIMO nesse processo.

A participação da FRELIMO na luta pela independência de Moçambique foi estudada através da imprensa, de artigos publicados - por especialistas em diversos periódicos, livros e, principalmente, pelos documentos da FRELIMO

FLÁVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES

Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

Dentro da temática geral do XIº Simpósio Nacional da ANPUH, pretendemos nesta comunicação observar de que modo o social e o político têm sido tratado em algumas obras de História Econômica do Brasil.

Muitos autores preferem delimitar o campo de sua análise exclusivamente aos processos econômicos, procedimento esse que implicaria em excluir da análise os eventos políticos e sociais. No entanto, frequentemente se vem obrigados esses autores a incluir em sua interpretação fatos marcantes da História do Brasil (tais como a Independência, a República, a Revolução de 1930 e movimentos sociais como o tenentismo). Tais fatos, inegavelmente vinculados ao processo econômico, não podem, via de regra, ser entendidos exclusivamente a esse nível de análise. Mesmo assim, vemos o fundamento teórico da análise econômica se projetar para os outros planos por meio dos conceitos ali utilizados. Como tais conceitos não foram construídos para compreender o social e o político, podemos perceber que a análise resultante não se conforma ao contexto histórico em foco.

Acreditamos que este procedimento se encontra em importantes obras de História Econômica do Brasil - como exemplificamos ao longo da comunicação - o que, aliás, não invalida em absoluto a importância dessas obras.

A postura alternativa - para aqueles que desejam realizar a integração do econômico, do social e do político na análise histórica - parece se situar na escolha de um fundamento teórico em que já esteja contida tal integração. Evidentemente, conceitos como os de consumidor, produtor - típicos da economia neo-clássica e da keynesiana - não se prestam para entender a ação de grupos sociais ou a forma do Estado. Parece-nos, pois, que no atual estágio das Ciências Sociais apenas com base em autores como Weber e Marx é possível realizar uma análise integrada dos diversos planos da sociedade. Alguns exemplos da historiografia podem ilustrar os avanços realizados nesse tipo de análise.

"CONSTITUIÇÃO DE ATENAS" E O CONCEITO ARISTOTÉLICO DE HISTÓRIA
(reflexão sobre a identidade do conceito)

FRANCISCO MURARI PIRES

Departamento de História F.F.LCH
Universidade de São Paulo

A Constituição de Atenas de Aristóteles situa-se de forma singular no interior do corpus aristotélico. Tal singularidade, especificamente referente à história da transmissão do texto dada a sua descoberta somente em fins do século passado, levou a uma marginalização do mesmo - no que diz respeito à reconstituição do pensamento aristotélico devido à proposta de leitura que então se instaurou e que, consagrada pela historiografia moderna, cristalizou-a como a leitura do texto. Cerca de um mês após a primeira edição (março de 1891), a obra passou a ser submetida a uma intensa leitura exegética, própria da postura hiper-crítica da metodologia positivista que predominava, por essa época, entre os eruditos que se consagravam ao estudo da Antiguidade. A partir e desde então a Constituição de Atenas foi alvo, sobretudo, da preocupação dos historiadores (ou de todos aqueles que assumiam uma postura historiográfica) ansiosos por confrontar as informações históricas transmitidas pelo texto com as suas correlatas já conhecidas por intermédio de outras fontes antigas. Ora, essa postura e tratamento inicial conferidos à obra quando da descoberta do papiro encaminhou, senão determinou mesmo, o enfoque a ser projetado na leitura do texto, qual seja, o do cotejo entre os núcleos informacionais mínimos (fatos históricos singularizados) nele presentes com seus correlatos nas demais fontes, privilegiando-se assim uma proposta de leitura que opera por meio de uma prática de recorte e fragmentação do texto.

Cristalizou-se dessa forma um enfoque e preocupação marcadamente historiográficos (segundo sua concepção positivista) na leitura da Constituição de Atenas que levava já em si, implicitamente, uma avaliação quanto à natureza do próprio texto; trata-se de uma obra historiográfica, de uma obra do "Aristóteles historiador". Essa avaliação decorreu do fato de que a historiografia moderna, ao ler o texto, reconheceu nele a sua própria prática historiográfica, viu nele, como se fosse algo "óbvio e imediato", a sua imagem. Daí, não tardou a avaliação quanto a qualidade dessa prática historiográfica projetada na autoria aristotélica, dividindo-se a crítica moderna no julgar Aristóteles, segundo os preceitos - que a ótica positivista recomenda ao historiador: "bom ou mau historiador".

A problemática que aqui nos interessa focalizar é sobre a qual incidirá nossa reflexão situa-se, portanto, no âmbito da análise dos supostos da identidade do conceito de história que reconhece como sendo a mesma prática a de Aristóteles e a do historiador do século XX. A explicitação do conceito aristotélico de "história" no texto da Poética permite instaurar um elemento de perplexidade perante essa atitude de identificação e reconhecimento do conceito e da prática, questionando mesmo seus supostos e fundamentos. Polarizada a leitura da Constituição de Atenas pela conceptualização de história que a Poética propõe, procura-se mostrar como essa atitude "óbvia e imediata" de reconhecimento e identificação da prática, levada às suas últimas consequências de avaliação e julgamento da qualidade da prática projetada no texto, desconsiderar e desqualificou precisamente aqueles momentos do texto em que seu autor buscava instaurar na obra sua proposição máxima de reflexão e conhecimento universalizante.

ANALISE DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DE CENTROS DE MINERAÇÃO DAS
GERAIS (1718 - 1804).

FRANCISCO VIDAL LUNA

Faculdade de Economia e Administra-
ção da Universidade de São Paulo.

Pretende-se identificar, em dois momentos distintos do tempo (1718 e 1804), a estrutura sócio-econômica de, aproximadamente, trinta localidades mineiras. Para cada um dos anos acima assinalados estabelecemos a análise comparativa da referida estrutura. Visamos, inicialmente, a verificar as semelhanças e dissimilaridades existentes entre localidades no mesmo instante do tempo. Num segundo passo, confrontamos os resultados obtidos para cada ano, com o objetivo de determinar as eventuais alterações devidas ao próprio evoluer da atividade mineratória.

Como sabido, em 1718 a lide exploratória encontrava-se em fase de rápida expansão e florescimento; dava-se início, ademais, à consolidação dos primeiros núcleos urbanos e organizava-se mais solidamente a vida administrativa e política da sociedade mineira. Em 1804, por outro lado, encontrava-se definitivamente superada a atividade mineradora e definira-se a recuperação da economia colonial com base na agricultura, em ressurgimento desde o último quartel do século dezoito. Destarte, evidencia-se a relevância do confronto proposto e com o qual se procura captar as mudanças, ao nível socio-econômico, decorrentes da aludida decadência.

GABRIEL AUGUSTO DE MELLO BITENCOURT

Universidade Federal do Espírito Santo

A concepção do nosso trabalho é um estudo sobre a região capixaba durante o período 1820-1824, de importância significativa para o processo de Independência no Espírito Santo, em uma abordagem transcendental aos limites regionais, procurando detectar-se a conjuntura e estrutura que o gerou.

A situação econômica da Província durante o período deste estudo apresentava-se nos limites da estagnação. Isso pode ser explicado pela estrutura da exploração colonial que legara ao Espírito Santo uma formação econômica marginalizada em função do desenvolvimento "nacional".

Logo, não poderia haver uma participação decisiva do capixaba no processo de Independência nacional. Entretanto, os movimentos que tiveram lugar na Província e que resultou em apoio ao Príncipe, refletiu de maneira favorável à desarticulação da resistência portuguesa, encravada na Bahia.

Também no contexto capixaba as medidas liberais encetadas pela Revolução do Porto havia contagiado as elites, mas, paulatinamente, a proporção que foram se desencantando com o liberalismo unilateral das cortes de Lisboa, foram se unindo a D. Pedro, centro convergente de uma solução monárquica, que "oferecia a garantia de uma revolução de cima para baixo", dispensando a mobilização da grande massa popular, que atemorizava aos estamentos dominantes.

Contudo, o baixo contingente populacional da Província, ocupando apenas o litoral de um reduzido território, que por sua vez representava, tão somente, 5% do que fora no passado: a baixa dinâmica, tornaram praticamente inexpressivos os estamentos econômicos que, se deixaram aflorar suas tendências durante o movimento, vão cedendo terreno aos estamentos administrativos-militar, que em disputa de cargos vão seguindo as lideranças estabelecidas nos principais centros do País.

Nosso objetivo a propormos o presente estudo baseou-se na deficiência da historiografia local e na consequente necessidade de obras para melhor interpretação da formação da sociedade capixaba, que já não mais aceita estudos concentrados nas áreas políticas e atrofiados aos se

tores sócio-econômicos.

Tal proposta assume maior proporção se atentarmos para uma das tendências da atual historiografia brasileira que privilegia a micro-história, objetivando reconstruir o próprio quadro da nossa formação, tão completo quanto possível, questionando o passado ao nível exigido pela sociedade atual.

Deve-se destacar, finalmente que, pela precariedade da bibliografia secundária, procuramos trabalhar as fontes primárias como a Correspondência do Governo da Província e os trabalhos impressos contemporâneos existente no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

GILBERTO LUIZ ALVES

Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul - Corumbá

Para a obtenção do título de Mestre em Educação (Área de concentração em Pesquisa Educacional), apresentamos ao Programa de Pós-Graduação em Educação-UFSCar a dissertação intitulada da História à História da Educação. Essa comunicação refere-se à primeira parte da mesma: "Ciência e História da Educação".

Inicialmente delimitamos o único espaço no qual se torna possível o fazer científico do historiador da educação: o espaço da história, a ciência da sociedade entendida como totalidade concreta, a única ciência de nossos dias. Em seguida, realizamos uma crítica historiográfica, visando configurar as formas que assume o fazer científico dos historiadores da educação brasileira, e avaliá-las a partir dos pré-requisitos impostos pela ciência de história.

A seleção dos historiadores privilegiados em nosso trabalho não foi casual, mas resultou de uma tentativa prévia de enquadramento de obras de história da educação brasileira, segundo seus pontos comuns e de semelhança. Dessa forma, tivemos como resultado um painel em que pelo menos cinco tendências se manifestaram. Não as rotulamos, mesmo porque essa classificação prévia levou em conta somente as formas de representação detectadas nos trabalhos, que devem ser ultrapassadas pela crítica. Como a representação distingue-se do conceito da coisa, unicamente após a análise dessas obras poderíamos nos assegurar sobre possíveis diferenças nas posturas político-ideológicas de estudiosos enquadrados em diferentes tendências, e sobre quais dentre eles captam a essência do fenômeno educacional.

Na medida em que os historiadores da educação foram agrupados, nos permitimos, finalmente, deixar de esgotar a análise de toda a historiografia que lhes corresponde, privilegiando tão somente os mais expressivos de cada tendência.

Foram os seguintes os historiadores da educação abordados:

Primeira Tendência: Geraldo Bastos Silva e Fernando de Azevedo;

Segunda Tendência: Jorge Nagle e Vanilda Paiva;

Terceira Tendência: ~~Manfred~~ Berger e Otaíza Ribeiro ~~Rodrigues~~, além de Fernando Henrique Cardoso, a fonte ~~predominante~~ so-

bre ambos;

Quarta Tendência: Celso Beisiegel;

Quinta Tendência: Maria Luísa Santos Ribeiro e uma de suas fontes básicas: Darcy Ribeiro.

Podemos sistematizar as conclusões de nossa crítica de forma resumida que se segue: 1) os historiadores de educação brasileira não preenchem os requisitos do fazer científico, tal como os impõe a ciência da história, produzindo elaborações teóricas cujos resultados velam, sistematicamente, as contradições do real. Suas obras, portanto, são marcadas, consistentemente, pelo que Lukács denominou decadência ideológica burguesa; nessa perspectiva, o compromisso do cientista - não é com a verdade, mas com a manutenção da ordem burguesa; 2) uma-evidência dessa constatação se expressa na orientação eclética, comum a todas as tendências historiográficas abordadas em nosso trabalho, indicador de que não se diferem em essência. Com efeito, o ecletismo corresponde a uma tentativa, consciente ou não, de negar a ciência da totalidade concreta, isto é, de negar a possibilidade de que esta possa apreender o real, em toda a sua complexidade, de forma-auto-suficiente. Por propor a conciliação de sistemas, cai no relativismo ideológico, o que implica o desconhecimento dos condicionamentos políticos de cada um deles; 3) a especialização do saber, verso-do ecletismo, é outro componente constante das diferentes tendências-historiográficas, e, igualmente, outro indicador da decadência ideológica que atinge a historiografia educacional. Historicamente esse tendência correspondente à resposta da ciência burguesa à emergência da ciência da história, cujo único objeto é a sociedade enquanto totalidade. A especialização do saber, em oposição, parcializa progressivamente os objetos das ciências, impedindo, por essa via, que o concreto da sociedade seja reconstituído a nível do pensamento; 4) como resultado, até as posições que se manifestam progressistas, no plano do discurso, revelam-se reacionárias no plano epistemológico, pois o fundamento é sempre a anti-história, a prática da anti-ciência.

GUILHERME PEREIRA DAS NEVES
Universidade Federal Fluminense

Esta comunicação resulta do amadurecimento de leituras e aulas, preparadas para os cursos de Introdução ao Estudo da História da Universidade Federal Fluminense. Não pretende esgotar nem resolver a questão bastante antiga, e ampla, da cientificidade da história enquanto disciplina -- mas sim chamar a atenção para algumas incompreensões que podem advir de objetivos distintos, em relação à prática historiográfica, por parte daqueles que consideram a história uma ciência ou não. Objetivos que se escon-
dem sob significados diversos que se atribuem ao mesmo termo história, sob uma polissemia da palavra, que cumpre esclarecer, a fim de distinguir com precisão os argumentos do debate.

A constituição da historiografia contemporânea, a partir da sistematização do método crítico tradicional, em inícios do século XIX, não eliminou imediatamente as concepções da prática historiográfica originadas na antiguidade e na idade média. Ao contrário, acrescentou a estas, embora tendendo a tornar-se dominante, mais um modelo de "fazer a história", modelo ao qual o desenvolvimento das ciências sociais, as reflexões sobre o pensamento de Marx, o historicismo e a metodologia dos Annales somaram uma complexidade crescente.

No século XX, a complexidade da historiografia contemporânea atingiu o ponto de permitir, talvez, a distinção entre duas posturas básicas. De um lado, concebe-se o objetivo do historiador como o desvendamento progressivo de um passado ainda presente, através de uma reconstituição, necessariamente parcial, segundo certos pressupostos do investigador. De outro, como uma tentativa de buscar, além da reconstituição orientada de fatos passados, uma análise do complexo jogo de forças (econômicas, sociais, políticas, ideológicas, etc.) em atuação num determinado momento histórico. Configuram-se, assim, na realidade, duas práticas historiográficas atuais, concomitantes, diversas quanto aos seus objetos, que, por comodidade, podem ser denominadas história-narrativa e história-problema, respectivamente.

A proposta da história-narrativa, profundamente marcada pelo historicismo, reside na seleção e organização dos fatos históricos concretos para dar consistência a certas hipóteses que só adquirem sentido pleno se examinadas historicamente. Contudo, ao insistir na singularidade dos eventos históricos, impede a si mesma de estabelecer proposições gene

ralizantes, objetivas, verificáveis empiricamente, do tipo científico, como entendem os filósofos da ciência, na linha de Bunge e outros. Seu objeto são os fatos, e seu objetivo, fornecer uma descrição explicativa deles.

Ao contrário, a história-problema, marcada, por sua vez, pelo pensamento de Marx e pelo desenvolvimento das ciências sociais, propõe-se a transcender os fatos históricos, procurando o seu objeto em certas componentes, construídas teoricamente, capazes de explicar a eclosão de certa espécie. Nesse caso, o que se encontra em exame são teorias, verificadas através do comportamento de variáveis consideradas representativas. Trata-se de uma análise que exige o conhecimento das circunstâncias históricas precisas, relevantes para a questão, na medida em que a história (processo) transforma-se em dimensão, em campo de experiências, para teorias especializadas sobre aspectos da realidade social; sem, no entanto, transformar essa reconstituição em objeto da investigação.

A história-narrativa e a história-problema perseguem, dessa forma, objetos e objetivos diferentes, embora convivam simultaneamente sob a denominação genérica de história. Criticar a história em geral por se pretender científica, alegando que só trata de fatos singulares ou recusar-lhe o estatuto puro e simples de gênero literário, alegando a maior validade de uma visão de mundo que sustenta a narrativa; alegando alguns de seus procedimentos na reconstituição de um passado que se assemelham aos da ciência; alegando, por fim, que a história, por tratar de homem e da sociedade, identifica-se a um outro tipo de ciência, todos estes argumentos denotam pelo menos falta de clareza e incompreensão das duas práticas historiográficas de hoje em dia. Incompreensão que se encobre sob a polissemia da palavra história e que faz do debate uma discussão de surdos.

O HISTORIADOR E O CONCEITO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO:

HECTOR H. BRUIT

Departamento de História IFCH
UNICAMP

O conceito nos parece de uma densidade imensa e de uma riqueza incomparável para a análise histórica, e de fato os historiadores o têm usado na análise da sociedade capitalista.

O processo capitalista analisado desde o ponto de vista da reprodução, não só produz mercadorias e mais-valia, senão produz e reproduz também o próprio processo do capital, isto é, reproduz o capital e o capitalista; reproduz as forças de trabalho e os trabalhadores. Reproduz incessantemente as relações sociais de produção. Esta reprodução é sempre reprodução em escada cada vez maior.

Para Marx, a produção capitalista é sempre produção e reprodução de relações de produção capitalistas.

O problema surge quando se levanta a questão se a produção capitalista é capaz de produzir e reproduzir uma relação de produção não-capitalista. Esta possibilidade tem sido admitido por autores importantes em trabalhos da maior significação para a historiografia brasileira, notadamente: José de Souza Martins.

Particularmente no Cativerio da Terra, Souza Martins considera que o colonato constitui-se como uma relação de produção não-capitalista reproduzida pela produção capitalista.

O fundamento teórico que parece explicar o processo através do qual a relação capitalista produz relações não-capitalistas, estaria no próprio movimento histórico dialetizado: o movimento do capital reproduzindo as condições de sua negação; produzindo e reproduzindo um contrário, particularmente "naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais".

Não obstante, parece-nos fraco esse movimento dialético, por quanto a relação capitalista e a não-capitalista são concebidas como elementos exteriores - um em relação ao outro-, mediatizados pelo comércio. Eles não constituem uma unidade dialética, toda vez que podem existir e de fato existem - separadamente. Diferente pois, por exemplo, da relação entre operário e capitalista, entre valor de uso e valor de troca. Aí existe uma unidade de contrários que se produzem e reproduzem.

Além do mais, a construção histórica que disso resulta, parece-nos estranha: por um lado, o fazendeiro, um empresário-capitalista, por

outro, o trabalhador, um elemento exterior ao campo do capital. O fazendeiro capitalista, organiza a produção e o processo de trabalho. O trabalhador, o colono, não é mais que um apêndice circunstancial explorado pelo capitalista. Voluntária ou involuntária, uma tal construção faz-nos deslizar por uma pendente ideológica que não tem nada de novo, mas muito de perigoso: o capitalismo, como processo histórico que supera a estrutura colonial, como processo revolucionário, deve ser atribuído ao fazendeiro-capitalista, ao empresário, Este é o homem revolucionário. O trabalhador, situado numa rede de relações não-capitalista representa o elemento passivo, ao qual, o processo histórico moderno brasileiro não deve muita coisa. Se pula de Marx à Schumpeter.

Em nossa opinião, é muito mais adequado ao movimento histórico real, que a relação de produção capitalista produza e reproduza uma relação de produção que não lhe é específica, quer dizer, uma relação não-assalariada, mas que é, em sua essência, uma relação capitalista.

O conceito de subordinação formal do trabalho ao capital, - da conta do movimento, que é interior ao processo capitalista, de produção e reprodução de relações de produção não-assalariadas. Ora, por estarem subordinadas formalmente ao capital já não podem ser relações não-capitalistas. Pelo contrário, são relações que produzem mais-valia absoluta, quer dizer, também entram no processo de valorização do capital.

O colonato aparece como uma relação não-capitalista apenas - na esfera da produção imediata: trabalho familiar, produção direta dos meios de vida, etc. Mas a nível de reprodução do M.P.C., aquela exterioridade do colonato em relação ao capital, não é mais que uma aparência produzida pelo próprio capital e que encobre uma concreta exploração capitalista do trabalhador.

Quando o M.P.C. determina, redefine e subordina relações de produção-capitalistas e/ou não-capitalistas, o faz através de sua relação de produção específica-a relação assalariada -, quando esta relação é dominante, isto é, quando a mesma está plenamente constituída num setor econômico importante e passa a determinar a produção social do conjunto do sistema. Esta condição já existia em todo o ocidente na segunda metade do século XIX: a relação assalariada estava plenamente constituída na indústria inglesa e determinando não só os outros setores da economia inglesa, senão a produção social de outras áreas geográficas.

A relação de dominação-subordinação, que aparece na esfera da reprodução do modo e não na esfera da produção imediata, se realiza através do capital-dinheiro exportado pela Inglaterra. É o movimento desse capital, e não do capital-mercadoria, que propaga a dominância da relação assalariada, pois o capital-dinheiro se movimenta para tornar-se capital, isto é, para associar-se à força de trabalho, subordinando-a real e formalmente.

HELGA I. L. PICCOLO

UFRGS e Unisinos

Uma análise da produção historiográfica brasileira mais recente, publicada ou não - mostra no nosso entender, de maneira bastante accentuada, uma tendência por parte dos pesquisadores pelos temas regionais. Não nos parece tratar-se de uma afirmação regionalista, mas de uma opção que enriquece o conhecimento histórico pela integração das especificidades dos processos históricos regionais.

No RGS, as linhas de pesquisa em andamento, as pesquisas já concluídas, revelam o interesse cada vez maior por temas regionais, para o que logicamente também contribui a maior facilidade em termos de acesso às fontes.

Poderíamos enumerar - o que foge ao escopo desta comunicação - diversas Histórias Gerais do Rio Grande do Sul já conhecidas do grande público, além de trabalhos que abordam temas específicos dessa História Regional, trabalhos que vão desde a tradicional abordagem factual, descritiva na linha de uma historiografia de cunho positivista, até análises com determinado embasamento teórico e metodológico.

Não nos move aqui um espírito crítico em relação ao que já foi escrito sobre a história do RGS. O que objetivamos na comunicação é mostrar, através do acompanhamento de alguns trabalhos que abordam determinado tema, como evoluiu essa abordagem mostrando ao mesmo tempo que as novas pesquisas e os novos estudos não se constituem apenas numa revisão histórica mas o que vem sendo feito constitui-se, em verdade, em uma nova etapa de elaboração de uma História do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, queremos deixar claro que o título da comunicação na sua amplitude deve ser reduzido às proporções de nosso objetivo - específico que é o movimento republicano no RGS no século XIX, tema que - por fazer parte de um amplo projeto de pesquisa, está longe de sua fase de conclusão.

Concretamente serão feitas algumas considerações e muitas indagações, dúvidas e questionamentos. Partir-se-á da guerra dos Farrapos - marco sempre lembrado no movimento republicano - para depois tomarmos em consideração o Manifesto de 1870 e até que ponto ele foi a matriz ideológica do movimento republicano no RGS no último quartel do século XIX.

Justificamos a importância do tema pelo processo político sul-riograndense na chamada Primeira República onde o confronto nem sempre pacífico entre uma vertente republicana autoritária e outra vertente republicana conservadora liberal, bipolarizando a política estadual, constituiu-se numa das especificidades do processo histórico gaúcho com implicações que no seu desdobramento não se reduziram ao âmbito do RGS, mas extrapolando-o tiveram reflexos no processo político nacional.

Enfim, queremos mostrar que essa bipolarização só pode ser entendida à luz da política sul-riograndense no período imperial.

JOÃO GUSTAVO LACERDA FURTADO
Universidade do Estado do Rio
de Janeiro

"O tempo adere ao seu pensamento como a terra a pá do jardim". Parece-nos indiscutível a relevância da discussão do conceito tempo em história.

Igualmente parece-nos indiscutível a extraordinária importância dos conceitos tempo ____ história como estabelecidos por Braudel.

No prefácio do hoje, clássico "O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à época de Filipe II (La Méditerranée et la Monde Méditerranée à l'époque de Philippe II, Paris, Armand Colin, 1949), Braudel empresta a discussão uma definitiva contribuição.

Superando definitivamente a visão de tempo como pura duração, Braudel, em sua obra magistral, propõe, em primeiro lugar, a questão de uma história quase imóvel "a dos homens em suas relações com o meio que o cerca". Uma história feita de um incessante recomeçar, uma história lentamente ritmada.

Neste nível operam as estruturas mais duradouras, as estruturas de longa duração.

Acima desta história, uma história social, dos grupamentos humanos. Uma história conjuntural, um Tempo Social.

Finalmente chegamos a um tempo dinâmico, nervoso. O tempo breve, ocorrencial. Este é o Tempo da História tradicional, "uma história com oscilações breves, rápidas nervosas".

Assim chegamos a uma espécie de escalonamento ou a uma história em planos escalonados, ou ainda, podemos dizer, a distinção, na história, de um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual.

Esta comunicação pretende discutir a concepção braudeliana dentro de uma perspectiva histórica a partir da obra de Fernand Braudel.

JOSE BALBINO DE MOURA

Fundação Educacional de Guarabira

O tema envolvido nesse artigo prende-se ao fato de ter a História do Brasil sombreado certos aspectos da sociedade nordestina da maior importância para a compreensão mais clara da excessiva - reprodução de mão-de-obra no sistema econômico-social brasileiro e, - particularmente, nordestino. Para tanto, procuro aventar, nessa pesquisa, as articulações econômicas, partindo das relações sociais de produção vigentes na época estudada (início do século XIX). Procuro elucidar a evolução econômica da época, levantando questões relacionadas às exigências das transformações sociais que passavam - a contribuir para a extinção do trabalho escravo. Nesse sentido, procuro mostrar que, por trás dos interesses em apoiar a implantação da vigência do trabalho livre, existia um certo desfalque no seu sistema produtivo em virtude das relações de trocas de mercadorias desfavorecerem a Inglaterra e favorecerem o Brasil (e outros países com sistema de produção baseada na mão-de-obra escrava). Esses aspectos são tratados basicamente na PARTE I desse trabalho.

A segunda parte desse artigo trata da progressiva reprodução da mão-de-obra livre em função da maior reprodução da população livre do que a escrava. Nesse movimento de transformação social, emergia uma considerável fração da população livre, iniciando-se o processo de formação de um contingente de reserva de mão-de-obra livre capaz de garantir, após a Abolição dos Escravos, a implantação - do trabalho livre (inclusive o trabalho assalariado). Nesse contexto procuro fazer um aproveitamento dos testemunhos do viajante inglês Henry Koster como indicação para a evidência do engrossamento das fileiras do contingente de moradores e agregados. Nesses - termos englobo as ocorrências, em parte, descritas por Koster em relação a área geográfica onde ele mais vivenciou - a Província de Pernambuco, notadamente as zonas canavieiras. Aliás, as observações efetuadas por Koster terminam servindo de base para esse artigo como um todo.

Outra questão, levantada nesse artigo, é a formação da pequena propriedade no Nordeste. Por esse lado, procuro mostrar que a presença do morador, nas terras destinadas a atividade econômica ba-

deada na pecuária e nas culturas de subsistências, deu margem para a fixação de pequenos proprietários dentro do latifúndio que não era utilizado na lavoura canavieira. Em suma: mesmo com o difícil acesso à propriedade de terra, a presença do morador no latifúndio nordestino conseguiu contribuir para o fracionamento de uma parte da grande-propriedade rural. Assim torna-se mais fácil empreender as condições pelas quais tornavam-se difíceis a ascensão social de vastas camadas sociais que figuravam à margem do processo produtivo-

Em decorrência das próprias características desse artigo, dediquei um espaço mais amplo (seis páginas) às referências bibliográficas. Isso ocorreu em virtude da riqueza de dados comprobatórios e apoiadores das proposições afirmadas no decorrer desse trabalho de pesquisa; passei a tecer considerações sobre os dizeres, por exemplo, de Koster, Gilberto Freire ou outros autores referenciados--no desenvolvimento desse artigo. Daí a maior amplitude das referências bibliográficas que, inclusive, comportaram a maioria das transcrições de autores referenciados.

Além dos assuntos expostos acima, esse artigo aborda alguns aspectos da Revolução de 1817 sob o prisma das relações sociais de produção. Nessa linha de abordagem, procuro relacionar os reais-interesses da camada social dominante e as virtuais estagnações - das principais conquistas da maioria da população nordestina da época.

Finalmente, procuro mostrar que a lenta transição do trabalho escravo para o trabalho livre não significou nada mais nada - menos do que uma mudança na forma de oprimir as camadas sociais - produtoras da riqueza do país. Essa nova forma de opressão desencadeada pela camada social dominante se deu através do esmagamento econômico e social do representante das camadas sociais submetidas à chamada "marginalização" da época aqui estudada - O MORADOR.

JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR

Universidade Estadual Paulista
UNESP - Assis

Nosso propósito é divulgar à comunidade científica um trabalho defendido pelo autor como tese de Livre-Docência em outubro de 1980.

Pesquisa realizada em arquivos portugueses e brasileiros entre 1974 e 1979, abordam-se problemas históricos de ordem social e política, aspectos dominantes na historiografia da transição (entre os fins do antigo sistema colonial e o início do Estado Nacional brasileiro). A presente comunicação enfatiza, no entanto, a economia e o comércio luso-brasileiro do período proposto. Outrossim, faz um aprofundamento maior sobre a economia pernambucana e seu comércio inserido naquele contexto mais amplo Brasil-Portugal.

JOSE SILVÉRIO LEITE FONTES

Universidade Federal de Sergipe

O problema da cientificidade da História é um problema ainda atual. Numa sociedade dominada pelo culto à Ciência, saber se a disciplina intelectual que cultivamos pode receber foros de ciência é, de fato, crucial para seu status no conjunto das atividades cognitivas.

1. Histórico do conceito de Ciência

Até o século XVII, não havia ainda plena consciência da autonomia das ciências físicas e biológicas. Estavam todas elas englobadas na Filosofia, como partes constitutivas, embora guardando especificidade peculiar. Para Aristóteles, as ciências distinguiam-se entre si pelos princípios segundo que visualizariam o aspecto escolhido de seu campo de estudo, aquilo que Sto Tomaz de Aquino chamaria a ratio formalis sub qua. Somente poderia ser objeto de ciência necessário e o imutável, pois o mundo dos fatos moventes não poderia dar explicação satisfatória de si mesmo, compelido a recorrer a outros princípios, sempre, até ao infinito, se não encontrasse fundamentos estáveis, válidos para a totalidade da classe dos fenômenos estudados. Esses princípios determinativos dos seres seriam as causas. No mesmo tom, rezavam Sto. Tomaz e os escolásticos.

Entretanto, desde o século XIII, já surgia a preocupação pelo plano movediço dos fatos, faltando-lhe, porém, um instrumento adequado e que correspondesse às características do que, desde a Antiguidade grega, se entendia por saber científico. De Galileu a Newton, foi encontrado esse instrumento: a matemática. Enquanto a Física dos antigos era uma ciência de entes, a dos modernos passaria a sê-lo dos fenômenos, reduzidos a suas diversas relações quantitativas. Seguiu-se o desenvolvimento das ciências biológicas, que, se não completamente matematizáveis, puderam estabelecer esquemas permanentes das correlações dos fenômenos vitais.

O século XIX assistiu à constituição das ciências sociais, que procuraram estruturar-se nos termos epistemológicos de suas congêneres dos fenômenos físicos e vitais. Entretanto, elas sempre se defrontaram com a nova situação de seu campo de estudo, a ação humana, necessariamente intencional, enquanto humana, e voltada para os valores. Além disso, o cientista social estava englobado por seu objeto, ele também ser humano, orientado por valores.

A História, disciplina muito antiga, que sempre desenvolveram suas explicações à luz do senso comum, viu-se agora sob o impacto das ciên

cias sociais, que possuem o mesmo objeto material seu, o homem em sociedade, e, além disso, são capazes de estabelecer critérios explicativos estáveis, pois abstraem aspectos da realidade e procuram elucidar a natureza das relações neles implicadas. Em contraste, a História aspira a descrever o que verdadeiramente aconteceu e porque ocorreu, tomando-o em sua concretividade e complexidade.

2. A História e o conceito de Ciência

A breve exposição feita já nos esclarece que o conceito de Ciência não é o mesmo em diferentes épocas. Sua modificação, porém, não tem sido arbitrária, pois o que hoje julgamos tal guarda estreita conexão com o enunciado pelos antigos. Resta verificar se a concepção atual permite desenvolvimento lógico, na ordem da invenção, capaz de incluir a História, conquanto isso signifique um salto adiante no entendimento do que seja ciência. Como hoje se define o conhecimento científico, a História quanto muito será uma ciência imperfeita, uma quase-ciência.

Poderemos enumerar as notas características da Ciência, hoje, da seguinte maneira: a) saber metodicamente adquirido; b) constituído sistematicamente por princípios e conclusões universais; c) saber objetivo.

Quanto à alínea a, não se pode negar à História essa qualidade, considerando-se as técnicas e as normas de pesquisa adotadas, fruto de elaboração sistemática. A questão da objetividade, no sentido kantiano do termo, acordo de todos os especialistas quanto às conclusões, quando seguidos os mesmos princípios e os mesmos métodos, é mais difícil. Ocorre que, ao nível das ciências humanas, há possibilidade de maior variedade de princípios explicativos, pois, se bem os valores sejam objetivos, a escolha deles é subjetiva. Nas ciências ditas naturais, há também variação de princípios, mas esses dependem de novos pressupostos aptos a produzir melhores resultados, fruto da capacidade inventiva dos cientistas e não de suas opções pessoais. Estas, porém, nas ciências humanas, não excluem as relações objetivas entre os princípios e os fatos e nem sempre se anulam mutuamente.

Resta, pois, examinar se a História possui princípios próprios e se suas conclusões, de alguma maneira têm valor universal.

Braudel tem insistido justamente na função que desempenha a temporalidade na ótica do historiador. Não se trata de qualquer tempo, pois as outras ciências possuem seus próprios tempos. O cognoscente é quem define a estrutura do tempo, a forma de enumerá-lo, com fundamento no objeto real. A História interessa-se pela existência do homem em sociedade, a partir de certos princípios de temporalidade. Enquanto as outras ciências querem extrair, das sequências existenciais, as essên-

cias nelas contidas. História, não: quer ver as essências enquanto inves
tidas nos existentes. Com a História, o ciclo do conhecimento humano che-
ga a seu acabamento: havendo partido do singular concreto, a ele volta -
enriquecido de todas as suas abstrações. Na História, encontramos as
essências como efetivamente existem, como algo que são inseparavelmente -
em si e para outras, nunca definidas isoladamente, nunca absolutas e e-
ternas, salvo a eternidade de cada momento, de que fala Jaspers. Em su-
ma, não é exato que a História vise ao singular, pura e simplesmente, mas
ao universal enquanto singularizado e ao singular enquanto portador de u-
niversais.

SANDRA J ATAHY PESAVENTO

Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

Este estudo pretende analisar as relações existentes entre a historiografia e a ideologia, ambos elementos da super estrutura, mais especificamente, da sociedade civil de um bloco histórico-dado: o Rio Grande do Sul republicano. Radicada a análise no plano-supraestrutural, este tem um conteúdo econômico-social que confere racionalidade histórica. Em outros termos, quando dentro de um bloco histórico se analisam elementos da superestrutura (partidos políticos, hegemonia, ideologia), a base econômica, com suas relações sociais de produção e seu determinado grau de avanço das forças produtivas, devem ser levados em conta.

No Rio Grande do Sul da República Velha, a agropecuária apresentava-se como o setor dominante no estado, e os pecuaristas exerciam a hegemonia no contexto sulino, possuindo a preeminência da direção ideológica, cultural e também política da sociedade.

Uma das formas básicas desta classe dominante e dirigente garantir e justificar a sua hegemonia sobre a sociedade gaúcha da República Velha foi a utilização do grupo intelectual. Interessado, para fins deste estudo, analisar o desempenho de uma parcela desta intelectualidade - os historiadores - que estiveram a serviço da elite agropecuarista rio-grandense, tendo como tarefa legitimar e justificar a predominância e hegemonia daquela. A história, como ciência, incumbia-se de resgatar para a classe dominante o seu passado. Um passado que, necessariamente, a nobilitasse, exaltasse suas virtudes, sua inclinação natural para a ocupação do lugar merecido no topo da estratificação social. Por outro lado, a historiografia servia ainda para registrar o presente, justificando os atos e as palavras da classe dominante perante a opinião pública. O historiador, no caso, apresentava-se como o veículo de difusão da ideologia da classe dominante gaúcha na Primeira República.

Dentro desta perspectiva, tendências e temas de predileção da historiografia gaúcha foram a "glorificação do gaúcho", a Re

volução Farroupilha", o "sentimento da nacionalidade do gaúcho", a "democracia sulina", o "espírito de partido".

Deve-se compreender que tais manifestações correspondem à visão da classe dominante sobre si mesma e o mundo, que encontram - sentido se analisadas a partir de uma realidade histórica concreta, estrutural e superestrutural.

Neste sentido, buscar-se-á ver, nas tendências da historiografia gaúcha, a presença da ideologia.

NACHMAN FALBEL

Universidade de São Paulo

Salimbene de Adam nasceu em Parma em 1221 e ingressou na Ordem Franciscana em 1238. Completando seu noviciado em Iesi estudou em Lucca, Sienna, Pisa, Cremona e Parma. Também esteve na França onde conheceu a Inocência IV que se encontrava de passagem em Lyons e a Luís IX que acompanhou em sua viagem a Vézelay. Voltou à Itália em 1249 permanecendo em Ferrara durante sete anos percorrendo após esse período vários lugares de sua província e que lhe deram em boa parte o material anedótico com o qual ilustrou a sua Crônica. Além da sua conhecida obra Salimbene escreveu uma História Universal que não chegou às nossas mãos.

A crônica ele a iniciou aproximadamente em 1262 vindo a terminá-la entre 1283 e 1288, último ano do qual temos notícias de Salimbene, pois após o mês de junho dessa data nada mais se sabe sobre a sua pessoa.

A sua crônica registra os acontecimentos de um período tumultuoso que são descritos por um observador atento a qual não escapam os detalhes importantes. Nela encontramos a descrição dos grandes debates que agitaram a época seja sob o aspecto político-social ou ainda sob o aspecto das correntes de pensamento que predominaram no século XIII.

Boa parte de sua crônica é dedicada a descrição dos personagens centrais da heresia dos Espirituais na Ordem Franciscana tais como João de Parma, Hugo de Digne, Gerardo da Borgo S. Donnino e vários outros. Nesse sentido Salimbene passa a ser uma fonte preciosa para o estudo da influência que Joaquim de Fiore exercera nos círculos franciscanos de seu tempo. Ele mesmo caiu na tentação joaquimita e somente mais tarde, como se expressa em sua crônica, resolvera acreditar "unicamente no que via". De espírito vivaz usa muitas vezes de um estilo jocoso para narrar os eventos que presenciou em seu tempo o que faz da Crônica um texto de leitura agradável e amena, apesar do uso constante de expressões do latim barroco-medieval.

O grande florescimento de heresias no século XIII não poderiam passar despercebidas na crônica de Salimbene e, pelo contrário, ele as captou com todas as nuances críticas em relação à Igreja de seu tempo e à própria sociedade feudal.

No texto da Crônica, além da descrição dos grupos heréticos franciscanos de influência joaquimita, são mencionadas as heresias - dos Pseudo-Apóstolos de Dolcino de Novara e Geraldo Segarelli bem como outras menos conhecidas.

Também os movimentos dos Flagelantes e dos Aleluiantes merecem a atenção de Salimbene que as descreve com cores fortes traçando um perfil do fanatismo religioso daquele tempo.

A crônica que foi preservada no MS.Vat. 7260 está publicada no tomo XXXII da coleção Scriptores da Monumenta Germaniae Historica.

LUIZ PALACIN

Universidade Católica de Goiás

O autor e a obra

Silva e Souza (1764-1840), nascido em Serro Frio (M.G.) é ordenado sacerdote em Roma, chegou a Goiás em 1790 para regentar a cadeira - de latim em Vila Boa; e aí permaneceu os restante cinquenta anos de sua vida tendo desempenhado importantes cargos tanto na prelazia-vigário geral a partir de 1818 - como na Província - membro do conselho geral.

Silva e Souza é considerado o primer historiador de Goiás, Deve este título a sua obra: "Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas notáveis de Capitania de Goiás". Escrita em 1812, a Memória (1) se situa entre a crônica a estatística e a corografia.

Trinta anos depois escreveu a Memória Estatística. Seu epígrafe completo indica claramente as circunstâncias da composição desta obra, puramente descritiva e limitada rigorosamente ao presente: "Memória Estatística da Província de Goyaz dividida pelos julgados das suas duas Comarcas, e na forma do Elecho enviado pela Secretaria do Império: escripta por determinação do Exce. Conselho Administrativo da Província, e conforme as informações, que se receberão dos diferentes Julgados".

Além destas duas obras, conservamos de Silva e Souza algumas composições de caráter literário: um poema dramático intitulado a Discórdia Ajustada (1819), poesias líricas e satíricas, um discurso pronunciado no dia 7 de setembro de 1832, algumas cartas.

Os três tempos de ideologia

Este estudo limita-se a levantar, através da leitura da obra - de Silva e Souza, a existência de três tempos de ideologia em Goiás, dominantes e sucessivos: o primeiro, de caráter épico-popular, corresponde ao descobrimento, exploração de território e fundação dos primeiros centros de mineração, chegando até a institucionalização política e estabilização econômica; o segundo, acusa a inexistência de um verdadeiro povo, sendo marcado pelos elementos ligados à administração, representa a ideologia colonial; o terceiro, posterior à independência, traduz às modificações políticas e exalta a ideologia liberal, manifestando de uma forma surpreendente a flexibilidade do estamento dirigente na remota Cidade de Goiás.

1) A épica goiana

A hipótese aqui levantada é a da existência de um período curto de 15 a 20 anos - intenso, de exaltação épica entre os primeiros povoadores de Goiás. Tudo concorria para isto: a magnitude do território-

e da empresa desbravadora; as lutas com os índios; a abundância de ouro; a violência do ambiente e a sensação de fazer a própria lei.

Tudo isto se reflete na tradição oral, que recolheu Silva e Souza cinquenta anos mais tarde, e que informa sua narração do descobrimento e primeiro povoamento das minas. Apesar da característica sobriedade e contenção fatural da Memória, podemos encontrar restos desta gestão épica na tradição oral através: a) da exaltação magnificada das riquezas descobertas e a criação mítica de outras ainda maiores por descobrir - Araés, Martírios, Correntes; b) da criação de um clima de grandeza heróica pela multiplicação das proporções nos escravos, nos preços, na violência; c) da deformação histórica da figura do descobridor Anhanguera para conferir-lhe um maior realce, conforme ao um tipo heróico-trágico.

Nada deste caráter heróico passou para a tradição goiana. O folclore remanescente ou se inspira em tradições medievais portuguesas - cavalcadas, Carlos Magno, pastorinhas, - ou em tradições africanas e indígenas - congos, danças de tapuias.

Como poderia explicar-se esta ausência total da própria história na elaboração popular da memória goiana? Duas razões fundamentais - nos sugere a Memória: a substituição do clima de exaltação heróica por - outro marcado pelo sentimento de decadência; a inexistência de uma verdadeiro povo ligado ao destino da terra.

A ideologia da administração colonial

A inexistência de um verdadeiro povo cria um vácuo, preenchido só pela administração. Os brancos proprietários, uma minoria dentro da grande massa de escravos e forros, desertam das minas ao avançar a decadência da mineração. A única presença contínua é a da administração: do sistema, não das pessoas, que mudam também continuamente. Talvez aponta - para este fato, inconscientemente, a Memória, ao registrar apenas os pequenos empreendimentos administrativos dos governadores.

A ideologia da administração transparece, não obstante o caráter fatural da exposição. Esta ideologia, típica do chamado despotismo esclarecido, manifesta-se: no tom moralista e humanitário; na exaltação da lei e do estado como princípios civilizadores; no respeito incondicional da autoridade.

Este último ponto, verdadeira pedra de toque do sistema ideológico, recebe inesperado ênfase no ditirambo do monarca com que se encerra a obra: "nós temos a vantagem de vermos fundada no nosso continente - a corte do mais piedoso, do mais justo rei do Universo..."

Convicção do autor, parte do sistema na sua qualidade de clérigo e professor? Adulação do funcionário? De qualquer forma, se foi pecado de bajulação teve sua reincidência, pois sete anos mais tarde Silva e Souza publicava a "Discórdia Ajustada" para celebrar a coroação de D.

João VI. Não configura isto uma necessidade ambiental?

A ideologia liberal e patriótica

Não deixa de surpreender em quem tinha manifestado de tal forma sua adesão ao sistema colonial, e ao Soberano que o encarnava, a súbita mudança manifestada posteriormente.

Na Ode e Imprensa e ao Matutina Meiapontense (1830), Silva e Souza qualifica os governos coloniais em Goiás de "bastões pesados" e "estúpida ignorância", o período todo como "tempo de horror que gela o sangue"; no discurso do dia da independência (1932) os conceitos que caracterizam os tempos coloniais são "opressão", "tirania", "algemas", "despotismo" ...

Mudança pessoal do autor de acordo com a dialéctica dos acontecimentos? Não será antes o apontar de um novo estamento dirigente em busca de sua ideologia?

MARIA BÁRBARA LEVY*

ANA MARIA RIBEIRO DE ANDRADE **

A preocupação fundamental da nossa comunicação é analisar as articulações do sistema bancário nas diversas regiões do país. Para tanto examinamos a existência de diferentes moedas de crédito privado - que circulavam ao lado do papel oficial de emissão do Tesouro ou das notas do Banco do Brasil.

No final do período colonial a moeda de crédito privado já permeava as relações sociais de troca no lugar da moeda do Estado Português. Na década de 1830, devido ao moroso processo de substituição das notas do antigo Banco do Brasil pelas do Tesouro, novos ativos e signos de valor foram sendo introduzidos na circulação monetária, fruto do in-crescimento das transações mercantis.

Em cada região geo-econômica ativa casas comerciais, ao lado das casas de desconto e das bancárias recém-criadas, realizavam as operações de crédito impostas pela nova realidade econômica. Os bilhetes de reembolso e vales desempenharam as funções do papel-moeda até ser reconhecido aos bancos comerciais privados o direito de emissão de notas (1857). A exemplo dessas casas, companhias de serviço público e pessoas físicas emitiam também esses papéis, essenciais na intermediação mercantil.

O poder central também necessitava de instrumentos de crédito capazes de financiar o seu déficit. Os títulos da dívida pública, adquiridos pelos grupos interessados na conquista da unidade nacional, constituíam um ativo eficiente para cobrir as despesas do Estado e contribuíam para equilibrar o fluxo de receitas e despesas dos fazendeiros.

Centros de irradiação financeira foram se delineando nas áreas geo-políticas de relevo, contribuindo para concretizar a unidade nacional. Sobressairam cinco grandes regiões de circulação monetária de limitada: -

* Pesquisadora Sênior do IBMEC e professora de Histórica Econômica do Brasil da Faculdade de Economia e Administração bem como do Mestrado de História da UFRJ.

** Assistente de Pesquisa do IBMEC e mestranda em História na UFRJ.

- O Rio de Janeiro de centro de decisões políticas, com o advento do café no Vale do Paraíba, passa a destacado centro distribuidor de escravos, abastecedor de fazendas, importador e ponto de convergência do comércio de cabotagem. O Banco Comercial seria o primeiro a adequar as necessidades de recursos financeiros às disponibilidades da economia. Os vales-ativo financeiro distribuído e controlado pelos bancos emitentes-desempenharam esse papel. O sistema de crédito vinculava-se ao produtivo através dos comissários;

- Salvador, a segunda mais importante praça comercial, caracteriza-se por um sistema de crédito institucionalizado esquivo às determinações do Estado. Desde 1834 a autonomia dessa área monetária, que de Salvador estendia sua influência ao norte de Minas e Sergipe, será garantida pelos bancos particulares, incorporados sem autorização. A falta de mecanismos e de instrumentos, que abreviassem as operações do comércio e os altos ganhos de seus acionistas explicam a profusão desses estabelecimentos;

- Recife, centro especialmente voltado para o comércio internacional dos produtos de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, alimentava ativo comércio de Letras de Câmbio e moedas metálicas. Só tardiamente teve seu sistema de trocas institucionalizado:

- O extremo Norte, representado pelas capitais comerciais do litoral - Belém e São Luiz - herdaram do período colonial o relativo controle que exerciam sobre a região. Apenas nessas cidades circulava numerário, tendo livre curso na primeira moedas estrangeiras, - principalmente peruanas e mexicanas, válidas em todas as transações - entre particulares e a Fazenda Pública;

- O extremo sul, pulverizado entre os entroncamentos comerciais do Rio Grande, Pelotas, São Gabriel e Santa Maria, estendia sua ação sobre diversas regiões mais ou menos autônomas localizadas ou não em território brasileiro. O tardio surgimento do sistema bancário se justifica pela intensa circulação de moedas estrangeiras que supriam as necessidades do comércio.

Até meados do século a moeda de crédito privado e as metálicas estrangeiras substituíram plenamente a moeda de emissão da monarquia-escravista.

O sistema bancário privado sofreu o primeiro golpe com a circulação das notas do novo Banco do Brasil. Sua fundação significara uma determinação do Estado no sentido de se assegurar da atribuição de gestor da moeda. Com o mesmo fim instalou caixas-filiais nas principais cidades mercantis. A lentidão do processo de fusão de bancos provinciais e as pressões sobre o crédito no Rio de Janeiro frustraram em parte os planos do governo: a circulação de vales prosseguiu..

O regime de pluralidade de emissões bancárias legitimou a

circulação da moeda privada e restabeleceu a autonomia monetária, agora sob o controle do poder central. A circunscrição territorial das notas dos bancos de 1857 entrelaçava o princípio do federalismo na marcha de uma política centralista, se se tem em conta os fenômenos monetários ocorridos.

A "crise" mundial de 1857-58 serviu como uma luva aos críticos da pluralidade - os metalistas. Valendo-se dos mecanismos do padrão ouro a Inglaterra chamou de volta seus capitais. O Banco do Brasil se retraiu e sobrecarregou as casas bancárias. A política papelista de Souza Franco foi sustentada por um banqueiro privado, Mauá.

TEREZINHA N. ZARATIN

Deptº de Linguística - FFLCH
Universidade de São Paulo

Para os estudiosos não especialistas na civilização chinesa, a Grande Revolução Cultural Proletária - aqui simplesmente denominada de "A Revolução Cultural" - aparece como um movimento de agitação esporádico, quase restrito ao ambiente estudantil.

Na verdade a grande luta que estava por se travar na vida política, social e cultural de China já havia revelado seus primeiros sinais no debate historiográfico, sobretudo na fase inicial da Revolução Cultural (1966-67) onde se atacou diretamente o problema da sociedade chinesa tradicional com a discussão do significado e da função da "herança tradicional".

Mais do que um simples e restrito movimento de agitação juvenil dos chamados "guardas vermelhos", a Revolução Cultural mergulhou toda a nação chinesa numa discussão ideológica cujo estudo é importante para a compreensão da História e da Literatura Chinesa Contemporânea.

A presente pesquisa busca estudar as duas linhas que se contrapuseram na historiografia chinesa contemporânea: a da ruptura e a da continuidade na História da China.

DÉA RIBEIRO FENELON

Universidade Estadual de Campina

Quando se pretende enfrentar a questão da necessidade de se explicitar as concepções e os pressupostos que informam as perspectivas de investigação e de análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as dificuldades encontradas são de natureza diferenciada a começar pela pouca atenção dada ao tema. O que existe de específico não é muito e nem sempre se tem o cuidado de expor os referenciais subjacentes à análise.

De início é preciso dizer que, em se tratando de cientistas sociais, esta é uma questão ainda polêmica, ou seja, admitir o caráter de subjetividade e de contemporaneidade da produção intelectual não parece fácil para muitos, que ainda se envolvem em longos debates e exercícios sobre as garantias de objetividade e de neutralidade de seus trabalhos. Trata-se, portanto, de uma primeira fase da discussão, certamente bem mais ampla do que a que se propõe aqui, mas que, para os historiadores se coloca de modo bastante enfático. Porque à História caberia, no quadro da divisão capitalista do trabalho intelectual, lidar com o passado, com o já acontecido, torna-se obrigatório cultivar apenas o empírico. Descobrir e procurar os fatos brutos e dar-lhes vida pela sua própria organização lógica e cronológica, dentro do recorte específico com que se investigou, esta a tarefa que se reserva ao historiador. Portanto, falar de concepções, teorias, pressupostos, será sempre uma preocupação exagerada daqueles que se recusam enfrentar a difícil tarefa da investigação empírica..

Por outro lado, parte da produção que se diz preocupar com questões metodológicas contribui para dificultar ainda mais o quadro. Carregam suas análises e suas reflexões com uma grande dose de sofisticação e hermetismo que chega a obstar a compreensão de suas propostas, afastando os não iniciados ao seu linguajar, da tentativa de absorver, junto com os resultados do trabalho, o exercício de método e as contribuições ao avanço da teoria.

Além disto muito das obras publicadas, qualquer que seja sua natureza, absorvido sem que com elas se estabeleça uma relação crítica, do ponto de vista metodológico, o que acontece em alguns casos pela própria deficiência na formação recebida quanto ao que seja a História. Nestes casos, ou a obra é universalmente aceita e a partir daí torna-se de citação obrigatória em todos os trabalhos subsequentes, ou então, é recusada em nome de classificações e rótulos de caráter pessoal e político.

Mais que isto nota-se uma tendência à incorporação acrítica de resultados de investigações realizadas a partir de pressupostos muitas ve-

zes antagônicos. A tônica do ecletismo, ou seja, o hábito da fusão e da síntese bibliográficas, sem nenhum critério que não o simples fato de haver sido publicado, considerado sinônimo de conhecimento sobre o processo histórico com que se lida, nada acrescenta de esclarecimento sobre a realidade que se quer investigar.

É bem verdade que este chamado ecletismo se manifesta também na produção historiográfica de que se está falando. Não se trata apenas de preocupações metodológicas quanto às teorias, trata-se de frequente utilização de dados, organizados e arrumados a partir de técnicas estatísticas, seriais, quantitativas, ou outras, em nome de aspirações de neutralidade que se atribui às técnicas de arranjo dos dados e até às fontes incorporadas, porque encontradas. Tudo isto para sustentar e dar concreticidade a categorias de análise, que exigiriam outro tipo de correlação de dados, ou então se atribui às fontes, principalmente às oficiais, um caráter de elemento demonstrador de uma equação previamente configurada para apresentar soluções já conhecidas de antemão.

Outra dificuldade é a falta de hábito de se estabelecer, na crítica bibliográfica, a contextualização da produção intelectual. Em verdade, esta produção é quase sempre vista em si mesma, sem atentar para as condições sociais em que foi realizada, o que significa atribuir-lhe de início, um caráter de neutralidade que, muitas vezes, nem os próprios autores reclamam em seu trabalho.

Tentar, pois, a partir das questões levantadas, a sistematização de algumas concepções existentes sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não é tarefa das mais fáceis. Se se ousa fazê-lo é, por um lado, por se considerar a necessidade bem atual de debater melhor alguns dos pressupostos que vêm sistematicamente informando as análises da sociedade brasileira, e a partir das quais se tenta a compreensão de conjunturas de hoje para fundamentar opções políticas e sociais.

Por outro lado existe também uma acentuada preocupação em organizar uma discussão presente ao longo do trabalho didático, sempre reclamada como necessária, mas sempre adiada por outras tarefas. A oportunidade que o tema do XI SIMPÓSIO oferece para discutir tal assunto não pode ser ignorada, quando se tem estas dúvidas aqui assinaladas.

RAQUEL GLEZER

Dep. História - FFLCH -
Universidade de São Paulo

Em um encontro de historiadores que tem como tema central de debate "História, historiografia e historiadores" não poderia faltar um trabalho que colocasse em questão a obra de José Honório Rodrigues - o primeiro autor no Brasil que se preocupou sistematicamente com o problema da formação de historiadores, a discussão dos problemas metodológicos e introduziu a história da história como disciplina nos cursos de História, visando sempre aperfeiçoar a prática da história e a reflexão crítica sobre nossa herança historiográfica.

Neste trabalho propomos, através da análise da produção historiográfica de um dos mais destacados historiadores brasileiros contemporâneos e o acompanhamento de sua trajetória intelectual.

A classificação do vasto conjunto de sua obra em categorias permitiu a reconstituição do caminho percorrido e a sua inserção - no contexto da produção histórica e da sociedade brasileira, em um período significativo da história do Brasil.

EMANUEL SOARES DA VEIGA GARCIA
FFLCH - USP - Dep.de História

Ao cuidar da estruturação do tráfico colonial, a Espanha preocupou-se em atender às implicações do mercantilismo bulionista. Dessa forma, as operações mercantis entre a Metrópole e suas colônias foram centralizadas em Sevilha, sob o rígido controle da "Casa de la Contratación". Segundo German Tjarks, as relações comerciais entre a Espanha e seu imenso império colonial americano sofreram um estrangulamento em seus portos externos: Sevilha e o Istmo do Panamá. É evidente que tal circunstância regia o processo do abastecimento das regiões coloniais espanholas. Com efeito, as áreas mineradoras do Alto Peru deveriam ser abastecidas através do Eixo Sevilha, Portobelo e Lima.

No Istmo do Panamá, portanto, situou-se o único centro distribuidor dos artigos europeus destinados à população da América Meridional Espanhola, sob a tutela do Vice-Reino do Peru. Callao de Lima transformou-se no terminal da jornada marítima que, partindo de Sevilha, atingia a costa do Panamá, de onde, através de duas vias terrestres, alcançava as costas do "mar del Sur" (pacífico).

A irregularidade do tráfico colonial, entretanto, criou sérios problemas para o abastecimento das zonas mineradoras. Por outro lado, a geografia das regiões de Potosi, Huancavélica, Oruro, onde se concentravam as atividades mineradoras, não se mostrava favorável ao desenvolvimento da agro-pecuária por força das acentuadas altitudes. Surgiu, em decorrência desses fatores, a oportunidade para as províncias do oeste platino, a saber: Córdoba, Santiago del Estero, Catamarca, Mendoza e La Rioja, participarem do processo de suprimento das áreas mineradoras do "Alto Peru".

HISTORIOGRAFIA E HISTORIADORES DA ARTE NO BRASIL, DO SÉCULO XIX ATÉ
HOJE.

MARIO A. BARATA - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Já em 1848, Félix Emílio Taunay, diretor da Academia Imperial das Belas Artes defendia em relatórios a necessidade do estudo dessa disciplina, em vista sobretudo dos alunos que haviam obtido o prêmio de viagem à Europa. A reforma de 1854, organizada por Manoel de Araújo Porto Alegre, introduzia a matéria no currículo, com o nome de "História das Artes, Estética e Arqueologia". Só em 1870 configura-se nomeação de professor para a mesma, escolhido o pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo (nascido em Areia, Paraíba, em 1843, tendo viajado para a França em 1859, após estudos no Rio de Janeiro).

Pedro Américo escreveu textos retóricos sobre estética. Cabe realmente destacar Araújo Porto Alegre pela sua contribuição aos estudos de História da Arte no Brasil, pequena nas dimensões, mas importante, sobretudo pela memória sobre o que chamou de Escola Fluminense de Pintura, publicada na Revista do IHGB. A metodologia de Porto Alegre já independe de suas propensões artísticas pessoais, obtendo uma visão abrangente e fecunda do passado, que procurava ser imparcial. Interessa-se por biografia do Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, escrita por Bretas, e ressalta o valor de obras coloniais, como a pintura do teto da igreja de São Francisco da Penitência (Ordem Terceira) no Rio de Janeiro.

Ainda no século XIX, pelas suas pesquisas sobre monumentos no Rio de Janeiro, é importante a contribuição de M. Moreira de Azevedo. Na transição para o início do século XX surge o especialista Ernesto da Cunha de Araújo Viana, cujos artigos na revista Renascença e folhetins em A Notícia são excepcionais para a época. Desde 1897, ele lecionava História e Teoria da Arquitetura, na Escola Nacional de Belas Artes. A Cadeira de História da Artes foi ocupada, em curtos períodos, por vários mestres, desde 1890, entre eles Medeiros e Albuquerque, Coelho Neto e Raul Pompéia. A seguir, leciona o Barão Homem de Melo, que foi substituído interinamente por

Basílio de Magalhães e depois, por concurso, por José Flexa Ribeiro, que lecionou até meados de 1954.

Nos últimos decênios, a História da Arte vinha fazendo verdadeiro progresso metodológico e de coletas de dados, na Europa e depois nos Estados Unidos. No Brasil a nova metodologia surge com as pesquisas de Robert C. Smith e com as de Hanna Levy, esta última também divulgando sínteses teóricas e metodológicas na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, repartição onde também deu um curso de História da Arte Geral.

No antigo SPHAN do Ministério da Educação, em torno de Rodrigo M.F. de Andrade e de Lúcio Costa, forma-se uma equipe de pesquisadores e historiadores que renova a historiografia artística brasileira. No número cinco da Revista da SPHAN sai publicado o importante estudo de Lúcio sobre a Arquitetura dos jesuítas no Brasil, utilizando métodos comparativos de formas para a definição de grupos estilísticos e sua evolução. Outras monografias são divulgadas na preciosa revista, cuja erudição é de caráter científico e marca a presença de caracteres culturais do século XX na historiografia artística brasileira. Desde 1937, Joaquim de Sousa Leão estudava a obra de Frans Post e, a partir de 1949, Paulo F. Santos aprofundava aspectos e as conexões da Arquitetura e do urbanismo no Brasil. A partir de núcleo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e do Distrito local do SPHAN desenvolve-se a História da Arte, no Estado bandeirante, acentuando-se a sua contribuição no plano nacional, nos anos 70.

Termine-se a comunicação com uma homenagem a Robert C. Smith, cujos primeiros estudos entre nós produziram "Arte de Minas Gerais" no desenvolvimento da Arquitetura Religiosa Colonial" (in Boletim do Centro de Estudos Históricos, vol. II, Rio, 1937) e "O Caráter da Arquitetura Colonial do Nordeste". (in Estudos Brasileiros, 10, Rio, 1940).

A REBELIÃO DE JOAQUIM PINTO MADEIRA (FATORES POLÍTICOS E SOCIAIS)

SÓCRATES QUINTINO DA FONSECA E BRITO

Universidade Federal do Piauí

O movimento rebelionário do ex-Coronel ' Joaquim Pinto Madeira, que teve como palco algumas Províncias no nordeste agreste do Brasil, antes de tudo, foi uma revolta de caráter social e, com os acontecimentos políticos que culminaram com a abdicação do Imperador D. Pedro I, transformou-se em movimento ' político, que visava a restauração do Imperador, contra a Regên - cia.

Essa rebelião, que ficou conhecida no nordeste como Rebelião de Joaquim Pinto Madeira, em 1831-1832, de senrolou-se na região do Cariri, sul da Província do Ceará, tendo sua parte bélica iniciada em 27 de dezembro de 1831, e seu término em outubro de 1832, com a rendição dos dois chefes, o Coronel' Joaquim Pinto Madeira, comandante das forças rebeldes e o Padre Antonio Manoel de Souza, Vigário da Vila do Jardim-Ce., o qual foi figura muito importante na rebelião aqui descrita.

No aspecto social, analisa-se o poder do "Coronelismo" que oprimia as classes menos favorecidas, (aqui, re presentadas na pessoa dos pequenos proprietários de terra e dos "cabras"), o que sempre causou um desajuste sócio-econômico da região em questão. Já no aspecto político, estuda-se as condições destes mesmos "coroneis", formados de homens ignorantes (geralmen te seus moradores), que pela força das armas, tencionavam impor seus ideais políticos, como foi o caso das revoluções de 1817 e de 1824, que são causas políticas para a rebelião de Joaquim Pin to Madeira.

Esse trabalho, fruto de uma pesquisa cui dadosa, visa, tão somente colocar em seu devido lugar histórico , um movimento rebelionário que envolveu as províncias do Ceará , Piauí, Paraíba, Pernambuco e Maranhão.

"MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: PARAÍBA 1917-1921"

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM (DAC -
UFPB) (*)

Este trabalho introdutório (devido inclusive a quase inexistência de bibliografia sobre o tema) estuda o movimento proletário paraibano numa conjuntura nacional de lutas de classe (1917-1921) e a "cobertura" dele efetuada pela imprensa das classes dominantes locais da época. O texto (resultante do trabalho) se inicia por uma rápida visão da conjuntura brasileira daqueles anos e prossegue com uma caracterização do contexto político/econômico paraibano, em particular da incipiente indústria local. Em seguida, são assinalados os diversos movimentos proletários ocorridos nos anos 1917-1921, anotando-se suas características gerais e em um segundo momento são analisadas as organizações e orientações presentes naquele movimento. Finalmente analisa-se a "cobertura" dada aos movimentos pelos jornais das classes dominantes.

(*) Pesquisa bibliografica - Antonio Albino Canelas Rubim

Pesquisa em jornais - Enildo da Paixão Rodrigues,
Maria do Socorro Andrade e
Maria Lusinete de Carvalho (alunos
do Curso de Comunicação Social da
UFPB).

"Esforços Industrializantes do Espírito Santo na 1ª República: Fontes para sua pesquisa - 1889/1930"

GABRIELA M. BITTENCOURT

Dep. de História CEG-UFES.

O rumo tomado pela formação histórica do Espírito Santo levou-o a desempenhar sempre um papel secundário no desenvolvimento nacional, na medida em que se ligou tardiamente à economia de exportação, predominante no modelo brasileiro.

A fragmentação da população e o vazio demográfico que caracterizava o interior não deu margem ao aparecimento de uma produção artesanal de peso no Espírito Santo. O próprio movimento imigratório de século passado, que, no sul do País, proporcionou o desenvolvimento de manufaturas e artesanato, na região capixaba foi canalizado para a agricultura de exportação.

Entretanto, a despeito da dinâmica do café, os efeitos do multiceular desequilíbrio regional não apresentaram condições de formar uma estrutura urbana no Espírito Santo como no Rio de Janeiro ou São Paulo. Não havia condições infra-estruturais para um desenvolvimento manufatureiro expressivo: capitalização, mão-de-obra especializada e densidade adequada de população.

A necessidade de aumento da receita pública e a dependência das incertezas da monocultura encetaram, porém, esforços industrializantes no Espírito Santo, que podem ser entendidos muito mais a partir de uma intenção governamental de modernização e de diversificação econômica do que pela existência de estímulos naturais que propiciassem tais esforços.

O aparecimento no início da República, desta política praticamente isolada de "capitalismo de Estado", a tentativa da criação artificial de um "Parque Industrial" no sul do Espírito Santo, induziu a administração pública a prender-se ainda mais nas malhas das finanças internacionais, contraindo empréstimos desvantajosos, com graves repercussões para a economia local e para o próprio futuro das iniciativas industriais, que terminaram por ficar nos justos limites da própria ação governamental, recanalizando-se os investimentos públicos e privados para o setor cafeeiro.

Vale ressaltar ainda que, nosso interesse ao

tema, prende-se, também, à necessidade da produção de trabalhos monográficos, levantamentos e análises de fontes para a elaboração de uma história local e regional de alto nível e rigor científico, fato historiográfico não concretizado na região capixaba, para a reconstrução de um quadro tanto completo quanto possível da sociedade e economia local que possibilite traçar paralelos e apontar contrastes entre esta e outras regiões do País.

NOTAS SOBRE AS ORIGENS DO PCB EM RECIFE (1910 - 1930)

ANTONIO PAULO DE MORAES RESENDE

(Departamento de História, UNICAMP)

MICHEL ZAIDAN FILHO (Departamento
de Sociologia e Antropologia.

UFPB - CG).

Pretende-se, neste artigo, retrazar a trajetória político-organizativa de Cristiano Cordeiro nos primórdios do movimento operário e sindical de Recife (PE), a sua formação ideológica prévia à adesão ao Socialismo (anarquismo, marxismo), sua participação nos principais eventos do movimento operário e sindical recifense, suas relações com as diversas correntes do movimento sindical, seus laços político-organizativos com a pequena burguesia reformista, sua atuação como militante sindical face aos movimentos de massas, encabeçados pela pequena-burguesia, em defesa de interesses policlassistas, seu papel de fundador do comitê estadual do PCB em Recife, sua contribuição nas articulações, em Pernambuco, entre operários, comunistas e "tenentes" e, por fim, suas relações, enquanto dirigente comunista estadual, com a direção nacional do PCB.

Quer-se privilegiar, na análise de trajetória desse dirigente comunista regional, a questão do vínculo historicamente presente entre o movimento operário e sindical, os comunistas e o "nacional-popular". Porquanto, acredita-se que as razões da existência de tal vínculo devam ser buscadas antes nas circunstâncias específicas que presidiram a formação político-ideológica de nossos primeiros dirigentes comunistas que numa análise doutrinária que tome, preconceituosamente, o Partido Comunista Brasileiro como a causa primeira e necessária da existência desse vínculo.

JOSE CARLOS BARREIRO

Universidade Estadual Paulista
UNESP - Assis

Este trabalho é parte constitutiva de uma tese de mestrado, defendida em setembro de 1980 na UNICAMP-IFCH e financiada pela FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Se fôssemos fazer uma retrospectiva do passado histórico brasileiro recente, iríamos certamente constatar que a questão a - grária esteve marcadamente presente nos anos críticos da década de sessenta. Os debates ganharam uma dimensão acalorada, principalmen - te de 61 até os dias que antecederam a "Revolução de 64". Estabe - lecida a rearticulação da burguesia no poder, com o golpe de 64, a discussão foi sufocada pelo menos até os idos de 68 quando ganhou - ligeiro alento, para ser retomada com vigor a partir de 75 até - nossos dias. Prova disso são a quantidade de projetos e os inúme - ros simpósios realizados em várias Universidades e instituições de pesquisa, voltados para o aprofundamento do tema.

Penso que alguns pontos desse debate poderiam ser aclarados através da análise da experiência vivenciada pelo capitalismo de fins do século XIX. Este período foi marcado pelo registro de uma experiência de implantação de pequenas unidades produtivas no inte - rior da ordem capitalista de produção da economia cafeeira paulis - ta. O empreendimento obteve êxito. Entretanto, embora o grupo que - tenha proposto e executado o projeto alegasse estar pensando na - felicidade e bem estar do campesinato, a contrapartida foi, pelo - contrário, a preservação e até intensificação da exploração do tra - balhador do campo. A análise dessa experiência da burguesia cafee - eira paulista é que tem sido objeto de investigação deste traba - lho. Centrando os interesses da pesquisa em torno da área física - do chamado Oeste Paulista, no período aproximado que vai de 1880 a 1910, tenho trabalhado com a hipótese de que o acelerado processo - de acumulação de capital verificado na atividade econômica cafeei - ra, não foi condição suficiente para que igualmente houvesse no mesmo sentido uma ativação generalizada de formas de trabalho as - salariada. Ao contrário, a expansão da economia cafeeira em alguns momentos até obstaculizou o desenvolvimento de uma força de traba - lho livre e desprovida de suas condições de trabalho.

Assim, a pequena propriedade nesse contexto significou antes de tudo, a desarticulação de um potencial negador na prática política do colono, em relação ao sistema de exploração vigente no colonato. Dessa forma, a reprodução do sistema estaria assegurada, - com poucos riscos de manifestações sociais que pudessem abalar - suas bases. Mas o capital cafeeiro não se beneficiou apenas dessa circunstância, por si só já muito importante. Pude constatar que o surgimento do campesinato possibilitou uma dinamização do processo de acumulação de capital da economia cafeeira por várias razões. A pequena propriedade promoveu a fixação da mão-de-obra imigrante, antes apresentando um alto índice de mobilidade. Ao fazê-lo, possibilitou a canalização de capitais para o processo produtivo que antes eram desviados para a renovação constante do plantel de trabalhadores que deixavam as fazendas. A fixação permitiu cada vez mais o emprego do próprio colono em tarefas que requeriam certa especialidade. Foi possível mecanizar cada vez mais as operações - de beneficiamento, bem como determinadas fases do trato do cafeeiro. Isso, sem remunerar mão-de-obra ociosa, já que por ocasião da colheita, que requeria grande quantidade de trabalhadores, contratava-se temporariamente força de trabalho das pequenas propriedades. Esse camponês viabilizou a melhoria nos métodos de tratamento do café. Passou-se a produzi-lo com uma melhora sensível - de qualidade, que cotava-o com os melhores preços no mercado. A diminuição do tempo de duração da colheita, decorrente do aproveitamento da mão-de-obra temporária do camponês, ensejou uma efetiva - antecipação do retorno de capital a ser reinvertido no processo produtivo.

Nesse sentido, podemos constatar que ao contrário das colocações da historiografia clássica, a pequena propriedade não desaparece com a expansão do capitalismo. Nem tampouco pode ser considerada como uma excrescência ou desvio em relação a este mesmo modo de produção, mas ao contrário, é chamada a integrar-se a esta mesma ordem.

SILVIO FRANK ALEM - UFEB

Trata-se de apresentar as conclusões mais gerais a que chegamos em nossa dissertação de mestrado, apresentada ao IFCH-UNICAMP em março do corrente. Nosso objeto de investigação é a relação estabelecida entre os trabalhadores assalariados urbanos, o Estado e o PCB na conjuntura de guerra e do pós-guerra imediato. Tendo como interlocutores necessários os diversos autores que se ocuparam da problemática em questão, fomos estimulados a aprofundar as pesquisas empíricas até então realizadas, num procedimento decisivo para o enabasamento das hipóteses que acabamos por defender.

O trabalho que será resenhado divide-se em duas partes, balisadas pela "conversão democrática" de Vargas, datada de fevereiro de 1945. Ainda que buscando elementos nas diversas regiões do país, centraram-se as investigações no antigo Distrito Federal e no Estado de São Paulo.

Na primeira parte, o capítulo I questiona basicamente o "aceno para baixo" que, frente a conjuntura internacional, Getúlio teria realizado a partir da declaração de guerra ao Eixo, buscando ampliar a base social do projeto político que representava. O capítulo II descobre o renascimento de um movimento operário, espontâneo e combativo, que responde ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores urbanos - resposta à super exploração que o estado de guerra propiciava. Pretende-se recolocar o papel que a historiografia costuma reservar aos trabalhadores na interpretação da crise do Estado Novo, demonstrar que foram (também) sujeitos da liberalização a que o regime foi forçado. O capítulo se completa pela discussão do processo de reconstrução que vive então o PCB. Acompanha-se a prática política das tendências formadas no Partido que, divergentes, acabam por se reunificar sob a direção do Comitê central definido pela Conferência Nacional de 1943; a maior preocupação assumida é com a prática partidária em relação ao movimento trabalhista e ao Estado.

Tratando do pós guerra imediato, já, o capítulo III analisa o processo de reinstitucionalização do movimento trabalhista, entre os marcos definidos pelas greves espontâneas (e por ve-

zes"selvagens") de março de 1945 e a retonada da repressão aberta que o decreto-Lei 9.070 (março de 1946) assinala. Propõe-se uma periodização para este rico momento da história do conflito social no país, levando-se em conta, além da prática espontânea dos assalariados, as respostas Estatais, patronais e partidárias que ela desencadeia.

O capítulo IV destina-se a discutir a estratégia política e a prática real do PCB e dos outros grupos de esquerda' que atuaram no pós-guerra, sua relação com o movimento trabalhista. No capítulo V, e final, observamos aquelas que seriam as linhas gerais definidoras do conflito social nos dois primeiros anos do governo Dutra, mantidos os enfoques privilegiados até então.

O texto apresentado à UNICAMP encontra-se em fase de revisão para possível e posterior publicação.

em Ciências Políticas na UFRGS (Bolsista do CAPES)

É um estudo que analisa a derrota dos farroupilhas frente as tropas imperiais, tentando desmistificar a propalada pacificação. Nele verificamos a forma o grosso da população rio-Grandense atuou e sofreu com a Revolução. O episódio, na fase inicial, é pensado como produto das contradições intra-oligárquicas (regionais e nacionais), envolvidas pelo liberalismo inglês em seu intuito de ampliar o mercado capitalista. Em relação a questão de brasilidade ou não do movimento, preferimos caracterizá-lo como rio-grandense.

Na parte introdutória, há uma ligeira análise da historiografia conhecida a respeito da Revolução Farroupilha. No capítulo intitulado Elementos de Conjuntura é destacado o avanço do imperialismo inglês, os empréstimos para os brasileiros comprarem equipamentos bélico e pagarem mercenários, fato que além de assegurar sua influência, dinamizava seu parque fabril. O republicanismo federativo dos insurgentes foi relacionado com a independência da província Cisplatina, aos movimentos insurrecionais argentinos, à Sabinada, à abrilada, às revoluções liberais de 1842 em São Paulo à República Juliana e as diversas outras revoltas do período regencial. Na formação da população do Rio Grande do Sul é destacada a presença de setores intermêdiários (compostos especialmente pelos açorianos), o extermínio aos indígenas e aos negros rebeldes.

A Revolução Farroupilha é caracterizada como um processo global em interação com a estrutura mutante periférica e/ou central. Não a consideramos uma guerra civil, porque foi uma luta entre riograndenses, que se consideravam independentes e brasileiros apoiados pelo imperialismo britânico. A oligarquia gaúcha, agente inicial da Revolução, era contra a antiga forma de dominação colonial (o mercantilismo português) na sua nova roupagem brasileira. A oligarquia central já havia obtido em 1822 relativa liberdade comercial, mas oligarquias regionais ainda lutavam contra as elevadas taxas alfandegárias. Conforme a repressão imperial foi aumentando e a oligarquia gaúcha se subdividindo, a facção insatisfeita com a manutenção do jugo colonial, imbuída de idéias liberais e republicanas mal digeridas, ne-

cessitava do apoio da massa escrava. A ação dos escravos deu maior impulso às revolucionárias ao movimento farroupilha, e é de se destacar que seriam alforriados aqueles que se bandeassem para as Tropas imperiais.

A Revolução forneceu os limites para a nova forma de dominação da oligarquia central, acelerou a integração do Rio Grande do Sul no mercado mundial e forçou modificações na política fiscal. No decorrer do processo, de busca de liberdade comercial pela elite, passava-se para a busca de liberdade pessoal pelo povo.

No capítulo final, além de demonstrar o genocídio ocorrido durante o período insurrecional, tentamos responder a duas questões: Como terminou a Revolução? Foi unânime a adesão aos tratados de paz? Na busca das respostas, é estabelecida uma relação entre as derrotas políticas dos liberais no Rio de Janeiro, e o grande aparato militar repressivo organizado no Rio Grande do Sul.

A partir de 1843 doze mil imperiais combatem cerca de 3.500 farroupilhas, isolam a província e os gaúchos se defendem através da luta de guerrilhas.

Em 1844, alguns comandantes farroupilhas fizeram um acordo com os imperiais, para que atacassem suas tropas negras, com isto mantinha-se o escravismo e seus privilégios. Os oficiais farroupilhas dissidentes receberam vultuosa quantia monetária, além de cargos no exército imperial.

A necessidade de violenta repressão aos farroupilhas, demonstrou a força de luta, e assimilação de ideais libertários pelos setores mais explorados da população.

OS CRISTÃOS-NOVOS E A QUESTÃO DA PUREZA DE SANGUE
ALGUNS ASPECTOS DAS MANIFESTAÇÕES RACISTAS EM PORTUGAL
E BRASIL-COLÔNIA DO SÉC. XV AO XVIII

Maria Luiza Tucci Carneiro
Mestrado em História - USP

O preconceito racial contra os cristãos-novos foi fato evidente tanto em Portugal, como no Brasil, manifestando-se com maior ou menor intensidade de acordo com as necessidades e interesses do grupo manipulador das forças de poder. Tanto em Portugal como na sociedade colonial brasileira este preconceito assumiu características racistas apoiado na teoria de pureza de sangue que terminou por gerar uma legislação amplamente discriminatória e por justificar as medidas de segregação racial e social impostas aos cristãos-novos, judeus, mouros, negros, mulatos, ciganos e indígenas.

Controlando os meios de comunicação e propaganda, manipulando leis e convenções, e utilizando-se de falsos argumentos étnicos e religiosos, as facções dirigentes representadas pela Igreja Católica e pela Nobreza, sustentaram durante séculos a idéia de que aquelas minorias étnicas pertenciam a uma raça inferior, inabilitando-as a receberem títulos honoríficos, a frequentarem universidades e a ocuparem cargos públicos e religiosos.

A ordem simbólica imposta por aqueles que ocupavam uma posição privilegiada junto aos órgãos estatais e eclesiásticos, transformou tanto os descendentes de judeus como os demais grupos étnicos, em elementos estigmatizados, obrigando-os, muitas vezes, a mudarem seus hábitos e costumes, e a endossarem a ideologia vigente, com o objetivo de fugirem à morte ou às perseguições empreendidas pelo Tribunal da Inquisição.

Os signos adotados por aqueles que sustentavam o mito de pureza de sangue transformaram os cristãos-novos em verdadeiros párias, forçando-os a viverem sob uma dupla identidade sem condições de optarem por um estilo específico de vida.

Durante um longo período observamos o processo de metamorfose do judeu, que assumindo a posição de converso se fez herdeiro de todas as acusações tradicionais portadas por seu grupo. Com o objetivo de fugir às perseguições empreendidas pelo Santo Ofício ou de in

gressar na carreira pública e religiosa os cristãos-novos, geralmente assumiram o modelo de indivíduo ditado pela ideologia católica. Através de casamentos mistos, subornos, e falsos atestados de genere, para comprovar perante a sociedade sua limpeza de sangue, os descendentes dos judeus tornaram-se coniventes com o sistema legal imposto, o que para muitos significou uma relativa integração e assimilação aos valores vigentes.

As manifestações de preconceito racial contra os cristãos novos no Brasil foram amenizadas por uma série de circunstâncias, sendo mais evidente sob o aspecto legal do que prático. Independente do grau de intensidade, o mito de pureza de sangue persistiu entre nós e fez parte do nosso cotidiano colonial. A existência dos processos de habilitação de genere e a ação do Tribunal do Santo Ofício através das visitas são os exemplos mais evidentes de manifestações racistas.

Tratados como um ser pernicioso e inferior, os conversos foram transformados, de conformidade com a versão oficial dos fatos, no "inimigo objetivo", identificado pela origem de seu sangue e quando não pelo seu caráter ou pela sua cultura.

A partir do reinado dos Felipes, o preconceito contra os descendentes de judeus ganhou força dia a dia. A Igreja tornou-se cúmplice da aristocracia que valendo-se do conceito de pureza fortaleceu sua posição de grupo de "status".

A burguesia cristã-velha uniu-se ao grupo dirigente cooptando para a segregação racial do cristão-novo, atendendo cada facção aos seus interesses particulares. Sob a alegação de que os descendentes de judeus eram falsos cristãos, esta luta se processou no plano religioso. E o clero, manipulando a gente oprimida do povo, transformou o converso no ponto de fixação de descontentamentos e frustrações.

A partir do séc. XVI o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício, o alastramento do conceito de pureza de sangue, a aplicação de uma política anti-imigratória, a divulgação de obras anti-judaicas e a aplicação de uma legislação discriminatória, cooperaram para o fortalecimento deste tipo de racismo.

Os exames de Habilitação de Genere, frente a toda esta conjuntura social, funcionaram como instrumento seletivo, através do qual os indivíduos eram qualificados com base nas suas origens. Romper as barreiras impostas pelo Estatuto de Puritate Sanguinis, significava /

passar legalmente do grupo discriminado para os discriminadores.

Manipulando as formas de comunicação existente na época, a Igreja e a Nobreza, lançaram mão de um conjunto de palavras cujo sentido nos fornece hoje a visão de mundo sustentada por aqueles elementos. O cristão-novo se tornou na boca do povo e nos documentos oficiais o responsável pelos males que atingiam os Países Ibéricos e consequentemente o Brasil.

A política ilustrada de Pombal e a promulgação da Carta / Lei de 1773 são marcos importantes para a história do racismo em Portugal e Brasil. Desta vez as exigências de pureza de sangue deixaram de ter valor do ponto de vista legal e a eliminação da distinção / cristão-novo e cristão velho se fez constar como lei. Após esta data, este preconceito foi aos poucos esmaecendo, persistindo ainda durante alguns anos na mentalidade da população. Adormeceu, por assim dizer, mas não desapareceu. Ressurgiu, nos séculos posteriores em outros lugares, sustentados por novas ideologias e formas diferentes / de expressão.

A PROPÓSITO DA PRESENÇA CARTAGINESA NA PENÍNSULA IBÉRICA

Maria Martha Pimentel de Mello
- UFPb.

Em nossa comunicação abordaremos a presença dos cartagineses na Península Ibérica, através da História de Juan de Mariana cotejada com as fontes clássicas.

Juan de Mariana, historiador espanhol do século XVI escreveu a "História General de España" publicada pela primeira vez em 1592 . O nosso objetivo nesta comunicação consiste em fazer uma análise desta obra histórica na parte referente aos cartagineses e detectar as fontes clássicas utilizadas pelo autor.

Este historiador registra a presença dos cartagineses em Ibiza. Depois desta conquista aumentam suas pretensões visando a conquista da Península. A justificativa para a invasão foi oferecida pelos habitantes de Cadiz que solicitaram auxílio aos cartagineses. Mariana apresenta Aníbal como um general de grandes qualidades mas deixa transparecer a sua posição de padre jesuita quando acrescenta que as virtudes eram diminuídas pela falta de religião do chefe cartaginês.

Atribue as derrotas sofridas pelos cartagineses à inveja e à falta de união existente entre eles, principalmente em Cartago. Narra detalhadamente a preparação levada a termo por Aníbal antes de iniciar a luta, e não esquece a visita feita ao templo de Hércules em Cadiz.

Com relação à segunda guerra púnica, Mariana atribue aos romanos a deflagração da mesma, considerando que os embaixadores romanos foram a Cartago com mais interesse em justificar a guerra do que em concretizar um tratado de paz. Analisa a situação vantajosa dos cartagineses, gozando inicialmente do apoio da maioria dos reis hispanicos. Esta vantajosa posição dos cartagineses só mudou com a chegada dos Sipiões, que pouco a pouco vão conseguindo o apoio dos peninsulares.

As principais fontes utilizadas por Juan de Mariana, com respeito aos cartagineses foram Políbio e Lívio. Utilizou indistintamente estes dois autores intercalando fatos narrados por um e outro. Além destes dois, consultou em menor proporção a Diodoro, Dion Cassio, Plutarco, Polieno, Aulo Gelio, Avieno, Frontino, Plínio e Zonaras.

Chegamos à conclusão de que Juan de Mariana realmente consulta as fontes clássicas, umas vezes diretamente, outras de forma indireta. Trata-se de uma história pragmática, onde o autor relatando atos de bravura pessoal, através de exemplos, procura conscientizar os leitores de suas responsabilidades frente ao destino do país. Em muitos momentos se comporta como juiz, aprovando ou condenando os sucessos narrados. É frequente também a repetição de observações moralísticas em breves frases. Com relação à crítica histórica, temos que ressaltar que, embora não satisfaça plenamente ao critério científico de nossos dias, Mariana a realiza a seu modo. Sua história, apesar dos quatro séculos de existencia, tem grande valor, sobretudo se ressaltamos que se trata da primeira história geral da Espanha e, portanto, uma importante obra para a historiografia espanhola.

II.

PESQUISAS EM ANDAMENTO

ANA MARIA DOS SANTOS

E SONIA REGINA DE MENDONÇA

da Universidade Federal Fluminense

O objetivo do nosso trabalho define-se a partir de duas circunstâncias fundamentais: em primeiro lugar, o próprio andamento de nossas pesquisas individuais voltadas para o estudo da diversificação econômica do Estado do Rio de Janeiro na República Velha; em segundo lugar, a localização e exploração intensiva de uma única fonte básica, em todos os aspectos e informações que ela possa fornecer, em um exercício de análise que constitua em ponto de convergência dessas duas circunstâncias.

O primeiro elemento prende-se ao esboço de uma série de medidas que configuram uma política econômica do governo estadual no sentido de fomentar a policultura a partir de 1903 e que já discutimos em outro trabalho. O segundo elemento liga-se ao Questionário sobre as condições de agricultura nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (1910-1913), de iniciativa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, enquanto instrumento que nos permita fazer o diagnóstico do quadro geral da diversificação agrícola do Estado do Rio em um momento dado: o ano de 1910. Pretende-se assim, a partir do documento, avaliar a concretização da iniciativa diversificadora, e discutir a utilidade da fonte enquanto tal, seus limites, perspectivas para um trabalho prático e sua utilidade para a continuidade das nossas pesquisas.

Propiciando um universo de quarenta e oito municípios e informações quantitativas e qualitativas relativas a itens como colheitas, principais culturas, produção de cereais, criação, exportação e importação, salários e sistemas de trabalho, dentre outros, o Questionário apresenta lacunas e variações na qualidade dos dados. Consequentemente, para a consolidação de algumas conclusões, utilizamos dados de outras fontes do período e posteriores a ele (privilegiando-se o Recenseamento de 1920), como método para testar a validade das informações do Questionário, completá-las e/ou propiciar uma avaliação prospectiva confirmadora das tendências detectadas no documento de 1910.

Com base neste método de trabalho, o Questionário nos permitiu primeiro explicitar os resultados da política de diversificações estudada, mais a nível das medidas governamentais e dos dados de -

exportação do Estado. Pela análise do comércio municipal, confirmou-se grande margem de auto-suficiência do Estado em relação aos gêneros de 1a. necessidade, já que grande parte dos municípios, de agricultura - diversificada, ou não os incluía em sua pauta de importações de fora do Estado, ou complementava sua produção com as trocas inter-municipais. Foi possível delinear os níveis dessa diversificação em sua distribuição municipal e em suas relações com a lavoura de exportação (cafeeira ou canavieira). Dados apontam para uma possível relação entre a intensidade de diversificação e a permanência de uma retaguarda significativa de café e não necessariamente para a substituição desta última pela lavoura de gêneros. Finalmente o documento permite ainda inferir o grau de diversificação a partir dos destinos das exportações municipais de gêneros: para os mercados local, interestadual e o Distrito Federal.

A avaliação e análise de outras informações contidas no Questionário abrem novas possibilidades para pesquisa e levantamento de hipótese, para as quais, no entanto, seus subsídios são insuficientes. Tal ocorre com as formas de aproveitamento de mão de obra, flutuações dos preços dos gêneros nos mercados locais e sua relação com os custos de produção e de transporte. A continuidade da pesquisa e uso de fontes alternativas propiciarão esclarecimentos e aprofundamento.

ADOLAR KOCH

Universidade Federal d Rio
Grande do Sul

O projeto de pesquisa intitulado "Análise da Economia Gaú -
cha: 1930/60", que se desenvolve na UFRGS desde 1978 (1), tem como
objeto de análise, neste ano de 1981, a dinâmica da acumulação
de capital no RGS na República Nova. (1930/37).

O objetivo principal desta etapa de trabalho, reside na ten
tativa de reconstruir o processo capitalista gaúcho. E na conside-
ração desta tentativa de reconstrução, destacamos duas problemã-
ticas para fins de análise: a não compensação do processo de in-
dustrialização pela agropecuária, devido a sua crise e a composi-
ção dos grupos dirigentes no Estado.

A acumulação de capital, considerando os estudos realizados
pelo grupo de pesquisa, surgiu como a problemática fundamen-
tal da história do RGS no século XX. Em si, a base da economia gaúcha
no caso a pecuária, achava-se em crise desde o período pré- 30, ma-
nifestando acentuada descapitalização. A mesma, tal como o café -
no centro do país, não serviu como mecanismo de transferência de
capitais para a indústria.

Na verdade, no RGS, foi o capital comercial, em especial o
de origem imigrante, apoiado na exportação de gêneros agropecuá -
rios, que propiciou as condições básicas para o desenvolvimento-
das relações capitalistas. E uma vez, instalado o processo de in-
dustrialização no Estado Gaúcho, a acumulação passará a dar-se -
também no âmbito da própria unidade fabril.

Considerando estes pressupostos, elaboramos as seguintes hi-
póteses:

a) A partir de um estudo teórico, tentar categorizar, em ter
mes de capitalismo, o universo industrial gaúcho segundo seu grau
de desenvolvimento. (fábricas e manufaturas)

b) Analisar o desempenho dos diferentes ramos da indústria ga-
úcha na década de 30, identificando problemas comuns e específi -
cos; analisar as tentativas realizadas para a superação destes pro-
blemas pela burguesia industrial rio grandense.

c) Analisar as relações que se travam no processo de acumula
ção de capital no Rio Grande do Sul: Capital comercial/produção -

primária (agropecuária), capital comercial/indústria, capital industrial/pequena propriedade agrícola, capital industrial/operariado, capital financeiro/demais setores.

-
- (1) O grupo de pesquisa é composto pela Prof. Sandra Jatahy Pesa-
vento, Telmo Remião Moure, Ema Aroztegui e Maria Elisabeth Lu-
cas, além de Adolar Koch.

HELIANA ANGOTTI SALGUEIRO

Universidade Federal de Goiás

A maioria dos historiadores no Brasil, tem dedicado pouca a tenção ao papel da arte como documento figurativo. Seu teste munho histórico como meio de expressão e comunicação do pensamento coletivo, não pode ser deixado à margem.

Neste estudo sobre a imaginária de José Joaquim da Veiga Valle (1806-1874), enfatiza-se a importância da obra de arte como documento de cultura, que traz valiosas evidências ao pesquisador, constituindo-se também, neste caso, em exemplo singular em termos de linguagem estilística.

O projeto de pesquisa elaborado, objetiva portanto, a análise de imagens religiosas eruditas feitas no século XIX, sob o enfoque formal, sociológico e iconográfico, ligando-as ao momento sócio-cultural da província de Goiás e comparando-as com a dos centros mais adiantados da época.

O tema é inusitado na historiografia regional e a documentação que foi levantada é inédita. Considerando-se o refinamento técnico que a arte de Veiga Valle atingiu e o volume de obras atribuídas a ele, em igrejas, museus e coleções particulares, é imperiosa a necessidade de estudá-los cientificamente para que tome o lugar devido na história da arte brasileira.

A pesquisa, em linhas gerais, está estruturada em três partes:

1 - Contexto histórico da Província de Goiás: 1830-1870.

A situação econômica, as instituições políticas, os grupos sociais, os estilos de vida e a religiosidade, seriam os tópicos desta introdução de caráter subsidiário, permitindo periodizar e compreender o contexto em que eclodiu a arte de Veiga Valle.

Além destes, são fundamentais, as formas de religiosidade da população, as irmandades, os oratórios familiares e as devoções, que ligadas ao estudo das formas de arte, procuram fornecer uma galeria de fatos marcantes na história das mentalidades das pequenas cidades do interior, no caso Meia Ponte e Goiás. Isso requer uma visão geral das linhas de pensamento da Igreja no século XIX, o seu caráter institucional e o seu papel de orientadora, da arte sacra.

2 - A personalidade empírica, a produção artística e as particularidades do santeiro: Considera-se a introdução das indicações biográficas documentadas, essencial para a compreensão do

perfil social do artista. Nascido em Meia Ponte, em 1806, foi vereador, membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, juiz, deputado provincial por várias legislaturas e major da Guarda Nacional. A articulação destas atividades à artística e os mecanismos de circulação das imagens podem demonstrar interferências mútuas. Deve-se evitar a concepção do artista mítico e herói, superpondo -se à obra em si, como geralmente a acontece no discurso sobre arte.

A escassa documentação direta e o anonimato dos santeiros, - constituem um dos grandes problemas para o reconhecimento, de obras, - daí a importância de as fórmulas clássicas de atribuição de autoria - como as de Morelli, Friedlander e B. Berenson aplicadas na análise. Segue-se a descrição da técnica artesanal e pigmentos utilizados por Veiga Valle, além de um catálogo das peças, segundo um fichamento padrão e levantamento fotográfico (e slides) a serviço do texto. No que se refere a estilo, o toreuta apoia-se num contexto formal pré-existente (o barroco), incorporando à sua imaginária, elementos neoclassicistas.

3 - A ação da obra de Veiga Valle na arte brasileira. Esta terceira parte trata da defasagem cultural e geográfica de Goiás em relação aos centros mais adiantados do país, detendo-se na a nálise da tese do anacronismo e do barroco tardio, comumente difundidas. A perspectiva comparada entre as as imaginárias da Bahia, Minas, Pernambuco e São Paulo, evidencia a singularidade e o refinamento do caso goiano.

O levantamento de fontes em Goiânia, Goiás Velha, Pirenópolis, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico de Mato Grosso e demais pesquisas esparsas, levou-nos aos jornais da época, Livros de Irmandades, inventários particulares, relatórios de presidentes de Província e demais documentos. Na busca de um aprendizado - mais amplo, foram feitas viagens para contatos com estudiosos em arte sacra na Bahia, Minas e S. Paulo, obtendo-se referências bibliográficas e informações enriquecedoras.

Espera-se que o presente trabalho traga contribuições nas áreas da história e da arte em Goiás, possibilitando a difusão da obra de José Joaquim da Veiga Valle em âmbito nacional, incluindo-o na categoria dos grandes mestres da estatuária religiosa.

EDUARDO RODRIGUES GOMES

CPDOC - Fundação Getúlio Vargas

Dentro de uma preocupação mais ampla com o entendimento do marcante papel político das classes agrárias dominantes na orientação dos rumos do nosso desenvolvimento histórico, este trabalho consiste em um exame detido das relações entre as elites rurais e o Estado, enfocando o período pós-30 de redefinição da primazia do modelo agro-exportador.

Com base fundamentalmente na documentação do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), principal órgão de política econômica a nível nacional nas décadas de 30 e 40, analisamos a atuação geral do Estado frente à agricultura e a manifestação e o impacto junto ao poder central da articulação de interesses de alguns setores agrários (açúcar, algodão, entre outros), que se fazem então presentes no CFCE.

Ao lado de outros pontos observados, o estudo discute, em termos de conclusões a existência de uma significativa autonomia da atuação do Estado frente aos interesses rurais dominantes, autonomia que, entretanto, não deita raízes nas condições típicas de uma situação "bonapartista", conceito sob o qual, tais situações da independência relativa do poder político frente às classes dominantes foram classicamente interpretadas.

HERVAL PIRES

Sociedade de Pesquisas Afro Negra

Introdução:

Capítulo 1: Abordagem crítica da historiografia em relação ao papel dos negros na História do Brasil.

- 1 A origem social dos precursores do estudo do escravismo.
 - 1.1. A mentalidade dos historiadores do império e da primeira república em relação aos negros.
 - 1.2. A fragilidade e os preconceitos das fontes que forneceram elementos para o estudo e a apresentação dos negros na historiografia.
- 2 Os equívocos da generalização no universo afro-negro brasileiro.
 - 2.1. A diversificação cultural das diversas etnias escravizadas no Brasil.
 - 2.2. As comunidades afro-negras engendradas pelo escravismo em terras nacionais.

3 Conclusões

Capítulo 2: A escola nas comunidades afro-negras.

1. O acesso à escola.
 - 1.1. o progresso na escola.
 - 1.2. Os equívocos da didática.
 - 1.3. A figura do educador.
 - 1.4. O conflito dos valores.
2. A qualificação do educador
3. Os preconceitos do educador
4. Conclusões

Capítulo 3: A discriminação racial no ensino baseada na historiografia oficial.

- 1 Raça e educação
 - 1.1 As dimensões do racismo educacional
 - 1.2. As causas do racismo na educação oficial
 - 1.3. As consequências do racismo na educação primária
2. O atendimento racial na sala de aula.
 - 2.1. A marginalidade cultural do estudante negro.
 - 2.2. A incultura adquirida
 - 2.3. Realidade afro-negra versus Cultura dominante
3. Conclusões

Capítulo 4: Os negros na sociedade brasileira

1. O anti-negrismo à brasileira
2. Os negros na sociedade de classes
3. As lutas dos negros pela integração econômica, social e política.
 - 3.1. As entidades afro-negras brasileiras.
 - 3.2. A imprensa negra.
 - 3.3. Os movimentos de afirmação social
4. As leis contra o racismo e o preconceito de cor à brasileira.
- 5- Conclusões.

Capítulo 5: Introdução à Negrologia Brasileira

1. Conceito
 - 1.1. Fontes da negrologia.
 - 1.2. Objeto de estudo
 - 1.3. Relação com as demais ciências.
 - 1.4. O universo da negrologia
 - 1.5. Metodologia
 - 1.6. Terminologia
 - 1.7. Conclusões
2. Quilombismo versus Escravismo

3. Os cultos afro-negros brasileiros

4. A psicologia dos negros

5. A consciencia afro-negra

6. As funções da negrologia.

6.1. Função econômica.

6.2. Função político- ideológica.

6.3. Função visual .

6.4. Função espacial .

6.5. Função social.

6.6. Função educacional.

6.7. Função científica.

7. Conclusões.

HUMBERTO DE ARGOLLO

Universidade Católica de
Salvador

Introdução

Vivíamos o momento transitório entre o primeiro e o segundo Reinados. Havíamos, a pouco, surgido no cenário mundial como nação livre, politicamente. Saíramos da condição de colônia para a de Império. (Aqui, desenvolveremos o aspecto, rapidamente, político do Brasil em face da América).

O Brasil passa a girar em torno da órbita britânica, deixando economicamente de depender de Portugal. A situação econômica no Brasil, ou melhor, as relações de produção, haviam mudado. De um regime colonial monopolista que em tudo dependia da metrópole, transmuda-se para aquele que negocia com liberdade, produzindo, exportando e importando, embora sujeito à subordinação inglesa.

Quanto aos escravos "não se consideravam nem brasileiros, exvi do art. 69, parágrafo 19 da Constituição de 1824, Segundo uma emenda posterior, passaram os escravos a brasileiros, mas não a cidadãos. (Prado)

Era condizente: as lutas que se pouparam ao povo viriam depois. Os escravos tentariam conseguir aquilo que lhes foi negado e querem ir mais além. Na opinião de muitos autores não houve lutas pela independência do Brasil, esquecendo-se das sangrentas lutas travadas pelos baianos e demais povos do Nordeste e do Norte, em 1823.

Apesar das leis elaboradas e aprovadas desde 1810 (leis e atos) condenando a escravatura ou simplesmente o tráfico negreiro, de puro interesse dos ingleses, os escravos continuavam a ser trazidos da África em carregamentos cada vez mais numerosos e mais pendosos.

Entre esses negros vieram os Malês cuja origem é muito interessante, conforme destacamos nesse trabalho monográfico. Em pretendendo sua libertação, conscientes de sua força e de sua capacidade de liderança sobre os demais negros, tentaram uma revolta que eliminaria toda a população branca da cidade, da qual passariam ao controle e governo, a exemplo do que aconteceu no Haiti.

Suas consequências e resultados são funestos mas deles podem se tirar conclusões bem positivas sobre os malês, o negro de modo geral e sua posição de destaque na sociedade imperial brasileira, assim como, na História do Brasil.

IRACI DEL NERO DA COSTA

Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Na segunda parte de nosso trabalho Vila : População (1719-1826), determinamos a estrutura populacional vigente em Ouro Preto - na primeira década do século passado. Para tanto, servimo-nos de dados empíricos propiciados pelo recenseamento efetuado em 1804, na capitania de Minas Gerais. A partir da metodologia desenvolvida no aludido estudo e com base no mesmo censo, visamos - na pesquisa Sobre a Estrutura Populacional de Alguns Núcleos Mineiros no Alvorecer do Século XIX - , basicamente, a encontrar resposta para a questão: "a quais fatores e/ou eventos poder-se-iam atribuir as similitudes e discrepâncias evidenciadas pelo confronto das estruturas populacionais de centros que, embora espacialmente distanciados, derivaram de raízes formativas assentes numa matriz sócio-econômica comum?".

Dentre os resultados que se nos colocaram ao procurarmos sol. ver tal problema, ressalta a identificação de estruturas populacionais distintas, cuja existência nos foi sugerida pela análise pormenorizada da população de dez localidades mineiras. Assim, chegamos a quatro tipos básicos de estruturas populacionais: urbana, rural-mineradora, intermédia e rural de autoconsumo. Face ao escopo do referido estudo, vimo-nos obrigados a operar ao nível de localidade. Não nos foi dado, portanto, agregar os efetivos populacionais dos núcleos que se enquadram em cada uma das quatro estruturas acima nomeadas.

Na pesquisa ora em andamento estamos efetuando o confronto , com base em dados agregados, das estruturas populacionais mencionadas. A caracterização definitiva e o estabelecimento da especificidade das mesmas representa, pois, o objetivo central do estudo em realização. Tal empreendimento, a nosso ver, lançará luz sobre as mudanças sócio-econômicas decorrentes da decadência da atividade exploratória em Minas e nos proporcionará, ademais, subsídio dos mais relevantes para o entendimento do processo formativo da população brasileira.

JANAÍNA AMADO

Universidade Federal de Goiás

O conflito social conhecido como "revolta do Formoso" ou "revolta de Trombas", envolvendo posseiros e grileiros, ocorreu na região do meio-norte de Goiás, localizada a cerca de 400 km ao norte de Goiânia.

Esta área, povoada no século XVIII devido à mineração, encontrava-se desde a decadência do ouro em completa estagnação e isolamento. Em fins da década de 1940, entretanto, começou a ser incorporada como área de fronteira agrícola: recebeu grandes contingentes de migrantes que passaram a produzir nas terras devolutas, foi interligada à capital do Estado por rodovia, teve as propriedades fundiárias demarcadas pelo juiz e conheceu uma intensa valorização imobiliária.

Dois processos simultâneos caracterizam a incorporação da área. DE um lado, a migração maciça de parceiros, posseiros, pequenos proprietários e arrendatários que, procurando escapar às difíceis condições de sobrevivência em suas regiões de origem (o próprio Estado de Goiás e outros Estados, principalmente Maranhão, Piauí, Pará e Bahia) buscavam instalar-se nas terras devolutas do Formoso com o objetivo de conseguir o acesso à terra.

Por outro lado, a valorização das terras da área e a necessidade de manter a concentração fundiária (ameaçada pela instalação dos posseiros) estimularam alguns proprietários das regiões limítrofes a promoverem a grilagem das terras devolutas do Formoso, apoderando-se de 86.000 alqueires goianos (equivalentes a 172.000 alqueires paulistas) por meio de escrituras ilegítimas, inventários forjados e abuso do direito de uso capião.

Chefiando grupos armados de jagunços e policiais da região, os quais empreenderam ações extremamente violentas (espancamentos, queimas de roças e ranchos, prisões e mortes), os grileiros tentaram expulsar da região os posseiros. Estes, entretanto, decidiram permanecer nas terras e, chefiados inicialmente por líderes locais e, posteriormente, também por membros do Partido Comunista que a eles se uniram, promoveram um trabalho de organização interna e resistência armada.

Os posseiros fundaram a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Formoso, órgão máximo a cuidar de seus interesses, e vários Conselhos de Córrego filiados à Associação, assim chamados -

por reunirem os moradores das margens dos diversos córregos da região. Armados com carabinas e fuzis e bem municiados, utilizando táticas de guerrilha, enfrentaram com sucesso vários ataques e escaramuças de elementos locais ligados aos grileiros e da Polícia estadual. Utilizando os quadros e a capacidade de mobilização do PC, conseguiram chamar a atenção do Estado e do País para o movimento, envolvendo os meios de comunicação, a opinião pública e políticos. A reivindicação era uma só: propriedade da terra onde moravam. Sobressaía-se, como líder de massa, o lavrador José Porfírio de Souza, secundado pelos elementos politicamente organizados.

Através de sucessivos acordos políticos com o Estado e seus representantes, os posseiros conseguiram neutralizar a ação da polícia e, no decorrer do governo Mauro Borges, receberam os primeiros títulos definitivos das terras. Durante cerca de seis anos, controlaram a região, econômica, política, militar e juridicamente, gerindo sozinhos os principais aspectos de sua vida coletiva. Após a Revolução de 1964, quando o movimento, atingidos seus objetivos, passava inclusive por momentos de refluxo, a região foi invadida por tropas do Exército e da Polícia; os principais líderes foram presos e o movimento, sufocado.

A fase de pesquisa sobre a revolta do Formoso está concluída; atualmente, me dedico à redação do trabalho. Como não havia nada escrito sobre o assunto, foi necessário empreender uma pesquisa minuciosa, apoiada em grande número de fontes primárias, na maioria inéditas, e em quase 100 horas de entrevistas gravadas com participantes de conflito. Além da reconstituição histórica do movimento e das questões a ela inerentes, pretende-se privilegiar, ao nível do tratamento analítico, os seguintes aspectos:

- o processo de integração das áreas de fronteira agrícola à economia capitalista, tanto da ótica desta economia quanto, principalmente, da ótica do próprio produtor camponês.

- a heterogeneidade das relações de produção na área rural brasileira e sua correspondência com diversos tipos de luta política. No caso específico, os níveis de adequação dos projetos políticos aos anseios, consciência e capacidade organizacional dos segmentos de posseiros.

- a atuação do Partido Comunista na área rural brasileira, no período 1945-1964, em especial quanto à dualidade programa político x estrutura e conjuntura sócio-econômicas.

MARIA AMELIA DE ALENCAR LUZ

Universidade Católica de Goiás

O projeto de pesquisa foi laborado com o objetivo de se desvendar a estrutura fundiária de Goiás no período 1850-1910, através - de estudo de dois de seus aspectos básicos:

- a) legislação e administração das terras.
- b) repartição sócio-econômica da terra.

A escolha das datas-limites da pesquisa (1850-1910) justifica-se por representar este período a época de legalização da estrutura fundiária em Goiás, através da legislação sobre os estabelecimentos rurais, ocorrida após a Lei de Terras de 1850. No mesmo período, correntes migratórias teriam ocupado o espaço goiano, alterando, em algumas áreas, a estrutura cristalizada em épocas anteriores.

Acredita-se que esse trabalho poderá constituir-se numa contribuição valiosa para o enriquecimento da historiografia goiana, a - brindo caminhos e fornecendo dados para trabalhos futuros. Ressalta-se, ainda, que a análise da estrutura fundiária ^{e fundamental} para a compreensão do modo de produção, particularmente numa área de economia basicamente agrária, como Goiás, onde as possibilidades de acesso à terra tem grande influência na determinação dos tipos de relações de produção.

As fontes utilizadas são as seguintes:

a) Legislação e administração de terras - toda a legislação sobre terras, tanto do governo central, no Império, como dos governos Estaduais, após a República, está sendo examinada. Para os aspectos da administração, buscamos os relatórios de Presidentes de Província e de Estado, Mensagens, relatórios de Secretários de Estado, além do Correio Oficial de Goyas.

b) Repartição sócio-econômica da terra - Depois de selecionados três municípios goianos, onde seria realizada a pesquisa, foi feito o levantamento completo dos Registros Paroquiais e Registro de Imóveis, relativa à compra e venda de imóveis rurais. A este material, todo ele inédito, está sendo dado um tratamento estatístico, com a sua organização em tabelas e gráficos.

Pretende-se, ao fim deste trabalho, uma compreensão da estrutura fundiária em Goiás quanto à evolução do tamanho e valor das propriedades, situação de legalização dos títulos, volumes de transações, grau de concentração, relação com as ondas migratórias, etc. A relação entre a realidade da repartição sócio-econômica da terra e o aparato jurídico-administrativo que a presidiu também está entre as preocupações básicas deste trabalho.

Coordenadora: Maria Efigenia L. de Resende
Auxiliares de Pesquisa: Gilberto Guerzoni F?
Helena M. Amorim Dias
(bolsistas do CNPq)

Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais

Fases da Pesquisa:

- 1º - Bibliografia e documentação publicada de História de Minas (em execução)
- 2º - Fontes oficiais de Minas na República (1889-1945) (em fase de implantação).

Num sentido amplo este projeto de pesquisa visa a colocar ao historiador a problemática das fontes tanto a nível de sua recuperação sistemática, através da localização e referenciação, quanto ao nível de sua natureza e seu potencial de investigação. Essa proposta de pesquisa parte de uma preocupação fundamental - a dificuldade de acesso às fontes, importante entrave ao desenvolvimento da pesquisa histórica. A precariedade da bibliografia referente à História de Minas espelha o estágio concreto de nossa historiografia. Impõe-se a necessidade da organização de um manual bibliográfico e a busca de novos caminhos de sistematização de fontes para explorar o conteúdo em potencial nelas existentes. É importante no trabalho com as fontes que seu resultado não fique limitado ao arrolamento e a classificação do material coletado mas que dele resulte também avanços no que se refere à sua própria natureza - abrindo perspectivas novas no trato com as fontes, sugerindo caminhos de pesquisa.

A amplitude do material existente impede naturalmente uma proposta de pesquisa exaustiva em torno das fontes da História de Minas. A necessidade de fixar limites conduziu à definição de duas linhas de abordagem.

A primeira delas tem um sentido mais tradicional, isto é, se pauta pelo modelo estabelecido, o de coletar as fontes relacionando-as segundo a temática. A segunda linha de abordagem tem um sentido experimental, Trata-se aqui de analisar "fontes complexas" (conteúdo diversificado e não sistematizado) através de temática pré-estabelecida

da. Entende-se por "fontes complexas" aquelas que contêm tal multiplicidade de assuntos que a sua consulta é dificultada ao extremo. O acesso a este tipo de fonte fica limitado às investidas raras de pesquisadores. Um exemplo perfeito é a coleção de leis mineiras na qual a legislação organizada de forma cronológica não nos fornece nenhuma possibilidade de apreender as políticas governamentais para os diversos setores sem um trabalho de pesquisa exaustivo e profundo. Assim, continuando a utilizar este exemplo, trata-se de trabalhar a fonte "Coleção de Leis Mineiras" a partir de temas específicos. Dados, por exemplo, os temas "trabalho", "indústria", "agricultura", a legislação será analisada e referenciada segundo estas temáticas. Por este processo é possível trabalhar inúmeras "fontes complexas" levantando as temáticas que estão diluídas pela natureza mesma da fonte.

- 1) - Bibliografia e documentação publicada de História de Minas
 - Arrolamento, análise e classificação da bibliografia e fontes publicadas, referentes aos períodos Colonial, Imperial e Republicano da História de Minas, Esta linha de pesquisa visa a sistematizar as fontes (bibliografia e documentação publicada) sobre a forma de um guia bibliográfico e documental para a História de Minas e conduzir a uma avaliação crítica que trace o quadro geral da produção historiográfica mineira.
- 2) - Fontes oficiais de Minas na República (1889-1945)
 - Arrolamento, análise e classificação do material contido nas fontes oficiais tomando como temáticas específicas TRABALHO, INDÚSTRIA, AGRICULTURA E SEGURANÇA. Estes temas funcionarão com o referencial de base para regropamento do material coletado e foram selecionados a partir de uma preocupação mais ampla que é a de tornar viável uma compreensão do processo político e econômico de Minas na República.

Equipe de Pesquisa:

Fase 1 - Maria Efigênia Lage de Resende	(prof. da UFMG) (coordenadora)
Gilberto Guerzoni Filho	(bolsista do CNPq)
Helena Maria Amorim Dias	(bolsista do CNPq)

Fase 2 - Maria Efigênia Lage de Resende	(prof.da UFMG) (coordenadora)
Evantina Pereira Vieira	(prof. da UFMG)
Carla Maria Junho Anastasia	(prof. da UFMG)
Sheila Brandão Baggio	(prof. da UFMG)
Eliana Regina de Freitas Dutra	(prof. da UFMG)
Ciro Flávio Bandeira de Melo	(prof. da UFMG)

MARIA LUCIA BRAZIL PRIOLLI

Orientador: Prof. Steven Curtiss
Topik
Universidade Federal Fluminense

Sendo a posição da Igreja em relação ao Estado um assunto muito atual, nem por isso, o foi menos durante o período Colonial. Pelo menos no que diz respeito à Governança do Paraguai tal afirmação é muito verdadeira. Ali, duas (2) forças disputavam o poder - jesuítas e espanhóis e no meio de ambos a massa trabalhadora indígena representada pelos Guarantis. O entrechoque entre ambas as forças foi quase que constante - sendo a arregimentação de índios para o trabalho agrícola um de seus maiores pontos de divergência.

Apesar das Leis Reais visando evitar o abuso na exploração - do trabalho indígena a sociedade civil, carecendo a região de riquezas minerais, tinha na "encomienda" a forma de obter mão - de - obra barata para atender seus interesses agrícolas. A idéia de que o encomendero paraguaio tinha muito de "pater familiae" deve ser esquecida pois, são numerosos os textos abordando os maus - tratos de que foram vítimas os índios "encomendados". No que tange aos índios reduzidos nas Missões a situação diferia em muito daquela enfrentada pelos seus irmãos de raça.

Daí a situação contrastante e agudizante no decorrer do século XVII e meados do XVIII principalmente após a queda demográfica que sabemos ter sido uma realidade em toda a América Colonial.

A situação do Paraguai em si,, como região periférica, solada, voltada para um comércio interior, nem por isso contribuiu para diminuir o problema.

O relacionamento conflituoso no jogo do poder com seu ponto nevrálgico concentrado na instituição feudal da "encomienda" é a posição central de nossa investigação que se baseará em documentos cartas e relatos da época, encontrados muito deles na Coleção De Angelis - na Biblioteca Nacional do Rio e outros na New York Public - Library, onde também pesquisamos.

Colocamos em discussão dois aspectos básicos de nosso trabalho: até que ponto a situação de conflito jesuítico-espanhol foi resultante de enfoques diversos quanto à validade ou não do trabalho indígena como forma de conseguir recursos e de que maneira se poderia classificar como diferente das demais regiões do Império Colonial Espanhol, o sistema de "encomienda" vigente no Paraguai.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO POLONESA EM
SANTA CATARINA

MARIA THERESINHA SOBIERAJSKI BARRETO
Universidade Federal de Santa Catarina.

Análise de correspondência trocada, em língua francesa, entre José Ferreira da Silva (diretor da Fundação "Casa Dr. Blumenau") e o escritor polonês Boleslavo Mrówcznski, por iniciativa deste último.

Demonstra o escritor interesse em debater opiniões e obter subsídios para confrontá-los com documentos existentes na Polônia a fim de realizar o que ele considera a verdadeira história dos poloneses do Brasil - isto é - a história do colono de origem polonesa.

MIRIAM BRITTO KNOX

IFCS - Universidade Federal do
Rio de Janeiro.

A pesquisa em questão diz respeito ao levantamento análise e estudo da Caixa 808, coleção Caxias, Arquivo Nacional. Trata-se de correspondência de autoridades diversas civis e militares relativa ao movimento da Balaiada e enviada ao Ministro do Império.

A Caixa contém 4 pastas: a pasta nº 1 com 54 documentos; a pasta nº 2 com 60 documentos; a pasta nº 3 com 58 documentos e a pasta nº 4 com 54 documentos.

Dentre os documentos mais interessantes e que, estudados sistematicamente serão tratados na Dissertação de Mestrado ora iniciada por nós, destacamos seis documentos que compõem três momentos históricos: o momento inicial de ignorância na avaliação do movimento; o movimento de tomada de consciência; de levantamento das causas e das forças que atuam na continuação das causas iniciais e finalmente, o momento de ápice do episódio, momento que nos choca pela extensão da revolta e pelo descaso das forças centrais.

O 1º momento é representado pelo ofício de 16/2/1839 do presidente da província do Maranhão, Vicente Tomás Pires de Figueredo-Camargo ao ministro do Império. Nêle há referências à revolta que surgirá em dezembro de 1838 no Maranhão e que os rebeldes, quando perseguidos, atravessaram o Parnaíba em um ponto distante quatro léguas da vila do mesmo nome. O prefeito da vila que tinha sido prevenido, combateu os salteadores com 150 homens e a quadrilha "havia já sido desbaratada a 31 de janeiro".

Nota-se neste primeiro documento o desconhecimento da extensão ou profundidade da revolta. Proposital? Tudo nos leva a crer que interessava ao presidente notificar ao governo central a paz que já voltara a reinar e a serenização dos ânimos (que pediam a sua deposição).

O 2º documento é o 2º momento histórico. É a verificação de que uma agitação social entrelaça-se às causas políticas iniciais: é a constatação de que a participação de revoltosos do Piauí foi decisiva para a dominação da cidade de Caxias. É um momento importante e pouco estudado em nossa História. Por que o Piauí teria aderido ao movimento? O governo do Barão da Parnaíba teria sido a causa? Os seus desatinos, a sua poderosa força, homem conhecido -

como o "Francisca do Piauí" teriam, por si só levantado as famílias Castelo Branco e Aguiar, também poderosas e influentes, contra ele?

Este 2º documento é o ofício do governador da província do Maranhão, nomeado pelo governo central, quando pressentiu a fraqueza e incoerência de Vicente Camargo. O novo presidente, Manoel Feli - zardo de Souza e Melo, seis meses decorridos de sua posse, comunica em ofício de 26/9/39, como a revolta evoluíra, quais suas causas iniciais e qual a participação do Piauí na tomada de Caxias.

O 3º momento histórico está representado por quatro documentos: a) o of. de Luis Alves de Lima ao conde Lages de 6/3/1840 informando sobre a distribuição de forças legais na província do Piauí. São 1.200 homens armados. Divididos em várias colunas situadas em vários pontos da província; b) o of. de Caxias ao conde Lages de 16/5/1840 sobre o número de rebeldes. São 12.000; c) o of. de Caxias de 28/6/1840 solicitando dinheiro e informando que "já enviara ao Piauí mais de 32:570\$000 além de armamento, munições e botica"; d) a Fala do Presidente da Província do Piauí referindo-se à extensão da revolta (se estende de Parnaíba a Paranaguá), "as dificuldades de manter em armas mais de 3.000 homens quando já tinha um deficit de . 31 contos de réis"; "saques às vilas e povoações nos municípios de Parnaíba, Campo Maior, Jerumenha e Paranaguá".

É um momento triste: o Barão de Parnaíba é digno de respeito e comiseração. A revolta toda a província tomara. Os rebeldes saíam para Goiás e Maranhão e retornavam. É um momento triste também para Caxias quando afirma: "nem me é possível manter rigorosa disciplina, quando os soldados, mal cobertos, estão há cinco ou seis meses sem receber coisa alguma, etc, etc."

É também o momento de decisão. Não fosse o equilíbrio entre a ação enérgica de Caxias e a cooperação do Barão do Parnaíba.

NELSON H. NOZOE

Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

A partir de dados preliminares coletados nos livros de lançamento do Imposto sobre o Capital Realizado das Casas de Comércio da cidade de São Paulo, ano de 1929, procuramos caracterizar a distribuição geográfica e o montante do capital realizado, segundo a natureza do negócio.

O estudo tem em vista fornecer subsídios ao estudo de processo de urbanização da capital paulista no decorrer dos primeiros anos deste século.

Com a finalidade de delinear a evolução da atividade comercial durante os anos entre a I Guerra e a crise de 1929, procuramos comparar os dados daquele ano com aqueles obtidos para 1914. Do mesmo modo, as informações utilizadas na comparação foram elaboradas a partir de levantamento, que seguiu o mesmo procedimento adotado na coleta e processamento, nos livros de lançamento do Imposto de Comércio.

OPHIR MARTINS DUARTE

Curso de Mestrado - Universidade
Federal Fluminense

Justificativa :

- A borracha oriunda da Amazônia, fez sua entrada triunfal no mundo industrial por volta do ano 1870.
- As múltiplas aplicações dessa matéria-prima, tornou intensa sua procura, fazendo seu preço crescer desmedidamente, dada a insuficiência e rudimentalidade de sua produção.
- Os consumidores, as grandes indústrias inglesas, se auto defendiam com as plantações de Malasia.
- Os nortes americanos, passam da dependência da Amazônia, em suprimento dessa matéria-prima, para a dos ingleses.
- Enquanto cresciam suas necessidades de matéria-prima, mais-aumentava sua dependência dos ingleses.
- Em 1924 Henri Ford volta-se para a Amazônia, pretendendo fazer ali, o que fizeram os ingleses na Malasia, e, assim se libertar dos ingleses no suprimento às suas indústrias.
- O governo do Brasil, por intermédio do Estado do Pará, tudo facilita para a empresa, lhe concedeu uma gleba de terras devolutas no Rio Tapajos, município de Itaituba e Aveiro, com uma área de 1 (hum) milhão de hectares, 10 (dez) milhões de metros quadrados.
- Essa concessão foi feita em nome de W.L.Reever e Jorge Dumont Vilares, que por opção (termo) transferiu para a Companhia Industrial do Brasil, subsidiária da Ford americana.
- Nessa imensa gleba, pelo termo de opção, a Concessão Ford, como então ficou conhecida a Cia. Industrial do Brasil, deveria dedicar-se:
 - exploração de seringais nativos;
 - plantio intensivo de seringueiras;
 - exploração de matérias-primas de produção nativa; e,
 - desenvolvimento agrícola, mineral e industrial em geral.

2 - O que realizou a Concessão Ford

- Pretendeu construir na Amazonia uma empresa capitalis-

ta, para explorar em termos capitalistas, a extração do la
tex, que deveria tornar as indústrias Ford, independente-
das plantações inglesas.

- Para viabilizar seu projeto, criou duas cidades, com toda a infra estrutura para o bom êxito de seu objetivo.
- Foi nessas duas cidades, que em 1931, houve um levante - de trabalhadores, e, que será o objetivo de nossa pesqui
sa.
- Esse levante em Belterra e Fordlandia, ainda não foi sufi
cientemente explicado ou estudado.
- Há os que apontam como causas desse levante de trabalhadores no interior da Amazônia, naquele longínquo 1931, as -
más condições de trabalho, nas plantações; p^éssima qualida
de da alimentação servida a esses trabalhadores, e, ainda, outros, a infiltrações de ideologias anti-capitalistas.
- O que quer que tenha levado os trabalhadores a se amotina-
rem e praticarem a maior destruição de que se tem notí -
cia naquelas paragens, é, que pretendemos investigar para
ver se comprovamos que "esse levante foi o acirramento das
lutas ideológicas entre classes "dominantes e dominadas",
ou se foi a explosão pura e simples de insatisfações, cau-
sadas pela má alimentação servida aos trabalhadores".

PAULO GILBERTO FAGUNDES VIZENTINI
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O processo de criação da Universidade de Porto Alegre (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul) constituiu um caso peculiar se comparado ao das demais Universidades brasileiras. Durante a República Velha Gaúcha, o sistema político estadual foi diretamente influenciado pelo positivismo de Auguste Comte. A estrutura educacional, e especialmente do ensino superior, foi moldada dentro desta perspectiva. Em 1896 criou-se a Escola de Engenharia (rebatizada como Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, em 1932), autêntica Universidade composta por diversos Institutos, pela sua estrutura organizacional e pelos seus objetivos. Em 1897 criou-se a Faculdade de Medicina e em 1900 a Faculdade Livre de Direito.

Em 1928, iniciou-se a crise das unidades isoladas de ensino livre, especialmente da Escola de Engenharia. Essa crise suscitou posteriormente, acirrados debates e uma ampla mobilização. Mais tarde chegou a ser criado o Partido Universitário, que pugnava pela criação de uma Universidade de cunho social, com ampla autonomia didática e administrativa. O grande líder desse movimento, foi o acadêmico Waldemar Ripoll e a influência do "Manifesto de Córdoba" de 1918 no movimento foi explícita. A ligação entre os intelectuais gaúchos e dos países do Prata foi intensa neste período. Segundo depoimento de Cyro Martins, líder estudantil da época, os grandes inspiradores do movimento estudantil eram Rodó e Ingenieros, intelectuais latino-americanos.

A Revolução de 1930 trouxe novos elementos ao debate ideológico travado em torno da criação da Universidade. A Liga Pró-Estado - Leigo, em Porto Alegre, situou-se na defesa da filosofia política dominante no estado, de caráter positivista. O grande porta-voz desse grupo foi o líder republicano Othello Rosa. Quanto aos católicos, organizaram-se em associações de professores e estudantes e na Liga Eleitoral Católica, sendo que o professor Adroaldo Mesquita da Costa, atuante líder católico, foi um dos condutores do movimento.

A Reforma Francisco Campos de 1931 veio dar o enfoque governamental sobre o assunto. O interventor Flores da Cunha, dando cumprimento à nova legislação, criou a Universidade de Porto Alegre em

1934, custeada pelo estado (abandonando assim a ortodoxia positivista). Entretanto, somente em 1936 a Universidade foi implantada, com o agrupamento da Universidade Técnica (ex-Escola de Engenharia) da Faculdade de Medicina (uma instituição agora federal) e a Faculdade de Educação - Ciências e Letras órgão que daria coesão ao agrupamento heterogêneo.

O conflito ideológico centrou-se na luta pelo controle dessa instituição, responsável pela formação pedagógica dos professores secundários do estado (ou seja, indiretamente responsável pela formação ideológica de toda população escolar, nos diversos níveis). O Estado Novo, curiosamente trouxe um acirramento desse conflito entre Católicos e leigos. Finalmente em 1943 foi criada a Faculdade de Filosofia (constante no decreto de Criação como Faculdade de Educação, Ciências e Letras). O discurso inaugural, elaborado pelo Professor Oscar Machado, foi o precursor de um movimento mais amplo, formalizado em fins de 1943 no Conselho Universitário pelo Professor Elpídio Paes, como representante de uma corrente de pensamento dentro da Universidade (onde atuavam os Católicos Edgar Schneider e Armando Câmara e o Metodista Oscar Machado).

Esse movimento desejava a adoção, por parte da Universidade, de uma posição ideológica. Essa deveria ter um caráter espiritualista, de combate ao materialismo, preocupada com a reconstrução da ordem mundial no pós-guerra e na harmonia entre as classes sociais contra o "inimigo-externo e interno".

Essa era uma posição de caráter conservador, preocupada com a situação nacional num momento em que o Estado Novo apresentava seus primeiros sinais de desgaste.

A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS SÉCULOS
XIX E XX

RAQUEL GLEZER

Dep. História - FFLCH
Universidade de São Paulo

O fenômeno urbanístico em si, a cidade, tem recebido constante atenção de diversos especialistas nos últimos cem anos, pois é uma das características da civilização contemporânea. Entretanto, os historiadores pouco têm se dedicado a este campo, que quando merece atenção, pelo menos nos estudos brasileiros, é sempre em associação com outros fenômenos, tais como introdução de mão-de-obra livre, imigração, transporte, industrialização.

A cidade de São Paulo tem sido objeto de muitos estudos nos últimos anos, mas não tem recebido a devida observação dos historiadores. Ao lado de numerosos estudos sociológicos, antropológicos, urbanísticos, geográficos e econômicos há poucos estudos históricos, - visto que o último editado foi o de Richard Morse - Formação histórica de São Paulo (Da comunidade à metrópole) em 1970, em segunda edição, mas datado da década de 1950.

Devemos observar que foi nessa década que a cidade recebeu o olhar dos historiadores, preocupados em estudar a cidade, comemorando o IV Centenário de sua fundação.

Todavia esta cidade teve o início de seu processo de urbanização ainda no século XIX e não possui, apesar dos diversos estudos já realizados, a demarcação clara dos processos que então ocorreram, sempre colocados em complexo sistema interrelacionado.

Este projeto de pesquisa visa exatamente a recuperar o processo de urbanização, desde seus primórdios, acompanhar seu desenvolvimento, procurando explicitar as características adquiridas através - do tempo e integrá-lo no quadro complexo da realidade econômico-social em que está inserido.

Em função dos problemas que pudemos localizar, organizamos um projeto de pesquisa, discutindo a periodização do estudo, os procedimentos metodológicos e as hipóteses preliminares.

RUTH VILLAMARIN SOARES
IEPHA/MG

O trabalho de cadastramento dos Bens Culturais, de que depende toda medida subsequente, de tombamento, proteção ou restauração, além de constituir medida básica para um adequado planejamento de atividades no setor de patrimônio histórico e artístico, está fixado entre as atribuições do IEPHA/MG pela Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971.

O inciso 1 do Artigo 2º estabelece, como uma das tarefas principais do órgão, o "levantamento e tombamento dos bens considerados de excepcional valor histórico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, bibliográfico ou artístico existentes no Estado e cuja conservação seja do interesse público". O sentido de "bem cultural" considerado para o cadastramento, está em conformidade com a definição dada pela UNESCO, e adotada para o Brasil através do Decreto Federal nº 72.312, de 31 de maio de 1973: "A expressão "bens culturais" significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a literatura, a arte ou a ciência", bem como a arquitetura e a história urbana.

Até o momento, a inexistência de um cadastramento racional e abrangente dos Bens Culturais localizados em Minas Gerais vem dificultando o estudo e a avaliação de considerável número de monumentos, obras de arte e exemplares correlatos que, por não terem sido amparados com a medida legal de tombamento, permanecem à margem de qualquer proteção efetiva.

Como se sabe, o Estado abrange grande potencial de patrimônio histórico e artístico, incluindo não só bens representativos do período colonial, mas também dos séculos XIX e XX. Muitas cidades e localidades estão hoje sob processo acelerado de descaracterização ou mudança, com o risco de perda total de logradouros, conjuntos e edificações que ainda documentam suas fases de fundação e evolução urbana.

Através da Superintendência de Pesquisa, Tombamentos e Divulgação e com o apoio de seus vários setores técnicos, o IEPHA/MG já conta com o projeto de cadastramento de Bens Culturais do Estado, cuja execução possibilitará ao órgão uma atuação mais objetiva no desenvolvimento de toda a sua política e programação de trabalhos.

Além de recensar conjuntos, monumentos e edificações de valor histórico-arquitetônico, nas áreas urbanas e rurais do Estado, o cadastramento compreenderá, simultaneamente, o registro das peças móveis de expressão artística do acervo de cada unidade levantada, o que vai incluir o mobiliário, a imaginária, oratórios, quadros avulsos, coleções de ex-votos, alfaías de uso litúrgico, objetos de decoração e outras peças de interesse. Cada peça inventariada será tecnicamente descrita em sua natureza material, características iconográficas e estilísticas, época, procedência, autoria, dimensões, acompanhada de documentação fotográfica.

Projeto de largo alcance, o cadastramento de Bens Culturais vai possibilitar também o melhor conhecimento, estudo e divulgação dos vários gêneros, aspectos e exemplares da manifestação artística de Minas Gerais vindo a constituir importante instrumento de sua defesa e preservação, inclusive contra os desfalques e furtos de peças religiosas. Como informação complementar cada município terá recolhido os dados relativos ao quadro cultural, notadamente quanto ao folclore, artesanato, museus e atrativos turísticos em geral.

A consecução de projeto da natureza e vulto de um cadastramento de Bens Culturais impôs estudo adequado para definição de critérios e metodologia a serem adotados.

O problema adquiriu relevância maior, considerando-se a extensão territorial do Estado, que compreende 722 municípios e 6.171 localidades. Isso motivou preocupação especial na fase de definição e planejamento, de modo a assegurar maior rigor e rendimento às tarefas de prospecção, identificação, análise e catalogação dos bens cadastráveis.

Após análises e pesquisas, foram efetivados os seguintes trabalhos preliminares: levantamento de um mapa cronológico de Minas Gerais, com a divisão do Estado em áreas, segundo a época de sua ocupação e colonização; fichamento e classificação de todas as localidades integrantes dos 722 municípios mineiros, com a indicação da existência ou não de bens móveis e imóveis; condensação e fichamento de dados relativos a Bens Culturais de existência comprovada e interesse. Sistematizando os critérios e metodologia, foram elaboradas fichas normativas, em que serão sintetizados os informes levantados nas pesquisas de fontes e de campo. As fichas vão compreender a identificação de Bens Culturais e sua localização, informe histórico-cultural de municípios e localidades, registro e descrição de bens imóveis e o inventário das peças artísticas.

ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL EM SANTA CATARINA
- UM LEVANTAMENTO DE FONTES NO VALE DO ITAJAÍ -

SARA REGINA SILVEIRA DE SOUZA
Universidade Federal de Santa
Catarina

Este trabalho teve como ponto de partida um estudo, realizado por Professoras do Departamento de História da UFSC¹, cujo tema aborda a Fábrica de Pontas "Rita Maria", localizada em Florianópolis.

Tal trabalho, devido a quase inexistência de fontes escritas, desenvolveu-se baseado na metodologia aplicada em Arqueologia Industrial.

Partindo do princípio de que as fontes materiais podem ser de grande valia em estudo dessa natureza, notadamente quando o documento escrito é raro, passou-se a estudar a fábrica através de fotografias, catálogos de propaganda e análise do maquinário e do próprio prédio fabril.

Em contato com o Professor Dr. Eddy Stolz², o mesmo nos lançou a idéia de se proceder um cadastramento, por região, dos vestígios industriais de Santa Catarina.

Serão cadastrados, por exemplo, os primeiros edifícios fabris, as máquinas mais antigas, as primeiras estradas de ferro e as antigas locomotivas, os prédios de estações, minas, restos agrícolas tradicionais, vilas operárias, pontes de ferro, tudo, de preferência, acompanhado de fotos.

A escolha desse tema está vinculada ao nosso grande interesse pelo assunto e as possibilidades da pesquisa sensibilizar as comunidades e o governo, no sentido de dar maior apoio a preservação dos valores industriais mais antigos do Estado de Santa Catarina.

Tem sido observado, que o passado industrial, mais recente, sofre um processo de destruição mais rápido do que o passado colonial. Efetivamente, o que restou da época colonial suscita, pela sua antiguidade, um maior carinho, daí porque, para ela se voltam as maiores tentativas de preservação.

Já os vestígios da industrialização, nem sempre com beleza-arquitetônica, têm sido destruídos para dar lugar a edifícios mais adequados e modernos.

Assim, urge, que se preserve, documental e fisicamente, esses monumentos da era da máquina e do ferro, e que, muito bem, marcam, uma fase importante da História Brasileira.

¹Profas. Maria Teresinha S. Barreto, Maria de Fátima Fontes Piazza
e a autora desta.

²Da Universidade Católica de Leuven, Bélgica.

ZELIA MARIA CARDOSO DE MELLO

Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Resumo: Nas declarações de bens dos indivíduos falecidos na 2a. metade do século passado em São Paulo, descrevem-se os escravos possuídos, sua idade, origem, estado civil, saúde e profissão, bem como procede-se à sua avaliação. O tratamento estatístico destes informes nos permite indicar algumas das características da massa escrava no que se refere a idade, sexo, origem, atividade profissional e preço.

Por outro lado, interessou-nos verificar a estrutura de posse dos escravos; para isso organizamos nossos dados de modo a perceber que tipo de proprietário - pequeno, médio ou grande, com que tipo de atividade - predominava em São Paulo da época.

O trabalho se divide em duas partes: inicialmente tratamos de retomar as principais características sócio-econômicas de São Paulo. Na segunda procedemos à análise dos resultados empíricos.

HISTÓRIA POLÍTICO PARTIDÁRIA PAULISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA - O PARTI- DO REPUBLICANO PAULISTA

JOSÉ ÊNIO CASALECCHI

ILCSE - UNESP - Araraquara

O estudo do Partido Republicano Paulista, como força política de domínio incontestado durante a Primeira República, é o objetivo da pesquisa. Por ela, procura-se revelar a História do Partido - as suas origens, a sua organização interna, os seus grupos constitutivos, a sua ideologia etc. Recuperar "narrativamente" a história do partido é um primeiro e importante passo do trabalho.

Em outro nível, é preciso buscar, através do quadro mais geral da constituição da sociedade e do Estado, as explicações para o domínio de um partido único que empolga o poder durante quatro décadas. Outra necessidade é a de enfocar, em especial, as condições do desenvolvimento da Província e depois Estado de São Paulo - cenário do PRP e, sabidamente, a região mais dinâmica do Brasil, na passagem da monarquia para a República.

ESTÁGIO DA PESQUISA:

- 1) Leitura parcial dos jornais: "O Estado de São Paulo", "O Correio Paulistano", "O Diário Nacional", "O Combate" durante a Primeira República.
- 2) Seleção e Leitura Parcial dos Debates nos Anais da Câmara dos Deputados 1889-1930.
- 3) Levantamento e Leitura parcial da Bibliografia Geral e especializada do período e do tema.
- 4) Levantamento e leitura dos documentos do Partido - Atas, Congressos, Ações etc.

CONCLUSÕES APROXIMADAS:

O estudo indica, desde já, a necessidade de discutir o problema da "Oligarquia" que domina o poder (e o partido) durante o período. A aparência de uma Oligarquia monolítica acaba por esconder tensões, conflitos de interesses, que podem esclarecer o movimento da política paulista - cisões, tentativas de novas organizações partidárias etc, e até mesmo indicar pistas para a participação de São Paulo na Revolução de 1930. A presença de duas "Oligarquias": uma a dos pequenos e médios e até grandes produtores e outra dos grandes produtores e financistas do café parece ser uma realidade de muitas consequências para a análise correta das condições do desenvolvimento da sociedade paulista da época.

VERA LÚCIA AMARAL FERLINI

Pós-Graduação- FFLCH-USP

Bolsista da FAPESP

A existência de terras férteis em abundância parecia, naturalmente, um convite à exploração agrícola, um paraíso para aqueles que buscassem sobreviver pela subsistência.

Organizou-se, todavia, a produção colonial em sentido altamente especializado, visando à produção de mercadorias rentáveis no comércio mundial e não à subsistência. A colonização objetivava primordialmente o fortalecimento do Estado, através da produção para o mercado europeu. O Estado absolutista exerceu papel fundamental no amplo movimento de acumulação originária de capitais. Não se pense, entretanto, numa harmonização linear entre política econômica estatal e interesses da burguesia. Desde sua formação, o Estado articulou ambigualmente formas "feudais" e formas "capitalistas". Foi ele, sem dúvida, nesse período, o incentivador de formas específicas de organização do trabalho e de distribuição dos fatores produtivos.

A terra abundante, elemento básico para a exploração produtiva do Brasil, seria incentivo suficiente para a transferência, como sugeria Gandavo dos "pobres destes Reinos". Nesse sentido, a terra abundante era, ao mesmo tempo, incentivo e embaraço. Incentivo porque permitiria a produção em larga escala e a custos ínfimos. Embaraço porque poderia levar ao estabelecimento de pequenos produtores. No caso específico do Brasil, a Coroa necessitava transformar o fator terra abundante em fator escasso, evitando, desse modo, a pequena propriedade.

A solução foi a utilização de mão-de-obra escrava negra, que favorecia, sob muitos aspectos, a política econômica dos Estados absolutistas. O custo altíssimo dos escravos negros, colocados como elemento básico da produção era, pois, fator de restrição para o requerimento de sesmarias. Assim o fundamental era poder ter escravos para poder obter terras.

Cronologicamente, o colono obtinha terras e depois adquiria escravos. A ordem cronológica, porém, mascara o movimento real do processo. Articulam-se, então, os elementos essenciais da dinâmica colonial: existência da abundância de terras, fluxo externo de rendas e trabalho compulsório. A terra, assim monopolizada por poucos, desde o início da colonização, foi elemento importante para a acumulação de capitais, não no âmbito colonial, mas no amplo contexto da economia mundo.

Para nos aproximarmos do problema do preço da terra no período colonial e da constituição de relações de arrendamento e de dependência dos lavradores aos engenhos, temos inevitavelmente que passar pelo

escravismo, já que a terra só pode ser efetivamente explorada quando se adquire força de trabalho escravo.

Dessa forma, o preço do arrendamento e o preço de venda da terra deverá guardar - suposição que procuramos investigar - relação com o preço de escravos, além de elementos diferenciais de fertilidade , facilidade de transportes, investimentos etc.

"LUTAS DE CLASSE E MEIOS DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA: BAHIA 1917-1921"

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM (DAC -
UFPB e Centro de Estudos e Ação So-
cial)

JORGE LUIZ CANELAS RUBIM (CEAS)

A idéia do trabalho é estudar o movimento pro-
letário baiano num momento nacional de lutas de classe, analisando
o desdobrar desta conjuntura num estado fora do eixo Rio-São Paulo.
Importa ao estudo buscar as relações entre o movimento proletário
e os meios de produção simbólica, tanto os das classes dominantes,
quanto os meios proletários presentes na conjuntura. A pesquisa de
material, iniciada em 1979 já esta concluída e alguns textos/partes
do trabalho também estão concluídos ou em fase de elaboração. O
esquema geral do trabalho é o seguinte:

1. Introdução,
2. Contexto Internacional e Nacional,
3. Contexto Baiano (político-econômico, incluindo as condições de
vida e de trabalho do proletariado),
4. Lutas de Classe na Bahia 1917-1921 (em andamento),
5. A Greve Geral Baiana (junho de 1919) (em andamento),
6. O I Congresso dos Trabalhadores Baianos (julho de 1919) (pronto)
7. Os Meios de Produção Simbólica Proletários: Bahia 1917-1921(pron-
to),
8. Os Meios de Produção Simbólica Dominantes: Bahia 1917-1921,
9. Conclusões (prática e ideologia do movimento proletário baiano)
10. Bibliografia.

Obs. o projeto inicial do trabalho foi publicado no Caderno do
Ceas nº 61.

REPRODUÇÃO DOS TRABALHADORES INDUSTRIAIS E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO
MERCADO DE TRABALHO: SÃO PAULO - 1930. - 1935.

ZÉLIA LOPES DA SILVA

UNICAMP - Mestrado em História

A pesquisa que ora apresentamos neste Simpósio, faz parte das exigências para concluir o curso de Mestrado do Departamento de História da UNICAMP. Nesta pesquisa investigamos as condições de reprodução dos trabalhadores industriais em São Paulo, na conjuntura de 1930/35, momento em que o Estado intervém no mercado de trabalho. A pesquisa desenvolve-se em dois eixos. O primeiro deles tem como objetivo caracterizar a situação de vida dos trabalhadores industriais, tomando como ponto de partida a sua inserção no processo produtivo. Já o segundo eixo procura ampliar a discussão à esfera das relações que se desenvolvem entre burguesia/Estado e o proletariado neste momento em que são regulados os principais itens que dizem respeito as condições de compra e venda da força de trabalho. A pesquisa empírica tem por base os núcleos documentais a saber:

- 1) Circulares Patronais(CIB e SIFTSP)
- 2) Jornais Operários (A PLEBE, A LUCTA SOCIAL; O SOCIALISTA; O TRABALHADOR GRAPHICO etc).
- 3) Inquéritos sobre o padrão de vida dos trabalhadores, estatística salariais, produzidas pelas diversas agências governamentais.

ZELUIZA DA SILVA FORMIGA BRANDÃO E MARIA DAS DORES LIMEIRA F. SANTOS, Pesquisadores do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / UFPB.

I - Objetivos: Inserindo-se no Programa de Pesquisa do NDIHR, o Projeto História da UFPB se propõe fundamentalmente ao levantamento documental e bibliográfico sobre as diversas unidades da UFPB e sua sistematização, em acervo. Após esse levantamento e sistematização, o projeto propõe a elaboração de trabalho monográfico sobre a História da UFPB e sua posterior publicação.

II - Orientação para a prospecção de fontes: A operacionalização do projeto História da UFPB inclui inicialmente uma avaliação geral da situação dos diversos arquivos dos centros, ao mesmo tempo em que se fazem necessários contatos com dirigentes e ex-dirigentes, como forma de obtenção de dados a serem coletados. Os contatos se ampliam, abrangendo pessoas não dirigentes do processo, mas que a ele estiveram ligados por laços profissionais, estudantis e/ou outros, como forma de ampliar perspectivas de mais dados a serem coletados.

Está-se procedendo ao fichamento da documentação constante em arquivos da Universidade ou de instituições públicas, possíveis de serem vasculhados, e em arquivos particulares. Esse fichamento se organiza por centro e por departamento.

A tomada de depoimentos orais com pessoas diretamente envolvidas com o processo histórico da instituição visa preencher possíveis lacunas deixadas por arquivos e/ou pelos próprios documentos escritos. Os depoimentos orais, coletados estão gravados em fita magnética, transcritos e fichados.

III - Periodização

Para maior agilização do trabalho, e como forma de levar um corpo organizado, estabelecer-se-ão fatos significativos como marcos divisores das etapas da História da UFPB. Considerando-se a federalização como fato significativo, estabelecem-se duas etapas gerais

o período antes da federalização e o período depois da federalização. Essa periodização organiza a pesquisa, a catalogação e a sistematização documental, bem como delinha a linha cronológica geral da monografia a ser posteriormente formulada.

A elaboração de quadros demonstrativos dá ao pesquisador visões de conjunto e possibilita o enfoque das matérias, que assim podem ser analisadas de diferentes ângulos. Desse modo, elaboram-se quadros demonstrativos de fatores referentes: às escolas isoladas, à fase estadual, à federalização, ao movimento estudantil, aos diversos reitorados e à legislação.

IV - Esquematização da monografia:

A monografia deve ser esquematizada em dois quadros básicos: antes e depois da federalização. Os fundamentos teóricos das questões da educação superior brasileira, em seu enfoque histórico, são fixados na monografia como base de comprovação de que o ensino superior na Paraíba, insere-se no contexto geral da educação oligárquica, clientelista e neopotista, características comuns a situação de dependência das instituições científicas em países periféricos.

As escolas isoladas, de per si, suas origens, desenvolvimento e suas especificidades são abordadas sempre dentro da visão global do ensino superior e atendendo sempre à questão de suas vinculações concretas c/a comunidade.

As pressões que fizeram surgir a Universidade da Paraíba, são estudadas em seus aspectos globalizantes, ou seja, incluindo seus envolvimento social, econômico, político, cultural, jurídico.

A mesma metodologia e o mesmo enfoque valem para a abordagem dos trâmites da federalização e para a abordagem das mudanças pós - 1964.

Maria Candida Rodrigues Gonçalves - UFPb

Trata-se de registrar o projeto de investigação em que presentemente nos empenhamos, com vistas à redação da dissertação de Mestrado a ser apresentado ao Mestrado em Sociologia (Rural) mantido pelo DCSA da UFPb, campus de Campina Grande.

A Paraíba ~~conta~~ hoje pelo menos treze regiões rurais onde o conflito social se apresenta agudizado. De um lado, o grande Capital, beneficiário da política agrária governamental, aqui explicitada p. ex. pelo Projeto PROÁLCOOL, e de outro, o campesinato empenhando-se em permanecer na terra que ocupa, há décadas, resistindo à proletarização. De todas as áreas conflitadas, Alagamar, situada nos municípios de Salgado de São Félix e Itabaina, na chamada região do brejo paraibano, é a que ganhou maior notoriedade na imprensa nacional. Cerca de setecentas famílias, ocupantes de 13.200 ha, cultivados com produtos de subsistência, obtiveram vitórias parciais frente às ordens de despejo pretendidas pelos latifundiários que se arvoram em proprietários da terra. Após os anos negros da repressão que sucederam ao movimento das Ligas Camponesas, os trabalhadores de Alagamar se transformaram num símbolo da disposição de luta e da capacidade de organização dos trabalhadores rurais do Estado.

Nossa comunicação resumirá o Projeto de pesquisa e as conclusões parciais a que chegamos, buscando a reconstituição histórica da luta camponesa, luta ainda em curso, e de desdobramentos não previsíveis.

Nossa Comunicação trata de resultados : parciais obtidos a propósito da investigação que realizamos com vistas à elaboração de Dissertação de Mestrado, de título geral - "Penetração Capitalista no Brasil: Notas sobre a expansão algodoeira e ferroviárias no Ceará."

Procurou-se realizar um estudo comparativo entre vinte municípios do Ceará divididos basicamente em dois grupos: um grupo de municípios onde as ferrovias penetravam e outro onde elas não se internavam.

Diante disso foram selecionadas informações dos censos de 1920, 1940 e 1950 como subsídios preliminares para a questão, uma vez que ainda se vai aprofundar o problema com a consulta de outras fontes.

Tenta-se neste trabalho detectar a influência das ferrovias no processo de transformação do espaço cearense. Transformações estas, advindas da penetração capitalista nas quais as ferrovias desempenharam um papel extremamente relevante.

Os resultados alcançados autorizam-nos a afirmar a existência de fontes indicadores de que a presença das ferrovias no Ceará foi um elemento decisivo no incremento da concentração da propriedade da terra, da valorização dos imóveis rurais, nas modificações das relações técnicas de produção na agricultura, via intensificação de uso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial, no aprofundamento das relações de produção capitalistas no campo, via aumento de importância do trabalho assalariado etc.

III.

METODOLOGIA E TÉCNICA DO ENSINO
E DA PESQUISA HISTÓRICA

TEORIA E METODOLOGIA DA CIÊNCIA HISTÓRICA E ENSINO DA HISTÓRIA:
UMA TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO *

MARIA EFIGÊNIA LAGE DE RESENDE
Universidade Federal de Minas
Gerais

A carência de textos básicos, referentes a uma discussão em torno da História e, em especial, referentes aos avanços metodológicos na área de pesquisa e da produção historiográfica em correlação com a prática cotidiana do professor nas escolas de 1º e 2º grau, é a justificativa principal da elaboração do presente texto.

A nosso ver, há sem dúvida um descompasso entre o estágio atual da História no que se refere à maneira de pensá-la e com ela trabalhar nos restritos círculos de onde provém a produção historiográfica e a forma como se trabalha com a história junto à sua clientela mais ampla e, sem dúvida, importante que é constituída pelos estudantes de 1º e 2º graus.

Os compromissos excessivos aliados à uma série de outras razões mal permitem ao professor uma atualização bibliográfica, no que se refere ao conteúdo da disciplina que ministra. O problema se agrava quando se trata de bibliografia referente aos problemas teóricos e metodológicos que a envolvem. Uma concepção dominante é de que tal tipo de bibliografia interessa somente ao círculo restrito dos pesquisadores. Ao lado de outros fatores, tal concepção vem sendo responsável por um alheamento do professor, que não se dedica à pesquisa, em relação à discussão em torno de sua própria disciplina. Tal posição é sem dúvida errônea, pois dificulta ao professor a compreensão da bibliografia produzida a partir de novos parâmetros e lhe tolhe a possibilidade de criticar e avançar na sua tarefa de ensino. Nosso ponto de vista é o de que conhecer bem a natureza do que propomos a ensinar é ponto de referência básico para selecionar o que ensinar e como ensinar.

Estas reflexões iniciais constituem a origem e a razão deste texto. Todo ele uma tentativa de aproximar os avanços metodológicos no Campo da Ciência Histórica e a prática diária do ofício de professor de História.

Parte do texto: A - História e Sociedade

B - História é presente

C - A História síntese

D - Produção historiográfica e verdade histórica

-
- * Texto originalmente preparado para o Projeto de "Implantação de um modelo inovado de estudo de 2º grau com habilitação para o magistério de 1º grau" da Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais e destinado aos professores do ensino de 2º grau com habilitação para o magistério de 1º grau.

MARIA LAURA POGLISI BARBOSA FRANCO
Fundação Carlos Chagas - Unicamp

No presente trabalho, analisamos 15 livros didáticos de História do Brasil e destinados ao ensino de 2º graus.

A preocupação central foi analisar o tratamento dado ao "povo" e à violência, nos movimentos insurrecionais do Período Regencial-
tal como veiculados nos livros em estudo.

Neste sentido, selecionamos como categorias específicas de análise a interpretação selecionada pelos autores para discorrer sobre:

- 1) Os agentes sociais do processo ;
- 2) Os Condicionamentos do (s) Movimento (s);
- 3) a "Bandeira de Luta";
- 4) os Meios utilizados na debelação do (s) Movimento (s)
- 5) as Explicações fornecidas para o término;
- 6) a Mensagem associada à conclusão

Procuramos, sempre trabalhar com as dicotomias: - omissão/pre-
sença do "povo"; omissão/minimização da violência; ou tratamento dis-
criminatório conforme os agentes sociais mencionados pelos autores.

Além disso, não abandonamos a análise do (s) movimento (s) in-
surrecionais como um todo, o que tornou possível a identificação dos
enfoques interpretativos privilegiados para o relato dos mesmos.

Paralelamente, recorreremos a outras fontes historiográficas, não
restritas ao universo dos Livros Didáticos, as quais foram de grande u-
tilidade, como contra-ponto, na medida em que forneceram parâmetros pa-
ra o entendimento de como a literatura didática se configura, quando-
comparada a outras fontes.

O trabalho está em fase de redação final e acabamos por conse-
guir dados bastante interessantes, o que de início, não se delineava,
como tanta clareza, tendo em vista a precariedade e pobreza dos discurs-
sos, que via de regra, prepassam os livros destinados ao ensino de -
História do Brasil.

NADIR DOMINGUES MENDONÇA

Faculdades Unidas de Bagé, RS.

A História, como as outras ciências, exprime-se por meio de conceitos. Mesmo para os que combatem a corrente da História conceitualizante, não há possibilidade de negar o uso do conceito, como - um elemento básico para a obtenção do conhecimento histórico. Mas a História, a diferença de outras ciências, como a física, a matemática ou a química não dispõe de um sistema de símbolos independentes de qualquer idioma. O conhecimento histórico é expresso unicamente com termos da língua nacional do historiador.

A comunicação do conhecimento histórico se opera, como nas demais ciências, levando o pesquisador a passar ora de um para outro dos níveis físico, conceitual e lingüístico. A comunicação se faz, através dos conceitos, para se representar uma dada realidade, utilizando-se dos termos. Por sua vez, a compreensão e a interpretação do conhecimento histórico também passam pelos mesmos níveis, mas sempre entramos em contato primeiro com o termo e não com o conceito. E aí se depara o problema de como passar de um para outro nível. A relação entre o conceitual e o físico raramente é simples e direta e mesmo os termos que são apenas descritivo, carecem muitas vezes de maior precisão.

Além destes problemas que são comuns a outras ciências, na História enfrenta-se outras dificuldades. A linguagem histórica não é só instrumento de comunicação mas é também instrumento para pensar. Além disso sua linguagem é um corpo de idéias e procedimentos - expressado em várias linguagens. A História hoje conhece uma dilatação no seu campo, termos da política, da sociologia, da economia, foram por ela apropriados.

Se a investigação histórica se depara com dificuldades em relação ao uso adequado e preciso do conceito, o mesmo ocorre com o leitor que pretender interpretar um dado escrito histórico.

Ao tentar uma metodologia do ensino da História, para uso dos conceitos é imprescindível que se busque na metodologia da pesquisa histórica uma resposta. O ensino da História necessariamente deverá se apoiar nos fundamentos teóricos e metodológicos da investigação histórica.

Nosso estudo centra-se no uso dos conceitos pelo Historiador, na tentativa de buscar um instrumento de aplicação para o estu

do da história que possibilite ao aluno um maior aprofundamento na ciência histórica.

Buscamos um conjunto de atividades intelectuais que possam ser diretrizes para uma técnica de ensino que sustente uma reflexão mais amadurecida pelo aluno do Curso Superior.

A base do estudo situa-se na classificação dos conceitos e nos perigos de distorção de algumas categorias e nas doutrinas da significação dos símbolos. Preocupe-nos em conciliar a metodologia do ensino da história à metodologia da pesquisa histórica.

É uma tentativa de utilizar um instrumento capaz de determinar a validade dos conceitos utilizados pelos historiadores e sua adaptação à realidade histórica. Uma técnica de ensino que mostre ao aluno com analisar um texto histórico, considerando que conceitos e categorias não podem ter nenhuma forma pré-fixada mas modelarem-se de acordo com a realidade do seu objeto, em cada momento histórico. Levá-los à compreensão de que o valor dos termos está na dependência de confrontá-los com a sua realidade, adequada ao uso da época, do meio ou do autor.

Trata--se de uma experiência levada a efeito no Curso de Estudos Sociais na disciplina de História do Brasil.

Antes de iniciar o estudo da unidade faz-se o levantamento dos conceitos básicos e procede-se a sua definição segundo o critério de tempo e espaço histórico, numa abordagem filosófica, sociológica e política, analisando-se desta forma os princípios, os atores e as forças sociais. Parte-se depois para o relacionamento destes conceitos até a construção de uma estrutura lógica que globaliza a visão histórica.

ROSA KULCSAR

Pontifícia Universidade Católica - SP

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

No trabalho, pretendemos relatar a experiência de implantação da disciplina "Pesquisa Histórica" no currículo do curso de História.

O objetivo do grupo de professores nele envolvido é o de colocar em um curso, hoje altamente teórico, um conteúdo que leve a trabalhos práticos.

Após fundamentações teóricas, o aluno escolhe um modelo científico de análise, trabalhando a partir de um tema de sua livre escolha.

O instrumental científico, embora restrito a uma determinada época e local, é exaustivamente explorado na primeira fase do trabalho.

Na segunda fase a partir da formulação de hipóteses, são feitas as análises metodológicas.

Na terceira fase, faz-se a redação de um trabalho.

Através desta disciplina o aluno é colocado frente a uma realidade as vezes dolorosa, que é o de recolher os dados, acumulados no passado, de forma anti-científica e dispersa, organizando-os e colaborando para a preservação da "memória nacional", ao mesmo tempo que a purifica o seu aprendizado de historiador.

ALGUNS PROBLEMAS DO ENSINO DAS DISCIPLINAS TEÓRICO-INSTRUMENTAIS E SUAS DECORRÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

SILVIA REGINA FERRAZ PETERSEN

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

O trabalho examina alguns problemas do ensino, nos cursos de graduação em História, das disciplinas que constituem o campo dos conteúdos teórico-instrumentais para a produção do conhecimento histórico científico (a despeito dos diferentes títulos com que figuram nos currículos. "Teoria e Metodologia", "Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica", "Introdução aos Estudos Históricos", "Técnicas de Pesquisa", "Metodologia", "Historiografia" e outros).

A partir da premissa de que a "História-realidade" e a "História-conhecimento" não são a mesma coisa, coloca-se a questão de que tipo de conhecimento temos produzido. Penso que se justifica o exame de alguns problemas das referidas disciplinas por supor que eles tem contribuído fortemente para que o conhecimento histórico que se produz ou mais frequentemente se transmite em nossos cursos permaneça ainda ao nível da crônica da sequência visível, fenomênica e aparente dos acontecimentos, cujas vinculações permanecem incompreensíveis ou quando muito explicadas por relações de causa-efeito. Por isto tal conhecimento - que é descritivo quando deveria ser ciência - tem-se mostrado absolutamente estéril para a aplicação do processo real e, em consequência, tem provocado em nós e em nossos alunos uma frequente incômoda - sensação de ceticismo quanto ao seu valor.

A análise destes problemas será precedida pela caracterização do processo de produção do conhecimento científico, comparado à do conhecimento comum. A seguir, apontar-se-ão algumas razões das dificuldades da discussão dos problemas das disciplinas que devem responder pela iniciação do aluno com vistas à reconstrução científica do processo histórico: a própria temática, que arrasta consigo infundáveis desdobramentos e implicações e a concepção empiricista de saber histórico vigente em nossos cursos, que abre pouco espaço para elas.

A problemática do ensino destas disciplinas tem sido abordada desde várias perspectivas, mas me ficarei na questão dos requisitos para que estes conhecimentos possam ser constituir em referente científico do trabalho do profissional de História por entender que nela existe um elemento de que não

se tem conseguido estabelecer entre tais disciplinas uma efetiva articulação. Penso que a área teórico-instrumental deve ser entendida como um todo e as várias disciplinas em que se desdobra seu conteúdo - são apenas momentos do processo que produz o conhecimento histórico. Tal enfoque não deve dar a impressão equivocada de ser um problema abstrato, formal, que reforçaria a dissociação da teoria com a prática, muito distante, pois dos problemas concretos que afligem nosso cotidiano. Ao contrário, destas preocupações práticas é que resultam aquelas outras, de caráter mais amplo e que constituem a fundamentação do problema. Assim, o trabalho procura explicar em que consiste esta articulação, analisando os próprios momentos da construção do conhecimento histórico científico, para ver como se articulam aí os componentes teóricos, metodológicos e técnicos deste processo e que resultado provoca sua dissociação em disciplinas independentes. Também a identificação da especificidade destes componentes é o que poderá orientar a seleção dos conteúdos programáticos fundamentais e sua organização em disciplinas.

Entretanto, a discussão dos problemas enfrentados na construção do instrumental do conhecimento científico da História não se esgota com o entendimento da articulação dos componentes. Ela nos remete - pelo menos a outra questão: às necessidades e expectativas do aluno. É preciso examinar os problemas que os alunos enfrentam ao trabalhar nestas disciplinas e que constituem também em obstáculos a serem superados no processo de construção do conhecimento científico da História. Entre eles, destacam-se: a ausência do aprendizado da reflexão crítica ao longo da educação pré-universitária; o desconhecimento do aluno do âmbito da problemática do conhecimento histórico e especialmente das disciplinas teórico-instrumentais; as expectativas falsas que daí decorrem sobre elas; nossos programas inadequados, quer por desarticulados, quer por desconhecerem as necessidades e possibilidades reais do aluno; a utilização de bibliografia que não constitui um material teórico e metodologicamente orientado pelos mesmos procedimentos analíticos.

Ainda que o trabalho se limite à análise das condições em que tem se desenvolvido o ensino das disciplinas teórico-instrumentais e suas implicações na construção do conhecimento histórico, é importante recuperar da apresentação algumas observações sobre a forma de superar tais dificuldades. Estas se referem à necessidade de que se perceba

claramente qual é o objetivo fundamental desta área de conhecimentos e suas implicações na articulação das disciplinas e conteúdos programáticos; à reflexão sobre as causas das dificuldades que temos enfrentando; à troca de idéias e informações entre os professores que permitam decisões e práticas orientadas no sentido de dar respostas cada vez mais científicas à problemática histórica.

IV.

HISTORIOGRAFIA: FONTES PRIMÁRIAS
E SECUNDÁRIAS.

POR ANA MARIA DOS SANTOS e SONIA REGINA
DE MENDONÇA

Universidade Federal Fluminense

O Questionário sobre as condições da agricultura nos municí -
plos do Estado do Rio de Janeiro foi realizado pelo pessoal das Inspe-
torias Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio du-
rante o período de 1910-1913. Seu objetivo geral circunscreveu-se ao "arrolamento ou inventário de tudo que possa interessar aos nossos agri-
cultores e esclarecer a todos que, direta ou indiretamente, aplicarem-
se a atividade na exploração das nossas terras, a fim de facilitar a boa
colocação do trabalho e do capital, nacionais e estrangeiros, tão in-
dispensáveis à nossa prosperidade, e que o Governo, por tal meio, ainda
mais defende e acautela."

Achando-se o Ministério em plena fase de consolidação de sua
própria estrutura interna, certas preocupações se definiram na fixa-
ção de suas áreas de atuação, privilegiando-se o incentivo à policultu-
ra, o estabelecimento do ensino agrícola e a criação de um "núcleo-
de informações sob seu patrocínio.

Para operacionalizar esses objetivos, foi criada inicialmente
a Diretoria do Serviço de Inspeção, Estatísticas e Defesa Agrícolas,
em fevereiro de 1910, com a função imediata de realizar o levantamento
das condições locais da agricultura no Brasil. Assim, a fonte que ora-
apresentamos, inscreve-se no contexto mais amplo de um conjunto de in-
quéritos idênticos, realizados para cada unidade de federação e inspi-
rados pelas mesmas preocupações.

A importância do Questionário de 1910-1913 pode ser avaliada
a partir de duas perspectivas de análise. Primeiramente, como fonte pa-
ra o estudo da história econômica do Estado do Rio de Janeiro na Repú-
blica Velha, o documento pode ser dimensionado positivamente, tendo em
vista a escassez e a dispersão das fontes, tão denunciadas por aqueles-
que se dedicam à história fluminense em geral. Contendo itens de in-
formação homogêneos para todas as municipalidades do Estado, permite-
um diagnóstico da situação geral de sua economia agrícola no período.
Em segundo lugar, como fonte de natureza econômica em si mesma, sig-
nificou o Questionário uma mudança de perspectiva quanto ao tipo de
informações a coletar em matéria de estatística da produção, e que cul-

minaria na orientação tomada pelo Recenseamento de 1920, que o aperfeiçoou e completou.

A própria crítica do documento é o objeto deste trabalho, onde detectamos e analisamos suas limitações, contradições, falhas e, especialmente, defasagens entre proposta e realização, contrastando suas informações com outras fontes que pudessem fornecer dados congêneros, além do Censo de 1920: Respostas ao questionário da Biblioteca Nacional (1881) ; Questionário apresentado às câmaras municipais pela Secretaria de obras públicas e industriais do Estado do Rio de Janeiro (1898); inquérito realizado pelo Centro Industrial do Brasil (- 1907) e o Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912). Ultrapassada a crítica, concluímos que o Questionário situa-se positivamente em relação as demais fontes utilizadas, na medida em que ele adianta certas informações no tocante às condições da produção agrícola em geral, ultrapassando os limites dos dados de exportação-importação privilegiados anteriormente.

Finalmente, a análise do elenco dos itens que conduziram o inquérito e dos conceitos e preconceitos revelados nas respostas o Questionário possibilita ainda que sejam observadas e ratificadas através deles: a. as preocupações econômicas dominantes a nível do Ministério, relacionadas com os objetivos que orientaram sua instalação e sua futura política; b. a visão que os agricultores tinham das suas próprias condições.

Convênio FINEP/UNICAMP/IFCH/Departamento
de História.

DÉA RIBEIRO FENELON (Coordenadora Geral
da Pesquisa)
Universidade Estadual de Campinas, SP.

O trabalho realizado durante o período de desenvolvimento do Projeto teve a participação de alguns professores do Departamento de História e de mais 10 pesquisadores contratados, estendendo-se por 18 meses dos anos de 1979 e 1980. O objetivo principal do projeto era - realizar o Levantamento e a sistematização das fontes sobre a temática da industrialização no Brasil e teve como premissa a necessidade de um contato mais estreito com as fontes, os documentos e o material empírico existentes para a investigação do tema da industrialização no Brasil, neste período, Isto nos possibilitaria, em uma segunda fase, a colocação de problemáticas mais condizentes com a situação histórica que se procurava compreender, ao mesmo tempo que realizávamos o necessário trabalho de referenciação de fontes, que se encontram bastante dispersas, dificultando sobremaneira o trabalho dos pesquisadores no assunto.

A organização do trabalho se deu ao longo de três linhas de investigação:

1. Legislação sobre a atividade industrial - como elemento que possibilitaria pensar a atuação do Estado nas relações com a economia.

Equipe: Maria Clementina Pereira Cunha - Coordenadora
João Batista Mazziere
José Flávio de Oliveira
Maria Antonieta Antonacci.

- 2- Condições de vida e de trabalho do operariado industrial urbano - para recuperar o concreto da existência histórica da classe operária em seu processo de crescente subordinação ao capital.

Equipe: Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, Coordenadora
Antonio Paulo de M. Rezende
Heloisa de Faria Cruz
Maria Lúcia Caira Gitahy
Kazumi Munakata

3. Indústria e Tecnologia - com a preocupação de estabelecer, através de uma identificação das formas de organização do trabalho, as relações entre o trabalhador e os meios de produção.

Equipe: Edgar Salvadori de Decca, Coordenador

Maria Alice Rosa Ribeiro

Coraly Garã Caetano

A sistematização das fontes passou pela discussão do caráter, da natureza e limite do material encontrado e pela tentativa de propor novas formas de dar sentido as questões colocadas a partir das fontes e apontar novos caminhos de pesquisa. Passou também pela discussão das premissas com que se trabalhou o material, e não é por se tratar - de fontes que podemos nos eximir desta discussão e apresentá-las como imparciais e nosso trabalho como exaustivo e final, uma vez que as fontes não são neutras em relação ao processo que exprimem.

Queremos ainda esclarecer que o Acervo da Referências sobre FONTES PARA O ESTUDO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL, realizado por este projeto atinge cerca de 9 (nove) mil fichas, detalhadas por assunto, indicações e localização precisa, fichas estas incorporadas - ao acervo do Arquivo Edgar Leuenroth, no IFCH, da UNICAMP, onde se encontram à disposição dos pesquisadores. Além disto estamos tentando a publicação dos resultados da pesquisa.

Ao apresentarmos, pois, os resultados finais deste Projeto - de levantamento de Fontes, estamos propondo para discussão nesta Sessão e neste Simpósio, nossa preocupação com os aspectos metodológicos e teóricos do trabalho realizado e as dificuldades que enfrentamos para a sistematização.

MARIA CONCEIÇÃO ABEL

Departamento de História e
Geografia
Universidade de Caxias do Sul

A preservação do patrimônio histórico nacional é um assunto que tem merecido atenção de alguns poucos estudiosos e pesquisadores brasileiros que tem procurado sensibilizar as autoridades e a população para o problema, a fim de que se possa despertar nas pessoas a verdadeira consciência histórica de um povo que deseja manter a sua identidade.

Foi, pois, com a preocupação de salvar uma documentação ligada à História de Caxias do Sul que nos propusemos à execução de um projeto de levantamento de fontes primárias sob o patrocínio do Departamento de História e Geografia, da Universidade de Caxias do Sul e, o apoio, da Prefeitura Municipal e da 4a. Delegacia de Ensino, que teve início em março de 1978.

A referida documentação se encontrava em péssimo estado de conservação, jogada em caixotes, num prédio aos fundos do Museu Municipal, à mercê de roedores, traças, fungos e mesmo da mão do homem - que, sob qualquer pretexto, poderia a qualquer momento, mandar encimar "aqueles papéis velhos".

Fazia parte do acervo vasta documentação da Intendência Municipal, documentos sobre Imigração, jornais, mapas, fotografias, documentos de Empresas Caxienses, entre outros.

A nossa maior preocupação era de obter a autorização imediata de parte da Prefeitura Municipal e da Universidade, para execução do Projeto face às condições em que se encontravam os documentos e, como maior obstáculos para esse tipo de projeto sempre é a falta de verbas procuramos estruturar um trabalho que demandasse o mínimo de dinheiro.

Para tanto, fomos buscar os recursos disponíveis na comunidade, utilizando-nos de convênios existentes entre a Prefeitura Municipal, Universidade e Delegacia de Educação que nos permitiu a formação da equipe de trabalho constituída de professores municipais e estaduais e alunos universitários, bolsistas do programa DAU/MEC, além de oportunizarmos o treinamento dos alunos do Curso de História -

ria, no manuseio e trato de documentos.

Encerrado o ano de 1978 tivemos como resultado a revisão, codificação e organização de 49.519 documentos referentes ao período de 1890 a 1930, o levantamento de 101.838 documentos de 1930 em diante - e a codificação de 968 livros da Intendência Municipal.

O projeto continua até o presente momento tendo resultado na organização do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul na organização de Arquivos Municipais nos municípios próximos e na efetivação de campanhas para a preservação de prédios e monumentos históricos do município.

Como se trata de um projeto simples e despretencioso em termos financeiros, mas com resultados efetivos na proposta de preservação de nossas fontes históricas um projeto próprio para comunidades pequenas e carentes de verbas para esta finalidade, estamos nos propondo divulgar a nossa experiência como sugestão àqueles que como nós desejam fazer alguma coisa em prol da preservação das nossas fontes históricas.

MARIA DE FÁTIMA FONTES PIAZZA
do Departamento de História da
Universidade Federal de Santa
Catarina.

O ponto de partida para uma revisão crítica da História Diplomática do Brasil, encontra-se na obra de José Honório Rodrigues, Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)¹. Por outro lado, a Historiografia Brasileira tem aumentado consideravelmente, quer quantitativamente, quer qualitativamente. Os rumos da historiografia atual mudaram em relação à historiografia tradicional - "uma versão que se repete", ou melhor, passou de fins meramente didáticos para fins científicos.

Por isso, torna-se necessário uma nova revisão crítica da História Diplomática do Brasil, para poder detectar:

1. O tipo de abordagem das obras de História Diplomática do Brasil.
2. A diferença entre a Historiografia tradicional e a atual referentes à História Diplomática do Brasil.
3. As novas tendências da História Diplomática do Brasil.
4. As fontes para o estudo da História Diplomática do Brasil.

RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil; introdução metodológica. 3a. ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p.169-174.

"OS ANTEPASSADOS DOS ROMENOS"

MARIA DA GLORIA ALVES PORTAL
Departamento de História FFLCH
Universidade de São Paulo

Resumo

"Stramosii Românilor" (os Antepassados dos Romenos) compreende 2454 documentos, de diversas ordens, relativos à História Antiga da Romênia. A documentação foi selecionada por uma equipe de especialistas e publicada em 1980, quando se comemoravam 2050 anos da formação do primeiro Estado GETO-DÁCIO independente e unificado sob a direção de Burebista. A obra veio à luz exatamente no mês de agosto de 1980, no instante em que se realizava em Bucareste o XV Congresso Internacional de Ciências Históricas.

"Os Antepassados dos Romenos" consta de 4 tomos (o 4º em 2 volumes), e mais de 4 de comentários que definem de modo analítico os objetos reproduzidos - material, técnica, forma, estilo, conteúdo.

A documentação em foco tem por objetivo ser um "MUSEU IMAGINÁRIO", colaborando assim com os estudiosos na tarefa de investigação histórica. A obra reúne documentos sobre a evolução da criação cultural - material e espiritual - no território atual da Romênia, desde os tempos mais remotos até as primeiras manifestações de um novo povo, o povo romeno.

Nosso propósito na presente comunicação é o de verificar - se através dos documentos reunidos em STRAMOSII ROMÂNILOR é possível propor significados que os integrem no processo histórico de forjamento de uma expressão cultural especificamente romena.

REFLEXÕES SOBRE AS "CARTAS JESUÍTICAS"

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEQUESE NO SÉCULO XVI

PROF^a. DOROTHÉIA V.G. BEISIGEL - Prof^a. de História - EESG "Prof. Andréico de Mello" - São Paulo/SP

A. As Dificuldades da Catequese Jesuítica no Século XVI

A análise das "Cartas Jesuíticas" nos mostra as dificuldades e malogros da catequese, possibilitando o reconhecimento dos principais mecanismos da defesa da cultura indígena contra a introdução dos valores cristãos ocidentais.

1. A resistência indígena: análise das principais formas defensivas:
 - a atuação dos pajés, reafirmando os costumes tribais e solapando as novas crenças;
 - as "Santidades", "milagreiros ou "santos" que provocavam o êxodo indígena e reafirmavam os antigos costumes;
 - a atuação das "velhas feiticeiras" contra as proibições e a defesa da antropofagia;
 - a reafirmação dos valores indígenas pelos "Principais".
2. O batismo: condição primeira da Cristandade - objetivo da catequese:
 - o temor indígena ao sacramento;
 - os inimigos do batismo: nomadismo, valores culturais, crenças e superstições;
 - as cerimônias religiosas coletivas: perda do significado religioso: superficialidade e formalismo.
3. Fatores outros que dificultaram a catequese:
 - a "inconstância indígena";
 - o fracasso da "Casa dos Meninos": êxodo na puberdade e dificuldades de integração social.
4. Os "Pactos" entre o poder político e os índios: tentativa de extinguir a antropofagia.
5. Como quebrar o significado dos festejos antropofágicos:
 - a salvação dos prisioneiros de guerra;
 - a introdução do enterro cristão.

6. As lutas entre colonos e indígenas: fator de retraimento e desconfiança em relação à catequese.
7. O papel ambíguo dos mamelucos:
 - colaboradores dos brancos na escravidão do gentio;
 - elementos de manutenção dos hábitos indígenas.

B. Conclusões

Há uma diferença básica entre a atuação do colono branco e do jesuíta. O primeiro colocou em risco, principalmente, a vida física do índio; os segundos, a vida cultural.

As "Cartas Jesuíticas" mostram um retrato desalentador da catequese no século XVI, expondo o vigor da resistência indígena, presença dominante no século XVI.

A HISTÓRIA ORAL COMO TÉCNICA PARA A FORMAÇÃO DE UM ACERVO HISTÓRICO

MARIA ANTONIA ALONSO DE ANDRADE - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - UFPB

A História Oral é uma técnica que permite reconstituir a História através do diálogo entre o entrevistador e o ator ou testemunha dos acontecimentos de uma época.

Surgiu da adaptação de abordagens tradicionais da pesquisa histórica e antropológica acrescentadas do auxílio da tecnologia moderna (gravadores).

A novidade não está na reconstituição da História' pela comunicação oral (praticada pelos antigos gregos e pelas tribos primitivas de vários continentes) mas na metodologia científica que orienta o trabalho de pesquisador e na tecnologia que possibilita uma transmissão de informações de uma fidelidade, articulação e coerência antes inalcançáveis.

Atualmente o aperfeiçoamento metodológico das Ciências Sociais e o aperfeiçoamento da tecnologia possibilitam uma ampla socialização da informação, ou seja: através da gravação forja-se um documento histórico que não reúne apenas os interesses imediatos do pesquisador, mas que visa responder as indagações do conjunto dos pesquisadores e da comunidade em geral.

Esta técnica não se confunde portanto com a mera atividade jornalística que objetiva principalmente colher e transmitir a informação do momento, pelo contrário, situa-se em posição diametralmente oposta ao sensacionalismo do "furo" jornalístico.

A História Oral obedece a um programa de entrevistas cuidadosamente selecionadas e fundamentadas num levantamento rigoroso de dados e na pesquisa prévia de diversas fontes históricas e bibliográficas que orientam os roteiros.

Para obter resultados significativos este programa deve estar respaldado por um ou vários projetos de pesquisa que levantem as hipóteses principais a serem testadas, apontem as questões que não foram devidamente elucidadas pelos trabalhos existentes e forneçam as diretrizes do trabalho.

A crítica mais frequente dirigida a História Oral diz respeito a confiabilidade dos depoimentos obtidos e a

uma pretensa falta de objetividade metodológica.

É bom lembrar que nenhum trabalho de pesquisa po de ser considerado como fonte indiscutível da verdade.

A entrevista é apenas uma unidade inserida num programa de muitas outras com as quais deve ser confrontadas. Por outro lado, o conjunto dos depoimentos obtidos não pretendem ser mais do que uma fonte entre outras fontes possíveis de pesquisa. A História Oral fornece apenas dados, informações, sugere novas direções a serem exploradas e aponta problemas não resolvidos.

A objetividade não deve ser procurada no discurso necessariamente ideológico e limitado do depoente mas na pertinência do trabalho preparatório dos roteiros, na condução das entrevistas, na análise crítica dos resultados obtidos pelo programa e na utilização criteriosa destes resultados numa atividade de estudo e pesquisa mais ampla.

O caráter ideológico do depoimento não é só necessário mas desejável. Normalmente o depoente é procurado enquanto representante de uma determinada classe, corrente ideológica, instituição ou facção. O que se pede é justamente um relato de uma experiência de vida, de uma determinada versão dos fatos históricos, da maneira como eles foram vividos na época em que aconteceram e da possível reavaliação que a perspectiva do tempo pode trazer.

Os dados que um programa de entrevista oferecem para um estudo do discurso ideológico da elite política de uma época já são de por si extremamente interessantes e valiosos.

A este respeito a técnica em questão tem uma vantagem adicional sobre outras fontes: o fato de o entrevistador-pesquisador pode inquirir, questionar, colocar o depoente perante suas próprias contradições. Como fazer o mesmo com um conjunto de cartas, discursos, memórias etc...?

O êxito da entrevista está na interação e no clima de diálogo e confiança que o entrevistador deve saber criar, que culminam numa espécie de compromisso ético entre quem concede e quem utiliza o depoimento.

A técnica de História Oral é especialmente aconselhável na ausência de arquivos e documentos ou quando estes são incompletos ou escassos. Atualmente substitui vantajosamente o estudo da correspondência que devido ao aperfeiçoamento dos modernos meios de comunicação é cada vez mais escassa.

A EXPERIÊNCIA DO SETOR DE HISTÓRIA ORAL DO NDIHR DA UFPB

O Setor de História Oral do NDIHR foi criado em função de um convênio assinado entre a F.G.V. do Rio de Janeiro e a Universidade.

O Objetivo era completar um programa de História Oral sobre a "Trajetória das elites políticas brasileiras" iniciado pela F.G.V.

Durante o desenvolvimento do referido programa ficou patente o número e a importância da participação de paraibanos na vida política brasileira no período de 1922 à 1964. A partir de aí sentiu-se a necessidade de fechar o ciclo da elite paraibana e de aperfeiçoar o estudo da política estadual.

O período fixado pela F.G.V. "coincide com o ciclo do populismo brasileiro e com a fase de transição de uma sociedade agrária para uma de tipo industrial. O objetivo do programa era entender como se operou a transição e como foi conduzida pela camada de indivíduos que detiveram o controle do processo" (1)

Para tal utilizou-se a técnica de História Oral aliada à metodologia de História de vida, num total de 40 entrevistas, das quais 15 eram de políticos paraibanos e somavam aproximadamente 128 horas de gravação.

O convênio previa uma produção de igual número de horas pela equipe da UFPB que após dois anos seria trocada pela entrevistas com políticos paraibanos realizadas pela Fundação Getúlio Vargas.

Devido ao caráter complementar do trabalho da equipe paraibana a seleção dos depoentes foi feita em grande parte entre os atores políticos do segundo escalão de poder da elite, já que as figuras de primeira grandeza (governadores, ministros, senadores) já tinham sido quase todas entrevistadas pela F.G.V.. Contudo os depoimentos não se revelaram menos significativos.

Foram entrevistados todos os remanescentes da Revolução de 30, deputados federais, estaduais, chefes políticos, secretários de estado e alguns ex-governadores, ministros de estado e senadores que ainda não tinham sido entrevistados pela F.G.V.. Em algumas ocasiões foram tomados depoimentos que visaram temas específicos como o da indústria das secas. Também foram feitas entrevistas "de apoio" com pessoas que não tendo uma militância política significativa podiam for

necer informações devido as suas ligações familiares ou as atividades desenvolvidas. O programa exigiu o deslocamento dos entrevistadores' pelo interior do estado e fora dele: Ceará, Brasília e Rio de Janeiro.

A preparação dos roteiros foi fundamentada numa cuidadosa pesquisa bibliográfica e de jornais assim como na consulta de arquivos públicos.

O trabalho está na sua fase final. Quase todas as entrevistas previstas foram realizadas e encontram-se em diversos níveis de elaboração: transcrição, copy-desk, revisão, etc...

No atual estágio dos trabalhos é impossível fazer uma avaliação definitiva do programa pois não foi feita uma leitura comparativa das entrevistas seguida do indispensável comentário das mesmas.

Porém, o material gerado já originou alguns trabalhos dos membros da equipe apresentados em diversos cursos e simpósios.

Por outro lado, a dimensão global do acervo da UFPB só pode ser avaliada se o considerar-nos junto com o acervo da F.G.V., do qual é complemento.

Mesmo com a visão parcial que agora nos é permitida, podemos afirmar que o acervo gerado constituir-se-a numa preciosa fonte para os estudiosos da história e da política paraibana, sobre todo devido a escassez e precariedade de outras fontes para a pesquisa.

- (1) - Aspasia Camargo: "O Ator e o Sistema: Trajetória das elites políticas brasileiras - História Oral, Histórias de Vida e Construção de Hipóteses, trabalho apresentado no IXº Congresso Mundial de Sociologia ". UPPSALA, AGOSTO 1978.

RELAÇÃO DE RESUMOS DE COMUNICAÇÕES CONTIDAS NESTE ELENCO

(Em ordem de inserção)

Tema Central: História, Historiografia e Historiadores

<u>Autor</u>	- <u>Título</u>
Adalberto MARSON	Desentranhando o pensamento socialista no Brasil.
Antonio Carlos BERNARDO	Análise da evolução histórica do hospital psiquiátrico no Brasil.
Nara MARTINS Elfriede WINCKLER Paulo Pinheiro MACHADO	A FRELIMO e a luta de libertação de Moçambique.
Flávio Azevedo Marques de SAES	História econômica e ciências sociais: a visão do social e do político nas obras de história econômica do Brasil.
Francisco Murari FIRES	A "Constituição de Atenas" e o conceito aristotélico de História (reflexão sobre a identidade do conceito).
Francisco Vidal LUNA	Análise da estrutura sócio-econômica de centros de mineração das Gerais (1718-1804).
Gabriel Augusto de M.BITENCOURT	Aspectos da independência no Espírito Santo: fontes para sua interpretação (1820-1824).
Gilberto Luiz ALVES	História, história da educação e historiadores educacionais.
Guilherme Pereira das NEVES	História: a polissemia de uma palavra.
Hector H. BRUIT	O historiador e o conceito de produção e reprodução das relações de produção.
Helga I. L. PICCOLO	A história do Rio Grande do Sul: uma história em processo de elaboração e revisão.
João Gustavo L. FURTADO	Tempo e História: uma visão Braudeliana.

Autor	Título
José Balhino de MOURA	A presença do morador na sociedade nordestina (início do século (XIX)).
José RIBEIRO Jr.	A economia pernambucana na transição (1797-1826).
José Silvério Leite FONTES	A História como ciência.
Sandra Jatahy PESAVENTO	Historiografia gaúcha e ideologia.
Nachman FALBEL	A crônica de Salimbene e sua importância para a história das heresias no século XIII.
Luiz PALACIN	Silva e Souza: uma obra entre três tempos ideológicos.
Maria Bárbara LEVY Ana Maria Ribeiro de ANDRADE	Fundamentos do sistema bancário no Brasil (1834-1859).
Perezinha N. ZABATIN	A revolução cultural chinesa (1966-1967) - uma discussão historiográfica.
Décio Ribeiro FENELON	Algumas concepções sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.
Raquel GLEZER	Trajetória de um historiador - José Honório Rodrigues.
Emanuel Soares da V. GARCIA	Sobre o abastecimento das áreas mineradoras do "Alto Perú".
Mario A. BARATA	Historiografia e historiadores da arte no Brasil do século XIX até hoje.
Sócrates Quintino da F. e BRITO	A rebelião de Joaquim Pinto Madeira (fatores políticos e sociais).
Antonio Albino Canelas RUBIM	Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba 1917-1921.
Gabriela M. BITTENCOURT	Esforços industrializantes do Espírito Santo na 1ª República: fontes para sua pesquisa - 1889/1930.
Antonio Paulo de M. RESENDE Michel ZAIDAN Fº	Notas sobre as origens do FCB em Recife (1910-1930).

Autor

- Título

José Carlos BARREIRO

O trabalho excedente camponês na economia burguesa de fins do século XIX paulista.

Sílvio Frank ALEM

Os trabalhadores e a "redemocratização" (1942-1948).

José Plínio FACHEL

O fim dos Farrapos.

Maria Luiza Tucci CARNEIRO

Os cristãos-novos e a questão da pureza de sangue. Alguns aspectos das manifestações racistas em Portugal e Brasil-colônia do século XV ao XVIII.

Maria Martha Pinentel de MELLO

A propósito da presença cartaginesa na Península Ibérica.

Pesquisas em Andamento

Autor	- Título
Ana Maria dos SANTOS Sonia Regina de MENDONÇA	A economia agrícola fluminense em 1910: um exercício de análise.
Adelar KOCH	A acumulação de capital no Rio Grande do Sul na década de 30.
Holiana Angotti SALGUEIRO	A singularidade de obra de Veiga Valle.
Eduardo Rodrigues GOMES	Estado e elites agrárias na redefinição pós-30 do modelo agro-exportador.
Herval PIRES	Introdução à negrologia brasileira.
Humberto de ARGOLLO	A revolta dos malês na Bahia.
Itaci del Nero da COSTA	Minas Gerais: estruturas populacionais típicas.
Janaína AMADO	Os fugitivos do capital: a revolta do Formoso (Goiás, 1948-1964).
Maria Amélia de Alencar LUZ	Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910).
Maria Efigênia L. de RESENDE Gilberto GUERZONI Fº Helena M. Amorim DIAS	Fontes de História de Minas.
Maria Lucia Brazil PRIOLLI	A "encomienda" no Paraguai colonial - calcanhar de Aquiles do relacionamento jesuítico-espanhol.
Maria Therezinha S. BARRETO	Fontes para a história da imigração e colonização polonesa em Santa Catarina.
Miriam Britto KNOX	A balaiada no Piauí.
Nelson H. NOZOE	O comércio paulistano: 1914/1915.
Ophir Martins DUARTE	O levante dos trabalhadores das plantações Ford.
Paulo Gilberto F. VIZENTINI	O debate ideológico na criação da Universidade de Porto Alegre (1930-1943).

Autor	- Título
Raquel GLEZER	A evolução urbana da cidade de São Paulo entre os séculos XIX e XX.
Ruth Villamarin SOARES	Cadastramento de bens culturais - IEPHA/MG
Mara Regina Silveira de SOUZA	Arqueologia industrial em Santa Catarina - um levantamento de fontes no Vale do Itajaí.
Zélia Maria Cardoso de MELLO	Os escravos nos inventários paulistas.
José Ênio CASALECCHI	História político partidária paulista na primeira república - Partido Republicano Paulista.
Vera Lúcia Amaral FERLINI	Estrutura agrária e renda da terra no período colonial.
Antonio Albino Canelas RUBIM Jorge Luiz Canelas RUBIM	Lutas de classe e meios de produção simbólica: Bahia 1917-1921.
Zélia Lopes da SILVA	Reprodução dos trabalhadores industriais e intervenção do Estado no mercado de trabalho: São Paulo, 1930-1935.
Zeluiza da Silva F. BRANDÃO Maria das Dores L. F. SANTOS	Estudo de uma instituição educacional: o caso da UFFb.
Maria Candida R. GONÇALVES	Resistindo ao Capital: o conflito da Grande Alagamar (Pb).
Rubisnar Marques GALVÃO	Papel das ferrovias no processo de transformação do espaço cearense.

Metodologia e Técnica do Ensino e da Pesquisa Histórica

Autor

- Título

Maria Efigênia L. de RESENDE

Teoria e metodologia da ciência histórica e ensino da História: uma tentativa de aproximação.

Maria Laura P. B. FRANCO

História do Brasil: a versão fabricada nos livros didáticos de 2º grau.

Nadir Domingues MENDONÇA

O uso dos conceitos.

Rosa KULCSAR

A prática da "pesquisa histórica" nos cursos de História.

Silvia Regina F. PETERSEN

Alguns problemas do ensino das disciplinas teórico-instrumentais e suas decorrências na construção do conhecimento histórico.

Historiografia: Fontes Primárias e Secundárias

Autor

- Título

Ana Maria dos SANTOS
Sonia Regina de MENDONÇA

Fontes para o estudo da História econômica do estado do Rio de Janeiro: o questionário de 1910 - 1913.

Dóia Ribeiro FENELON

Fontes para o estudo da industrialização no Brasil: 1889-1945.

Maria Conceição ABEL

Levantamento de Fontes primárias.

Maria de Fátima F. PLAZZA

História diplomática do Brasil - revisão e crítica.

Maria da Glória Alves PORTAL

Os antepassados dos romenos.

Dorotheia V. G. BEISIGEL

Reflexões sobre as "Cartas Jesuíticas". Considerações sobre a catequese no século XVI.

Maria Antonia Alonso de ANDRADE

A história oral como técnica para a formação de um acervo histórico.

ESTE ELENCO CONTÉM :

- Agradecimentos
- Homenagens : 20 Anos da ANPUH
- Comissões do XIº Simpósio
- Programa / Horários
- Regulamentos do XIº Simpósio
- Cursos : Horários e Programas
- Resumo de Comunicações :
 - I-Tema Central : História, Historiografia e Historiador
 - II- Pesquisas em Andamento
 - III- Metodologia e Técnica do Ensino e da Pesquisa Histórica
 - IV- Historiografia : Fontes Primárias e Secundárias
- Relação de resumos de Comunicações , em ordem de inserção .

mimeoqrafia : Gerson/UFP

